UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

Artur Rodrigues Pereira Júnior

ITAPERUNA (RJ) NO CONTEXTO REGIONAL NO NOROESTE FLUMINENSE: UM MOVIMENTO ENTRE A CENTRALIDADE E A DESCENTRALIDADE

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ.
Março de 2015

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

Artur Rodrigues Pereira Júnior

ITAPERUNA (RJ) NO CONTEXTO REGIONAL NO NOROESTE FLUMINENSE: UM MOVIMENTO ENTRE A CENTRALIDADE E A DESCENTRALIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes/RJ, para obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES.

Orientadora: Prof.ª Elis de Araújo Miranda, DSc.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ.
Março de 2015

FICHA CATALOGRÁFICA

P436i Pereira Júnior, Artur Rodrigues.

Itaperuna (RJ) no contexto regional no Noroeste Fluminense: um movimento entre a centralidade e a descentralidade/ Artur Rodrigues Pereira Júnior. – 2016.

157 f.; il.

Orientador: Elis de Araújo Miranda.

Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades– Universidade Candido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2015.

Bibliografia: f. 132 - 137.

1. Dinâmica urbana – Itaperuna (Município). 2: História urbana - Itaperuna (Município). 3: Planejamento Regional - região Norte Fluminense. I: Universidade Candido Mendes – Campos. II. Título.

CDU: 711.2: 94(815.3I) (1-21) “18”/”20”

ARTUR RODRIGUES PEREIRA JÚNIOR

ITAPERUNA (RJ) NO CONTEXTO REGIONAL NO NOROESTE FLUMINENSE: UM MOVIMENTO ENTRE A CENTRALIDADE E A DESCENTRALIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes/RJ, para obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES.

Aprovado em 20 de março de 2015.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof.ª Elis de Araújo Miranda, DSc. – Orientadora
Universidade Candido Mendes

_____

Prof. José Luis Vianna da Cruz, DSc.
Universidade Candido Mendes

_____

Profª. Ana Maria Gadelha Albano Amora, D.Sc.
Universidade Federal do Rio de Janeiro

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ.
Março de 2015

À população de Itaperuna, que por hábito ou comodismo, esqueceu sua rica história e hoje se torna refém de um presente sem reflexão.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus pelo apoio, visível e invisível.

Ao meu companheiro e melhor amigo Marcell, pela paciência, consideração, audiência incondicional e amor.

À minha orientadora Elis pelo conhecimento, amizade e cumplicidade.

Aos companheiros de viagens semanais Rafael e Silvia, aos demais professores e colegas de turma, pelas piadas e tolerância.

Aos colegas da Faculdade Redentores pelo apoio e colaboração.

A todos aqueles que de alguma forma colaboraram para a conclusão desse trabalho.

A história só se constitui quando é olhada, e, para olhá-la, é preciso colocar-se fora dela.

R. Barthes

RESUMO

ITAPERUNA (RJ) NO CONTEXTO REGIONAL NO NOROESTE LUMINENSE: UM MOVIMENTO ENTRE A CENTRALIDADE E A DESCENTRALIDADE

O município de Itaperuna se configurou como a centralidade da região Noroeste Fluminense, mas ao analisarmos as dinâmicas urbanas e a infraestrutura existente em seu território é possível perceber o impacto que as conexões externas têm em seu meio urbano. A partir do levantamento de documentos históricos, de dados socioeconômicos atuais, e da elaboração de uma cartografia de apoio é possível compreender a relação de Itaperuna com sua região administrativa e sua limitação de ação no contexto do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro, originada em tempos anteriores a sua demarcação como território e nomeação como vila. A história urbana de Itaperuna se confunde com a constituição de uma região de identidade, estruturada a partir da delimitação da Capitania de São Tomé e cuja ocupação, a partir do século XIX, com uma rede de fazendas permitiu o surgimento de uma rede de cidades conectadas na atualidade por um sistema de fluxos que facilita a manutenção desses vínculos historicamente construídos. A partir deste trabalho pretende-se discutir o regionalismo como uma construção temporal, com desdobramentos físicos e que permita uma melhor ação do campo do planejamento regional, e que no caso de Itaperuna envolve partes do estado de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, originando a Região de Identidade de São Tomé.

PALAVRAS-CHAVE: Itaperuna. Região. Centralidade. Identidade.

ABSTRACT

ITAPERUNA (RJ) IN THE REGIONAL CONTEXT IN NORTHWEST FLUMINENSE: A MOVEMENT BETWEEN THE CENTRALITY AND THE DECENTRALITY

The city of Itaperuna configured as the centrality of the Northwest Fluminense region, but to analyze the urban dynamics and the existing infrastructure in its territory is possible to see the impact that external connections have in their urban environment. From the survey of historical documents, current socioeconomic data, and develop a support mapping is possible to understand the Itaperuna relationship with its administrative region and its limitation of action in the development of the state of Rio de Janeiro, originated in earlier times its demarcation as territory and appointment as village. The urban history of Itaperuna be confused with the creation of an identity region, structured from the definition of the Province of São Tomé and whose occupation, from the nineteenth century, with a network of farms allowed the emergence of a network of connected cities today by a flow system that facilitates the maintenance of these ties historically constructed. From this work, we intend to discuss regionalism as a temporary construction, with physical deployments and to enable better action of the regional planning field, and in the case of Itaperuna involves parts of the state of Minas Gerais, Espírito Santo and Rio de Janeiro, resulting in the Identity area of São Tomé.

KEY WORDS: Itaperuna. Region. Centrality. Dentity

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Brasil dom Divisão das Capitanias Hereditárias	28
Figura 2:	Divisão Territorial Atual e Delimitação da Capitania de São Tomé	29
Figura 3:	Divisão Territorial de Capitania de São Tomé no século XIX	33
Figura 4:	Império do Brazil (1840-1889)	35
Figura 5:	Detalhe das Províncias: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.	35
Figura 6:	Fazenda Porto Alegre, início do século XX.	38
Figura 7:	Fazenda Porto Alegre, meados do século XX.	38
Figura 8:	Fazenda São João, início do século XX.	39
Figura 9:	Fazenda da Cachoeira, em 1951.	39
Figura 10:	Fazenda da Conceição, em 1920.	39
Figura 11:	Fazenda Limoeiro.	40
Figura 12:	Fazenda Paraíso, em 1956.	40
Figura 13:	Grandes Propriedades de Campos dos Goytacazes: Meados do século XIX.	41
Figura 14:	Demarcação dos Terrenos Foreiros de Itaperuna.	45
Figura 15:	A Área Urbana Original da Sede do Município de Itaperuna.	46
Figura 16:	A Morfologia urbana da cidade do período colonial versus cidade do período imperial.	47
Figura 17:	Avenida Cardoso Moreira, antes do assentamento dos trilhos da ferrovia Campos - Carangola.	48
Figura 18:	Construção da igreja matriz de São José do Avahy, década de 1920.	48
Figura 19:	Prefeitura Municipal e ponte de concreto.	49
Figura 20:	Núcleo urbano original, após o assentamento da ferrovia Campos – Carangola, em 1930.	50

Figura 21: Fazenda Porto Alegre, em 1930. 50

Figura 22: A estação ferroviária, em 1905. 51

Figura 23: A Avenida Cardoso Moreira e ao fundo a ocupação do Morro do Castelo. 53

Figura 24: Praça Nilo Peçanha, com as residências da família Bastos, Massau e Travassos, em 1944. 53

Figura 25: Edificação do Morro do Castelo (1). 54

Figura 26: Edificação do Morro do Castelo (2). 54

Figura 27: Avenida Cardoso Moreira, em 1940. 55

Figura 28: Avenida Cardoso Moreira, na década de 1930. 55

Figura 29: Posto Esso, de propriedade dos Srs. Alfredo Martins Crespo e Antônio Rossi Bastos. 56

Figura 30: A Primeira Expansão Urbana da Sede do Município de Itaperuna. 58

Figura 31: A Segunda Expansão Urbana da Sede do Município de Itaperuna. 61

Figura 32: Primeira Sede da Conferência São José do Avaí na Praça Nilo Peçanha em 1940. 62

Figura 33: Construção da Unidade Local do Hospital Miguel Couto, na Década de 1960. 40

Figura 34: Primeiro automóvel privado de Itaperuna, de propriedade do Dr. Raul Travassos. 65

Figura 35: O Hospital São José do Avahy e o Adensamento do Centro Urbano. 66

Figura 36: Vista aérea de Itaperuna, nos dias atuais. 68

Figura 37: A Expansão Urbana Popular (CEHAB) e sua Substituição pela Ocupação Elitizada. 72

Figura 38: Expansão urbana recente de Itaperuna. 72

Figura 39: A Periferização ao Longo das Conexões com os Estados do Espírito Santo e o Rio de Janeiro 73

Figura 40: O “morro do Dr. Edgard”. 75

Figura 41: Complexo Poliesportivo Dr. Edgard Pinheiro Dias. 76

Figura 42: Complexo Poliesportivo Dr. Edgard Pinheiro Dias e o “morro do Dr. Edgard”. 76

Figura 43: Loteamento Caiçara (1) 77

Figura 44: Loteamento Caiçara (2) 77

Figura 45: Peça publicitária de lançamento de condomínio residencial em Itaperuna. 78

Figura 46: A Expansão Suburbana das Conexões com o Estado de Minas Gerais e sua Localização Privilegiada em Relação aos Equipamentos Públicos. 80

Figura 47: Suburbanização em Itaperuna 91

Figura 48: Periferização em Itaperuna 92

Figura 49: Região de Influência das Cidades: Juiz de Fora 97

Figura 50: As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos 99

Figura 51: A Região de Identidade de São Tomé e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). 104

Figura 52: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nas porções mineira, fluminense e capixaba da Região de Identidade de São Tomé. 105

Figura 53: Genealogia da Região de Identidade de São Tomé. 108

Figura 54: Malha Rodoviária da Região de Identidade de São Tomé. 114

Figura 55: A Região de Identidade de São Tomé e as regiões Norte e Noroeste Fluminense. 128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1: Emprego por setor produtivo, porção fluminense da região de identidade. 110

Gráfico 2: Emprego por setor produtivo, porção capixaba da região de identidade. 111

Gráfico 3: Emprego por setor produtivo, porção mineira da região de identidade. 112

Gráfico 4: Quantidade de linhas de transporte rodoviário, participação por município na porção fluminense da região de identidade. 116

Gráfico 5: Quantidade de linhas de transporte rodoviário, participação por município na porção capixaba da região de identidade. 116

Gráfico 6: Quantidade de linhas de transporte rodoviário, participação por município na porção mineira da região de identidade. 117

Gráfico 7: Quantidade de destinos disponíveis com o transporte rodoviário, participação por município na porção fluminense da região de identidade. 117

Gráfico 8: Quantidade de destinos disponíveis com o transporte rodoviário, participação por município na porção capixaba da região de identidade. 118

Gráfico 9: Quantidade de destinos disponíveis com o transporte rodoviário, participação por município na porção mineira da região de identidade. 118

Gráfico 10: Quantidade de matrículas no ensino médio, participação por município na porção fluminense da região de identidade. 119

Gráfico 11: Quantidade de matrículas no ensino médio, participação por município na porção capixaba da região de identidade. 119

Gráfico 12: Quantidade de matriculas no ensino médio, participação por município na porção mineira da região de identidade. 120

Gráfico 13: - Instituições de Ensino Superior, participação por município na porção fluminense da região de identidade. 121

Gráfico 14: Instituições de Ensino Superior, participação por município na porção capixaba da região de identidade. 121

Gráfico 15: Instituições de Ensino Superior, participação por município na porção mineira da região de identidade. 122

Gráfico 16: Estabelecimentos de saúde, participação por município na porção fluminense da região de identidade. 123

Gráfico 17: Estabelecimentos de saúde, participação por município na porção capixaba da região de identidade. 123

Gráfico 18: Estabelecimentos de saúde, participação por município na porção mineira da região de identidade. 124

LISTA DE QUADRO E TABELAS

Quadro1:	Síntese do Processo de Delimitação do Território de Itaperuna: em seus Diversos Períodos Históricos.	79
Tabela 1:	Municípios com maior produção cafeeira (1919-1920).	57
Tabela 2:	Quantidade de matriculados no ensino Superior - Itaperuna.	74
Tabela 3:	Genealogia da Região de Identidade de São Tomé: uma proposição de regionalização.	107

SUMÁRIO

1:	**INTRODUÇÃO**.	18
2:	**PROCESSO HISTÓRICO URBANO REGIONAL: DO PERÍODO COLONIAL AO SÉCULO XXI**.	25
2.1:	A ORIGEM DE ITAPERUNA NO CONTEXTO COLONIAL BRASILEIRO: O TERRITÓRIO INEXPLORADO DO SERTÃO.	26
2.2:	A CHEGADA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA EM 1808: DOCUMENTAÇÃO DA REGIÃO: LIMITES FÍSICOS POUCO DEFINIDOS.	31
2.3:	INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: A OCUPAÇÃO DA REGIÃO E A LITORALIZAÇÃO DE MINAS GERAIS.	36
2.4:	PRIMEIRA REPÚBLICA: A EMERGÊNCIA DA ELITE LOCAL E A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO.	42
2.5:	ERA VARGAS: CRISE ECONÔMICA E REINVENÇÃO DA VOCAÇÃO REGIONAL.	59
2.6:	A ELITE URBANA ITAPERUNENSE E O ROMPIMENTO COM O "RURAL".	62
2.7:	A FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL E A CIDADE PARTIDA.	67
2.8:	A PERIFERIZAÇÃO E A SUBURBANIZAÇÃO ITAPERUNENSE.	70
3:	**A QUESTÃO URBANO-REGIONAL: UMA REVISÃO TEÓRICA.**	81
3.1:	TERRITÓRIO.	81
3.2:	A RELAÇÃO RURAL E URBANA E A IDENTIDADE REGIONAL.	84
3.3:	PERIFERIA VERSUS SUBÚRBIO.	87
3.4:	REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO.	93
3.5:	CENTRALIDADE REGIONAL.	98
3.6:	REDES DE CIDADES.	100

4: CENTRALIDADE REGIONAL: ENTRE A IDENTIDADE CULTURAL E A DINÂMICA ADMINISTRATIVA. 102

4.1: GENEALOGIA REGIONAL. 106

4.2: ASPECTOS ECONÔMICOS E PRODUTIVOS. 109

4.3: INFRAESTRUTURA VIÁRIA. 113

4.4: TRANSPORTE RODOVIÁRIO E AEROVIÁRIO. 115

4.5: CONDICIONANTES URBANOS. 119

5: CONSIDERAÇÕES FINAIS. 125

6: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. 132

APÊNDICE A: CRONOLOGIA REGIONAL. 138

APÊNDICE B: CRONOLOGIA DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA. 142

APÊNDICE C: TOPONOMIA REGIONAL. 143

APÊNDICE D: DADOS ECONÔMICOS E RANKING DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE IDENTIDADE DE SÃO TOMÉ. 145

APÊNDICE E: DADOS DE EMPREGO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE IDENTIDADE DE SÃO TOMÉ. 147

APÊNDICE F: DADOS DE TRANSPORTE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE IDENTIDADE DE SÃO TOMÉ. 149

APÊNDICE G: DADOS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE IDENTIDADE DE SÃO TOMÉ. 152

APÊNDICE H: DADOS DE PIB POR SETOR ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE IDENTIDADE DE SÃO TOMÉ. 153

ANEXO 1: OS FUNDADORES DAS PRIMEIRAS FAZENDAS DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA. 155

ANEXO 2: GRANDES PROPRIEDADES EM CAMPOS DOS GOYTACAZES. 157

1. INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista se estrutura a partir da acumulação de capitais e sua representação mais explícita é o meio urbano. As cidades, como expressão máxima do acúmulo de capital, de poder e de contradição, têm sua gênese determinada por articulações políticas, por sua importância como fonte de matérias-primas, acumulação de força de trabalho, consumo, interesse populacional, e/ou ponto de articulação comercial e financeira. A estruturação do capitalismo e sua característica acumulação são produtores e reprodutores do espaço, configurando e alterando ao longo do tempo as relações entre cidades e regiões.

Baseado na Teoria das Localidades Centrais (CHRISTALLER, 1933 in BREITBACH, 1988) e de acordo com as colocações de Corrêa (2001), as regiões são organizadas formal e informalmente, a partir de centralidades e suas regiões de influência, considerando fatores exógenos e endógenos às mesmas. O surgimento de um centro, regional ou local, explicita a emergência de articulações entre as diferentes dimensões, interrelacionadas ou não, polarizando investimentos que propiciam crescimento do espaço urbano e seu grau de influência sobre o entorno.

O surgimento ou crescimento de ocupações, ao longo do processo histórico de consolidação regional, gera a fragmentação de grandes áreas em unidades urbanas menores. Esse processo, já estacionado em países desenvolvidos e atual em países periféricos, é uma das faces do capitalismo, como desdobramento de demandas e potencialidades internas, e na articulação política e econômica internas e externas do território, gerando uma constante readequação e dispersão do mesmo.

O município de Itaperuna é objeto deste estudo por se tratar de uma centralidade regional e por ter seu crescimento recente pautado por dois modelos de expansão característicos dos países em desenvolvimento: periferização e suburbanização, de forma muito particularizada, determinado pela articulação com os municípios de seu entorno e de sua região de identidade, não necessariamente uma repetição de sua região administrativa, o Noroeste Fluminense.

Este trabalho surge da observação cotidiana da proximidade cultural em seus aspectos mais explícitos como dieta alimentar, representações religiosas e sotaque entre a população de Itaperuna e alguns municípios do Noroeste Fluminense com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Destaca-se a proximidade cultural, pois mesmo com a distância física sendo menor entre Itaperuna e os demais munícipios do estado acima dele dentro da hierarquia urbana (Campos dos Goytacazes, por exemplo), comparado com os municípios mineiros e capixabas de mesma posição hierárquica (Juiz de Fora e Vitória) a população prefere se deslocar para os últimos, temporária ou definitivamente.

A inquietação quanto a essa proximidade deu origem a algumas questões como: Em algum momento Itaperuna e os municípios limítrofes dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo constituíram um território único? Se sim, quando e porque houve o rompimento? Seria a aproximação cultural a justificativa para a região Noroeste Fluminense, a com piores índices econômicos e sociais do estado, não receber os investimentos necessários para reverter essa situação?

Esses questionamentos nortearam a pesquisa que se iniciou com a observação do espaço urbano de Itaperuna. Apesar de sua validade, o empirismo pode carecer de precisão em suas conclusões, por isso neste trabalho, mesmo que originado da observação, buscou-se dados que corroborassem ou refutassem a existência de uma região muito maior e mais plenamente estabelecida do que a Noroeste Fluminense.

A pesquisa ainda se debruçou sobre a identificação das relações regionais de maior impacto no crescimento urbano de Itaperuna; dos agentes modeladores do espaço em cada período; dos agentes produtores do espaço; a regionalização real a que o município pertence; e quais impactos essa região promove no meio urbano. Utilizando, para alcançar esses objetivos, um levantamento bibliográfico histórico, um levantamento documental público e privado (fotográfico e cartográfico),

entrevistas com funcionários da municipalidade e moradores, e a determinação de marcos teóricos que subsidiassem o estudo.

Ainda quanto à metodologia, fez-se necessária a organização de uma periodização que permitisse vincular o município e seu contexto regional com o histórico nacional a partir dos fenômenos espaciais decisivos para a produção do espaço urbano e a ampliação da importância de Itaperuna. Esta cronologia foi materializada em mapas que permitem compreender as alterações morfológicas do espaço urbano e a materialização dos interesses de seus agentes produtores.

O trabalho se iniciou com o levantamento da delimitação mais original do município de Itaperuna, antes mesmo de sua formação administrativa oficial.

Entender o processo histórico de construção do território de Itaperuna demandou a ampliação da área física e do período histórico de análise, sendo iniciado pelo sistema de Capitanias Hereditárias e chegando a uma conformação de região originada a partir de fragmentações municipais e da implantação de um sistema de fluxos.

Pela grande quantidade de municípios envolvidos, optou-se por analisar o processo de formação da região a partir do município de Itaperuna, por seu reconhecimento como centralidade do Noroeste Fluminense e pela possibilidade de uma pesquisa aprofundada em um município que poderá ser replicada a todos os pertencentes à região, em um estudo posterior.

A pesquisa histórica revela a constância da troca entre os municípios fluminenses, mineiros e capixabas, permitindo a compreensão das dinâmicas presentes até a atualidade, originando um recorte territorial diferenciado do decorrente. Apesar de sua recente fundação, o município não possui arquivos ou registros públicos, bem como sofre com o processo de descaracterização histórica, o que aliada à elitização e privatização de algumas fontes documentais, minimiza o nível de pormenorização da pesquisa, mas sem diminuir a sua importância para a temática.

Ao longo de sua ocupação, o território de Itaperuna foi moldado para atendimento de necessidades e como meio de manutenção de grupos dominantes no poder, em especial os fazendeiros, herdeiros latifundiários e rentistas. Mesmo em períodos onde os poderes político e econômico não pertenceram ao mesmo grupo, eles se articularam para a obtenção do maior ganho para ambos, e assim garantir a manutenção e/ou ampliação de seus poderes, mesmo que para isso alterem seus

campos de ação.

Itaperuna é considerado o maior e mais importante município da região Noroeste Fluminense. Tem sua história associada à formação territorial do Estado do Rio de Janeiro desde o período colonial e apresenta fortes relações indenitárias com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, atribuída à proximidade geográfica com estes estados, ao mesmo tempo pela distância geográfica da capital do Rio de Janeiro e às relações interfamiliares construídas ao longo da sua história e dos municípios limítrofes.

O município de Itaperuna originou grande parte dos municípios que compõem a atual região Noroeste Fluminense (Natividade, Bom Jesus do Itabapoana, Porciúncula e Laje do Muriaé), e hoje a relação de dependência que se estabelece entre esta centralidade e a região é a mesma dos períodos originais de estabelecimento da vila, em uma reprodução do modelo de acumulação e centralização capitalista, com novas roupagens políticas e estruturais. A partir dessa observação pode-se concluir que as ligações intra e extrarregionais interferiram na conformação urbana de Itaperuna de forma significativa.

A vinculação com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo ainda é clara, e se contrapõe a pouca identificação com o Estado do Rio de Janeiro, moldando até mesmo a expansão urbana, se desconsiderar a qualidade dessa expansão, como será apresentado no decorrer do trabalho, com vetores de crescimento direcionados para Minas Gerais e Espírito Santo e contrários em relação ao Rio de Janeiro, que será aprofundado no capítulo 1, Processo Histórico Urbano Regional: do Período Colonial ao Século XXI.

Observa-se também que a emergência de grupos econômica e politicamente articulados, ao longo da história local, reforçará a ocupação diferenciada do território, tendo como principal consequência a segregação urbana, definida como um processo espacial por sua durabilidade, locacionismo e permanência de atividades e pessoas sobre o espaço da cidade (CORREA, 2007, p.68)

A importância regional de Itaperuna também foi produzida após a constituição dos sistemas de redes e fluxos instalados. Primeiramente o sistema de fluxos produzido pelo rio Muriaé que estreitou relações de Itaperuna com a cidade de Muriaé, em Minas Gerais. Posteriormente, em 1881, a instalação da estrada de ferro Campos-Carangola proporciona a interligação entre Itaperuna e Campos, a principal cidade da atual região Norte Fluminense, e ainda no final do século XIX a instalação

da estrada de rodagem de Itaperuna a Bom Jesus do Itabapoana e Bom Jesus do Norte, estreitando as relações entre Itaperuna e Espírito Santo. Ao longo do século XX o crescimento urbano inicialmente baseado na produção cafeeira, tem outros vetores e financiadores como a pecuária leiteira, a indústria metal-mecânica, a produção de vestuário e no final do período o desenvolvimento do município ocorre como centro regional de atendimento à saúde e educacional voltado para o nível superior, com nova alteração no sistema de poder e na apropriação do espaço urbano, tendo relevância para a redução do movimento pendular de Itaperuna para Campos dos Goytacazes, já característico do período anterior, e para o aumento da migração e crescimento urbano dos municípios da região para Itaperuna.

Quando observado o aspecto da relação regional, pode-se constatar a ineficiência da determinação de Noroeste Fluminense para explicitar as relações de dependência econômica e social entre esses municípios fluminenses e o estado do Rio de Janeiro. Tal vinculação social, histórica e econômica com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, mais especificamente com a Zona da Mata Mineira e com o Sul Capixaba, justificaria a exclusão da região e a falta de ligação com o estado de origem, gerando uma incompatibilidade entre administração pública estadual e demandas regionais do Noroeste Fluminense, como será explicitado mais a frente.

O entendimento dessas relações e seus desdobramentos históricos, sociais, econômicos e territoriais são imprescindíveis para a gestão do território a partir de sua formação específica, compreendendo as escalas e atuação das políticas públicas, o planejamento governamental a partir das demandas internas historicamente construídas.

Dessa forma, o trabalho encontra-se estruturado em quatro partes: três capítulos e a conclusão. No segundo capítulo será tratado o processo histórico urbano regional, onde será narrada a formação histórica do município de Itaperuna, dos municípios circunvizinhos e da região de identidade em que se insere. Por meio da análise da documentação histórica e da elaboração de mapas a partir das informações documentais, serão explicitadas graficamente as origens e a atual relação intrarregional na qual Itaperuna encontra-se inserida. Nesta seção as análises explicitarão os agentes produtores do espaço urbano e a sua espacialização como fonte de direcionamento e interferência no desenvolvimento municipal. O percurso histórico municipal será apresentado como uma leitura

processual da paisagem e de explicitação do poder, tendo a cidade e seu espaço como meio de sua manutenção, mutação e reorganização.

No terceiro capítulo - A Questão Urbano-regional: uma revisão teórica - tem papel fundamental para entendimento das explicações primeiro observadas. Nele serão abordados os conceitos norteadores do trabalho a partir da revisão bibliográfica de seus principais teóricos. São utilizadas as análises de Roberto Lobato Corrêa sobre a Teoria das Localidades Centrais de Christaller e suas definições de região e espaço regional para entendimento do estabelecimento de Itaperuna como uma centralidade regional; e a abordagem de Leila Christina Dias sobre Redes de Cidades, permitindo um aprofundamento na rede constituída no tempo e espaço e que hoje baliza as relações de identidade na região. A apresentação de cada um será feita a partir da análise escalar, aumentando a complexidade das relações e dos parâmetros que servirão para estabelecimento dos municípios que compõe a dita região identitária, considerando o conceito de território o mais basilar para, a partir dele, entender a dinâmica da rede, a emergência como centralidade e a inserção em uma região.

No quarto capítulo, Centralidade Regional: entre a Identidade Cultural e a Dinâmica Administrativa, serão representadas as relações do município com o seu entorno, bem como uma análise do processo de suburbanização e periferização, que são processos articulados não apenas com a dinâmica interna da cidade, mas delimitado por relações externas. Serão tratadas também as conexões físicas como evidência da estruturação de uma rede que favoreça a circulação dentro da região e que a desconecte ou dificulte sua aproximação com o entorno. Esses dados terão sua importância enfatizada quando analisarmos as rotas de transporte rodoviário e as conexões que promovem, potencializando a região de identidade como área de origem e destino principais para a população que a compõe. Serão apresentados os dados obtidos em órgão oficiais que explicitarão a dependência entre os municípios que compõe a região analisada e Itaperuna como: genealogia regional, perfil econômico, rede rodoviária, transporte terrestre e aéreo, e infraestrutura urbana. Com esses dados busca-se demonstrar a existência de uma região com identidade econômica, social e histórica que se mantém desde sua origem, apesar das limitações impostas pela administração pública federal e estadual.

Na parte final, Considerações Finais será apresentada à região de identidade. A partir dos dados produzidos e apresentados no capítulo 4 à luz da teoria

apresentada no capítulo 3 foi possível produzir uma proposição de regionalização a partir da dimensão cultural, aquela que define uma região de identidade, tendo como produto final desta dissertação uma cartografia geohistórica do que chamamos de região de identidade de São Tomé, da qual Itaperuna faz parte.

2. PROCESSO HISTÓRICO URBANO REGIONAL: DO PERÍODO COLONIAL AO SÉCULO XXI

A história do município de Itaperuna e da região em que se insere pode ser observada no contexto da formação territorial do Brasil. As alterações de regimes políticos, legislações, objetivos econômicos e sociais de âmbito nacional, se refletiram na conformação do território e na região em que se insere o objeto estudado: a cidade.

A apresentação da evolução urbana não ignora a relação entre campo e cidade, presente no histórico local e nacional, mas se aprofunda no fenômeno urbano como meio de explicitar a evolução de tais relações e a importância adquirida pela cidade em seu contexto regional, culminando na presença de aproximadamente 92% da população no meio urbano (IBGE, 2013).

No presente capítulo será exposto um breve histórico da ocupação, criação e desenvolvimento urbano do município de Itaperuna. Para tanto foi desenvolvida uma cartografia que determinará os pontos de grandes alterações no território local e regional. A periodização explicita os principais momentos de transformação local e as principais fragmentações territoriais e regionais, demonstrando a emergência de novos municípios e sua relação com o desempenho econômico e político dos municípios que compõem a atual região Noroeste Fluminense e a relação destes com Itaperuna. De acordo com Saquet (2011)

> o estudo dos territórios é compreendido a partir do processo histórico (periodização dos elementos e momentos mais significativos e a análise dos principais agentes produtores do território e das principais mudanças-permanências ocorridas) em unidade com o tempo coexistente, relação presente em nossa vida diária condicionando-a e por ela sendo influenciada no movimento de apropriação e produção dos territórios. (p.60)

O relato a seguir é limitado, em alguns momentos, pela ausência de fontes ou pela imprecisão das mesmas. A história de Itaperuna, mesmo de grande importância para o entendimento das relações sociais e históricas entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, é descartada e/ou ignorada sistematicamente, fato observado na ausência de um conjunto arquitetônico característico de cada período histórico, substituído por edificações atuais. O abandono da memória urbana e da memória sobre a cidade é irreversível e de proporções lamentáveis, e a ausência de instituições de preservação é o objetivo das elites, de acordo com Abreu (2012):

> (...), as classes mais poderosas não apenas construíram objetos mais duráveis, como forma também as criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas exatamente para guardar as lembranças que aqueles que as instituíram consideravam importantes. Por essa razão, os documentos que se encontram nessas instituições, e que são invariavelmente utilizados como fontes ou atestados de “memória urbana”, são eles também, expressões de poder. (p.28)

A supressão desses lugares de memória denota a vontade de esquecimento e a valorização do novo como única solução para os problemas da cidade. Ignorar a história e sua ocorrência continua e sobreposta, é simplificar a cidade e homogeneizar a sua existência a partir da imagem atual.

2.1: A ORIGEM DE ITAPERUNA NO CONTEXTO COLONIAL BRASILEIRO: O TERRITÓRIO INEXPLORADO DO SERTÃO

A fundação oficial de Itaperuna será como vila, apenas em 1887, tendo sua ocupação iniciada em décadas anteriores (IBGE, 2013). Essa oficialização é apenas a continuidade de um processo que se inicia com a sua primeira demarcação e entendimento como área de posse, referente à sua inclusão como parte do território da Capitania de São Tomé, delimitada e nomeada como tal de 1536 a 1753 (HENRIQUES, 1956, p.58). Sua localização no limite confrontante ao norte com a Capitania do Espírito Santo, demarcada pelo Rio Itapemirim (OLIVEIRA, 2008, p.24) e a oeste pela de Minas Gerais na região das minas, criada a partir de 1720, antecipa o conflito identitário que marcará a história deste município.

O sistema de Capitanias Hereditárias foi organizado de forma a propiciar a manutenção da posse da colônia sem envolvimento de grandes somas por parte da Coroa Portuguesa. O sistema desenvolvido e aplicado com sucesso, na colonização da Ilha da Madeira e nos Açores, consistia “em dividir as terras conquistadas em grandes lotes, doando-as a fidalgos. Estes tomariam posse imediata, tornando-se responsáveis pela colonização, desonerando a Metrópole” (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007, p.26). A legislação, o controle, a tributação e o custo da colonização ficariam a cargo do donatário, já caracterizando a primeira ocupação como latifundiária e descolada parcialmente de um regime centralizador. No Brasil, as capitanias hereditárias serão instituídas por D. João III, em 1532, a partir do litoral em faixas que variavam de 30 a 100 léguas, traçadas a partir de acidentes geográficos no litoral se estendendo para o interior perpendicular à costa até os limites do Tratado de Tordesilhas, em teoria (BACKHEUSER, 1933).

> A primeira doação foi em 14 de março de 1534. Dos capitães escolhidos, militaram alguns na Índia e eram bravos soldados: Duarte Coelho (Pernambuco), Francisco Pereira Coutinho (Bahia), Aires da Cunha (o norte), Vasco Fernandes Coutinho (Espírito Santo), Martim Afonso e seu irmão Pero Lopes ficaram com São Vicente e Santo Amaro, Porto Seguro coube ao rico vianês Pero do Campo Tourinho; Ilhéus ao escrivão da fazenda da Corte, Jorge de Figueiredo Correia; a costa leste-oeste a Fernando Alvares de Andrade, tesoureiro-mor do Reino, a João de Barros, o historiador, e àquele Aires da Cunha e Antonio de Barros Cardoso; e Paraíba do Sul a Pero de Góes, companheiro de Martim Afonso.” (CALMON, 1957, p.24)

Como observado na figura 1 (CINTRA, 2013[1]) as porções sul do estado de Minas Gerais e norte do Rio de Janeiro, na divisão política atual, eram divididas em duas capitanias inicialmente: São Tomé e São Vicente; sendo a região de estudo totalmente inserida no território de São Tomé.

[1] O trabalho de Cintra é utilizado por se tratar de um estudo a partir da cartografia original das capitanias hereditárias, datada do século XVI, e considerando a documentação de doação da terra bem como as descrições dos marcos físicos que as delimitavam. O estudo é avançado e relevante para a construção da identidade regional a partir da demarcação e ocupação do território real, até então de compreensão restrita pela cartografia histórica, limitada tecnicamente, disponível para consulta.

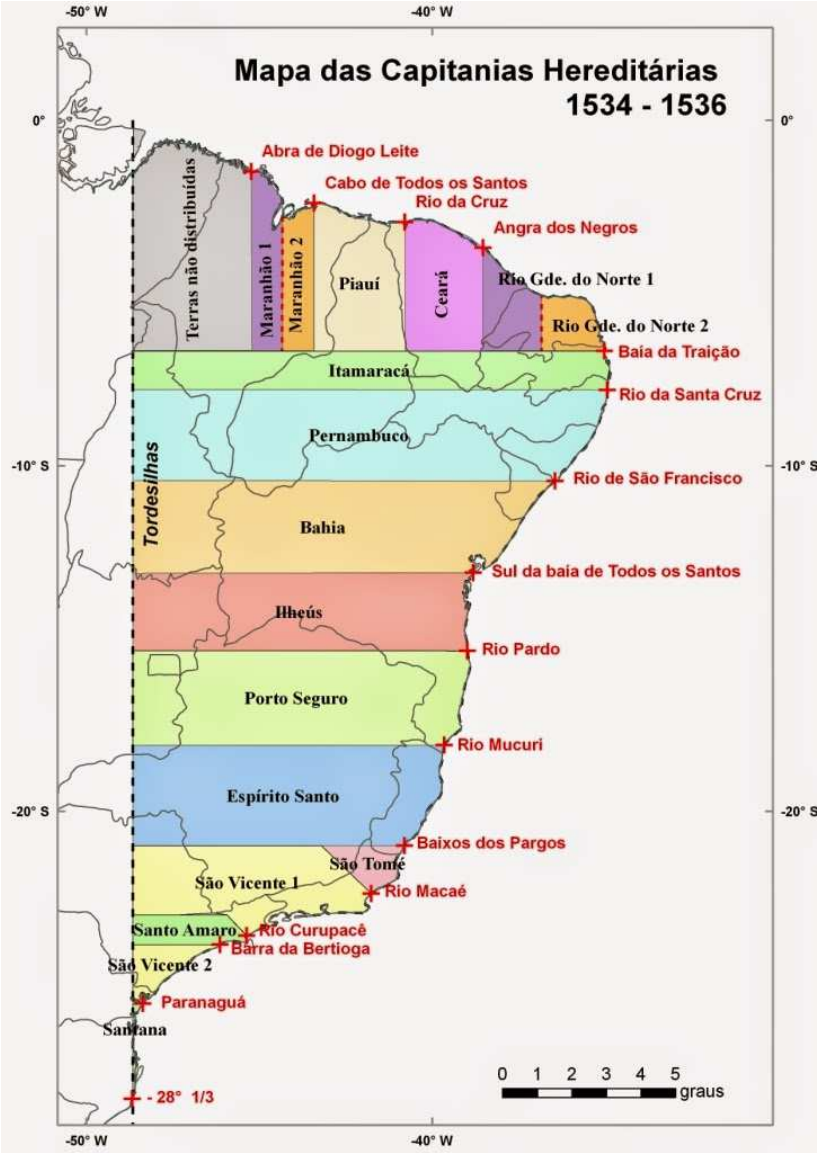


Figura 1: Brasil com divisão das Capitânias Hereditárias a partir de documentação histórica.
Fonte: Cintra (2013).

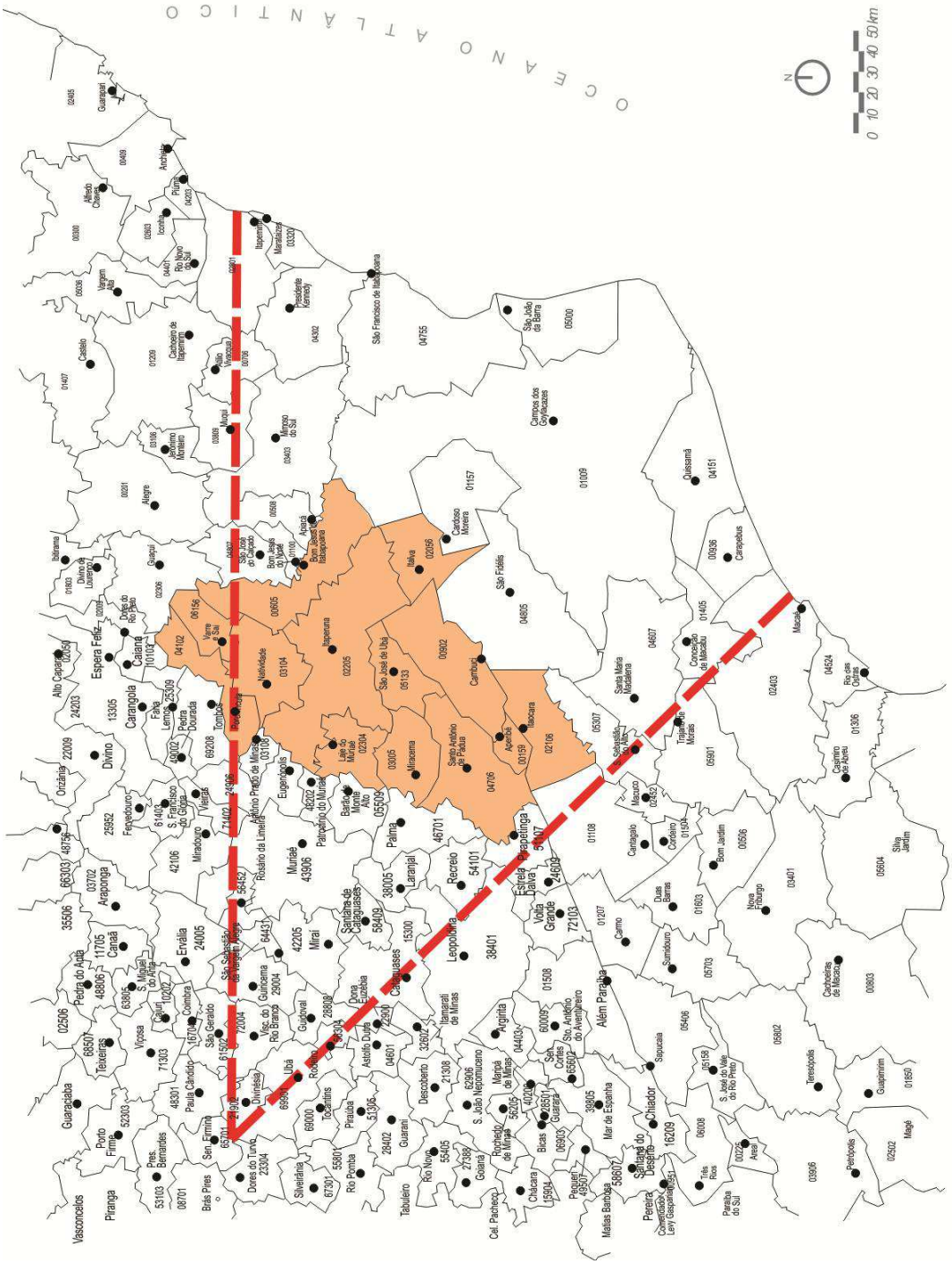


Figura 2. Divisão territorial Atual e Delimitação da Capitania de São Tomé[2],
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015, a partir de Cintra (2013).). .

Essa divisão foi alterada posteriormente de acordo com o desenvolvimento econômico e a ocupação fomentada pelos seus donatários, sendo algumas glebas

[2] Observa-se na sobreposição da divisão colonial a composição variada com municípios pertencentes aos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

incorporadas a outras ou subdivididas, de acordo com o interesse da Coroa Portuguesa em controlar e fiscalizar atividades extrativistas de alto rendimento econômico, caso de Minas Gerais. As alterações no traçado linear utilizavam marcos físicos (acidentes topográficos, cursos d'água, etc.) para sua delimitação, gerando uma organicidade em contraposição ao cartesianismo até então presente na divisão territorial da colônia (BACKHEUSER, 1933, p. 49-58 passim).

A ocupação da região estudada se intensificará em decorrência do Tratado de Madri[3] (GÓES, 1991, p.101) com a interiorização da ocupação colonial e com a necessidade de outras atividades econômicas em substituição à mineração e ao extrativismo no início do século XIX.

A região em que se insere Itaperuna era originalmente conhecida como Sertão da Pedra Lisa e se estendia do atual distrito de Guarús (Aldeia de Santo Antônio de Guarulhos até 1808 quando é elevada a freguesia), hoje bairro de Campos dos Goytacazes, até a região do rio Muriaé, toda ela pertencente à Freguesia de São Salvador (Campos dos Goytacazes), de acordo com Henriques (1956):

> Segundo o ilustre historiador Alberto Lamego, o sertão da Pedra Lisa (...) é visível de quase todo o litoral de Campos e domina a serra do Baú e Garrafão, e está colocado entre os rios Muriaé e Itabapoana, limitado de um lado pelo sertão do Nogueira e estende-se até o Carangola. Abrange mais de 64 léguas quadrada[4],de magníficas terras, regado por 8 ribeirões confluentes com o valão da Onça." (p.55)

Na ótica do colonizador, o desenvolvimento da região é prejudicado pela existência de tribos indígenas rivais e agressivas, e suas disputas frequentes, mesmo com a cessão de sesmarias ao longo do século XVIII, registradas no livro das Ordens Régias como citado por Henriques (1956, p.59), e sua relativa proximidade com a zona de exploração aurífera e de produção açucareira. Outro fator a ser considerado para a demora da ocupação é a dificuldade de navegação do rio Muriaé, devido a sua pouca profundidade e seu leito pedregoso, mesmo nos períodos de cheia, não atendendo ao escoamento da produção aurífera da região da

---

[3]O Tratado de Madri (1750) substituirá o Tratado de Tordesilhas, tornando a delimitação do território brasileira mais próxima do seu contorno atual. A alegação da *Uti Possidetis* (direito de posse) será utilizada pela Coroa Portuguesa para negociação com a Coroa Espanhola, o que justificará e acelerará o processo de ocupação do interior do país pelo movimento bandeirante. (GÓES, 1991, p. 101)

[4] Aproximadamente 308 Km².

comarca de Villa Rica (atual Ouro Preto), parte da Capitania das Minas Gerais, durante o final do século XVII e ao longo do XVIII. A comarca de Villa Rica se desenvolverá a partir da descoberta das minas de ouro e dará inicio ao quarto ciclo do movimento bandeirante, segundo Hélio Viana (1963 apud GÓES, 1991, p.53).

No território então hostil e de ocupação dificultada também pela ocupação indígena, restrita no final do século XVII pela intervenção militar (IBGE, 2013), a vila de Visconde do Rio Branco será oficializada em 1810, devido ao seu desenvolvimento estimulado pela exploração de ervas e raízes medicinais e que permitirá o avanço da colonização mineira sobre a região.

As principais freguesias existentes na região neste período serão Campos dos Goytacazes - RJ (1673), Guarapari - ES (1679) e São João da Barra - RJ (1756) com ligações litorâneas, e Visconde do Rio Branco - MG (1810) no interior, tendo a região de Itaperuna como ponto geométrico entre elas.

A partir de 1759 a hereditariedade será extinta na transferência da posse das capitanias hereditárias, simplificando a nomenclatura para “capitania” que será mantida até 1821, quando o sistema é desintegrado e estabelecido o de províncias por determinação da Coroa Portuguesa, em um movimento de contenção “das forças centrífugas de separação do território” (MARTINS, 2001) presentes em algumas partes da colônia. A capitania de São Tomé será então anexada à Província do Espírito Santo em 1753, por ordem de D. José I até 1832 (HENRIQUES, 1956, p. 58). Isso será determinante para a criação de vínculos e na transferência de bens e cultura entre as duas regiões, norte fluminense, hoje norte e noroeste fluminense, e sul capixaba, visíveis ainda em tempos recentes, mais intensificadas no atual município de Campos dos Goytacazes.

Posteriormente, a capitania de São Tomé é desmembrada e nomeada como Rio de Janeiro, dando origem após 1832 à Província do Rio de Janeiro. (SALDANHA, 2001, p.22).

2.2. A CHEGADA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA EM 1808: PRIMEIROS REGISTROS DOCUMENTAIS DA REGIÃO: LIMITES FÍSICOS POUCO DEFINIDOS

Em publicação de 1828, Antônio Muniz de Souza relata sua viagem subindo o rio Muriaé e desbravando o sertão da Pedra Lisa, onde comenta a questão indígena e afirma, como numa previsão do porvir:

> o que não acontecerá creando-se Destacamentos, porque estes, não só amansarão immediatamente o gentio á proporção que os Commandantes forem políticos; e liberaes; mas às suas abas se estabelecerão povos, que se limitando á lavoura de mandioca, milho, feijão, arroz, e algodão; farão destes mesmo generos abundar a Villa de S. Salvador, dos quaeshequasi sempre mesquinha; e até de Minas emigrarão famílias que com isso interessão por aproximarem-se aos portos marítimos, e darem consumo aos seosgeneros. (SOUZA, 1834, p.141)

Neste trecho, é claro o movimento de ligação com o litoral, característico de toda a ocupação no início do período colonial influenciada pelo Pacto Colonial e sua exigência de “exclusividade de comércio dos produtos coloniais apenas com a metrópole, enquanto a Colônia seria mercado exclusivo dos produtos metropolitanos” (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007, p.23), e pela necessidade de proteção territorial da colônia.

A ligação com o litoral favoreceu a ocupação no sentido do norte de Minas Gerais (interior) para o litoral, por isso, mesmo sendo de posse da Villa de Campos dos Goytacazes não houve interesse em interiorizar a ocupação, com a transferência de uma população campista para a região não desenvolvendo a ligação da sede com o sertão do território e por consequência retardando a ocupação do futuro território de Itaperuna.

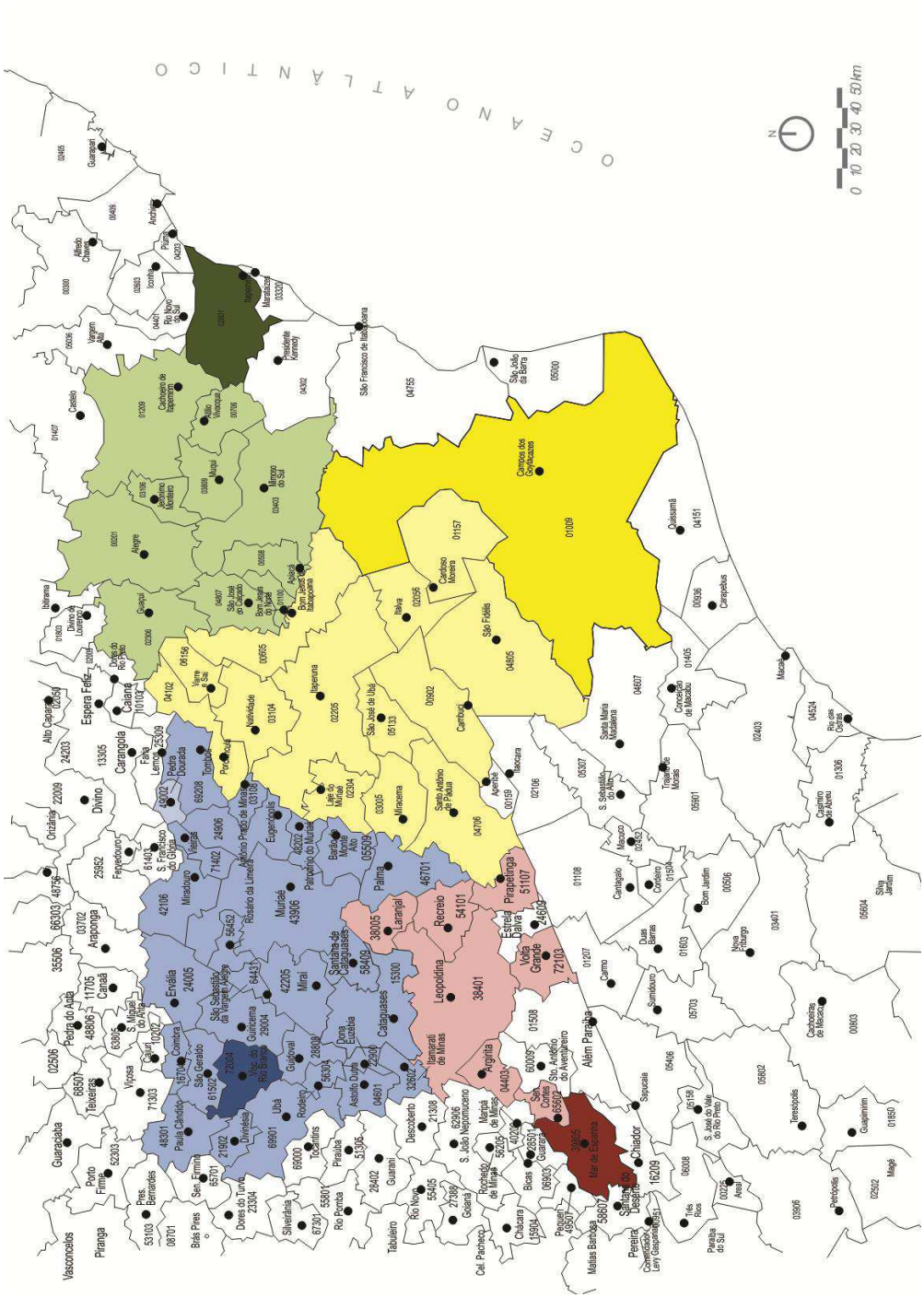


Figura 3. Divisão Territorial da Capitania de São Tomé no século XIX[5].
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015, baseado em dados do IBGE (2013)).

A chegada da Corte Portuguesa em 1808 criará uma demanda por alimentos

[5] Composição territorial da região no século XIX, respeitando a seguinte representação: na cor amarela parte do território da vila de Campos dos Goytacazes, na cor vermelha, parte da vila de Mar de Espanha, em azul parte do território da vila de Visconde do Rio Branco e em verde parte do território da vila de Itapemirim. Os tons mais fortes de cada território representam o território atual correspondente à sede das vilas.

e moradias na cidade do Rio de Janeiro, atendida pela produção agrícola da Vila de São Salvador (Campos dos Goytacazes), São João da Praia (São João da Barra) e São João de Macaé (Macaé), consolidando esta região como a principal produtora de gêneros alimentícios e principalmente a principal zona de produção açucareira, tornando esta a principal atividade econômica do Norte Fluminense, tendo como consequente o crescimento da importância de suas ligações portuárias. Além de atender a produção agrícola, estas províncias forneceram matérias-primas para a construção civil, como pedras, tijolos e telhas produzidas nas cerâmicas pertencentes às ordens religiosas instaladas principalmente em Campos dos Goytacazes.

Neste período a exploração das minas na comarca de Villa Rica estará decadente e a exploração mineral será paulatinamente substituída pela pecuária e produção agrícola, ainda sem ocupação do território ao norte da Província do Rio de Janeiro e a sudeste da Província das Minas Gerais, como observado na figura 4.

Figura 4. Império do Brazil (1840 – 1889).
Fonte: IBGE (2015).

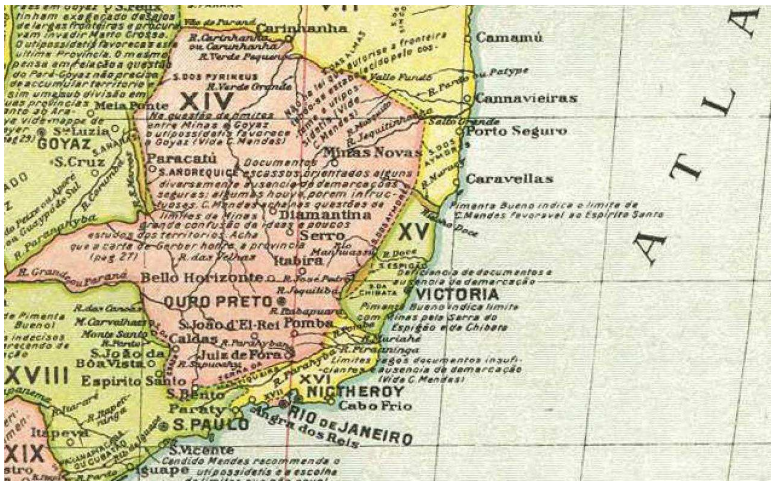


Figura 5: Detalhe das Províncias: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo[6].
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

[6] Onde consta a seguinte inscrição: "limites vagos, documentos insuficientes e ausência de demarcação (Vide C. Mendes)". Na Província das Minas Gerais consta a seguinte: documentos escassos, orientados alguns diversamente, ausência de demarcações seguras: algumas houve, porém infructuosas. C. Mendes acha nas questões de limites de Minas grande confusão de ideias e poucos estudos dos territórios. Acha que a carta de Gerber honre a província.

Nota-se ainda que de acordo com a observação feita pelo cartógrafo (mapa 5) e com as delimitações de cada província, o território do sertão da Pedra Lisa e o sudeste das Minas Gerais não possuem um marco natural, como em todos, e nem mesmo uma linha para demarcação, o que demonstra a dificuldade em identificar os limites entre os dois.

Apesar de não haver ocupação até este período a área já era objeto de posse como cita Henriques (1956) dos livros das Ordens Régias demonstrando que o abandono não era ocasionado pelo desconhecimento das terras:

> Joseph da Silva Pais, Brigadeiro da Infantaria dos Exércitos de Sua Majestade, a cujo cargo está o Governo do Rio de Janeiro, e suas Capitanias, concede uma sesmaria de uma légua em quadras, a Domingos Alves Pessanha, partindo por uma parte com o rio Muriaé até topar o rio chamado Morto; por outro lado com o sertão, fazendo testada com o rio Paraíba acima, ficando servindo de divisa o rio Muriaé, pelos fundos da barra do dito rio (Página 70, do livro n. 6, em 26 de janeiro de 1739). - Mathias Coelho de Souza faz saber que concede uma sesmaria de uma légua à mão direita do rio Muriaé acima, por outra do sertão até ao 'Poço Comirupia', testada com o mesmo rio começando do 'Poço Cajado'. (Página 83, do livro n.10, em 3 de outubro de 1749). - Em 12 de novembro de 1750, foi concedida uma sesmaria de uma légua de terras em quadras, no vale do Muriaé, a Mathias de Andrade. Em 27 de junho de 1801, 'ao Tenente Manoel José Pinto, residente na vila de São Salvador dos Campos, era concedida uma sesmaria no sertão do rio Muriaé, da parte do Norte, por detrás da sesmaria de Antônio da Silva Borges e Francisco de Seixas ou seus filhos, de uma légua de terras em quadras no lugar dos quilombos da pedra e do Imburi, fazendo testada no brejo da Onça, e fundos com o sertão. (p.59).

2.3. INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: A OCUPAÇÃO DA REGIÃO E A LITORALIZAÇÃO DE MINAS GERAIS

Com o desenvolvimento do cultivo de cana de açúcar como solução natural para substituir o declínio da produção aurífera em Minas Gerais, a então região Norte Fluminense[7], da qual ainda fazia parte Itaperuna como território inexplorado de Campos dos Goytacazes, vivencia um período de riqueza com o incremento da população do Rio de Janeiro após a Independência. Esse aumento na produção não se limita ao crescimento do número de propriedades, mas à modernização do processo de produção com a inserção de moinhos hidráulicos e moendas de ferro. De acordo com Mendes, Veríssimo e Bittar (2007):

[7] Itaperuna fez parte da denominada Região Norte Fluminense até 1993 quando uma nova regionalização foi criada, dividindo esta região em duas, passando Itaperuna a pertencer a nova região denominada Noroeste Fluminense. (CRUZ, 2003).

> A prosperidade da região modificou o caráter essencialmente rural dos primeiros anos de produção. As pequenas concentrações habitacionais surgidas à beira dos caminhos, herdeiras dos pequenos banguês, gradativamente recebiam novos elementos urbanos responsáveis pela afirmação do poder civil e religioso. Surgiam casas de câmara e cadeia, capelas, igrejas e, com o adensamento das vilas, edifícios comerciais e residências para as diferentes classes sociais que compartilhavam aquele espaço. (p.122)

Esse crescimento econômico e populacional gerará a primeira fase de fragmentação das cidades da região. Serão elevadas à categoria de vila de Muriaé[8] (São Paulo do Muriahé) a freguesia da Glória e a vila de Guarapari[9] a freguesia de mesmo nome, criando novos pontos de concentração e atração no espaço.

Com o surgimento de Muriaé entre a cidade de Visconde do Rio Branco e Campos dos Goytacazes, as relações econômicas e políticas com o território mineiro passam a ser mediados pelo primeiro, por ser o último entreposto comercial entre as duas províncias.

A ocupação do sertão ocorrerá a partir de 1831 com a migração, de Viçosa, do mineiro José de Lannes Dantas Brandão com sua esposa, para a região de Itaperuna onde inicia a ocupação de uma área nomeada por ele como Conceição, com posse legalizada a partir de 1833, onde edifica uma fazenda de grandes proporções, a Fazenda Porto Alegre.

Devido à Lei Provincial n. 56 de 10 de maio de 1840, que incentivava o estabelecimento de colônias agrícolas em áreas ainda não desenvolvidas da província limitando a dimensão da sesmaria, são feitas sucessivas ocupações e divisões a partir da transferência de posse da terra de José de Lannes para seus familiares e colaboradores: seus irmãos, Antônio e Francisco, receberão parte das terras à margem esquerda do rio Carangola onde surgirão as fazendas Bom Sucesso, Boa Esperança e Conceição; José Ferreira César receberá a porção correspondente à freguesia de Nossa Senhora da Laje[10] (1834); um tropeiro chamado Bambuí receberá terras entre a fazenda Porto Alegre e a cidade de Campos dos Goytacazes onde construirá uma fazenda de mesmo nome (1833); o

---

[8] O município de Muriaé surgirá no território da Província de Minas Gerais e integrará o estado de mesmo nome até os dias atuais.

[9] O mesmo ocorrerá com o município de Guarapari e a capitania e Província do Espírito Santo.

[10] Futuro município de Laje do Muriaé

Tenente Coronel Geraldo Rodrigues de Aguiar fundará a fazenda Cubatão, próximo à cachoeira de mesmo nome.

Ainda serão integrados a esse grupo José da Terra Pereira, fundador da fazenda do Limoeiro (1840), à margem direita do rio Muriaé; o alferes Joaquim Ribeiro da Silva fundador da Fazenda São Domingos (1839); José Bastos Pinto e José Garcia Pereira, compradores de terras na região de Laje de Muriaé e doadores dos terrenos do arraial (década de 1850), todos vindos da Província das Minas Gerais (IBGE, 1959)[11].

Figura 6. Fazenda Porto Alegre, início do século XX.
Fonte: Itaperuna online[12] (2014).

Figura 7. Fazenda Porto Alegre, meados do século XX.
Fonte: Itaperuna online[13] (2014).

[11] Além dos colonizadores citados, outros contribuíram para o estabelecimento da rede de fazendas e a fundação da Vila de São José do Avaí (Itaperuna), todos constantes no Anexo A.

[12] Disponível em: <http://www.itaperunaonline.com.br/portal/ >. Acesso em: 14 abr. 2014.

[13] Disponível em: <http://www.itaperunaonline.com.br/portal/ >. Acesso em: 14 abr. 2014.

Figura 8. Fazenda São João, início do século XX.
Fonte: Itaperuna online[14] (2014).

Figura 9. Fazenda da Cachoeira, em 1951.
Fonte: Acervo Raul Travassos (2015).

Figura 10. Fazenda da Conceição, em 1920.
Fonte: Acervo Sérgio Almeida (2015).

[14] Disponível em: <http://www.itaperunaonline.com.br/portal/ >. Acesso em: 14 abr. 2014.

Figura 11. Fazenda Limoeiro
Fonte: Colégio Estadual Chequer Jorge (2005).

Figura 12. Fazenda Paraíso, em 1956.
Fonte: Colégio Estadual Chequer Jorge, 2005.

Neste momento o latifúndio, característico do período colonial, se replica como modelo de ocupação e dominação, dando prosseguimento ao processo de ruralização do Brasil e no fortalecimento político da elite rural.

A implantação das fazendas obedecerá ao locacionismo colonial, com a proximidade dos cursos de água e terrenos planos, favorecendo a instalação de moinhos hidráulicos, a irrigação, sistemas de circulação e comunicação, além do surgimento de ocupações.

Todas as propriedades darão origem a uma rede de fazendas estruturadora dos distritos de Itaperuna e das cidades que surgirão no século XX nesta região como Natividade, Porciúncula e Laje do Muriaé (FRIDMAN, 2007. Ver mapa 6). A transferência populacional para esta região provocará a vinculação identitária com o

Estado de Minas Gerais, a partir da migração de costumes, crenças e aspectos do cotidiano caracterizadores, ainda nos tempos atuais, do modo de vida mineiro.

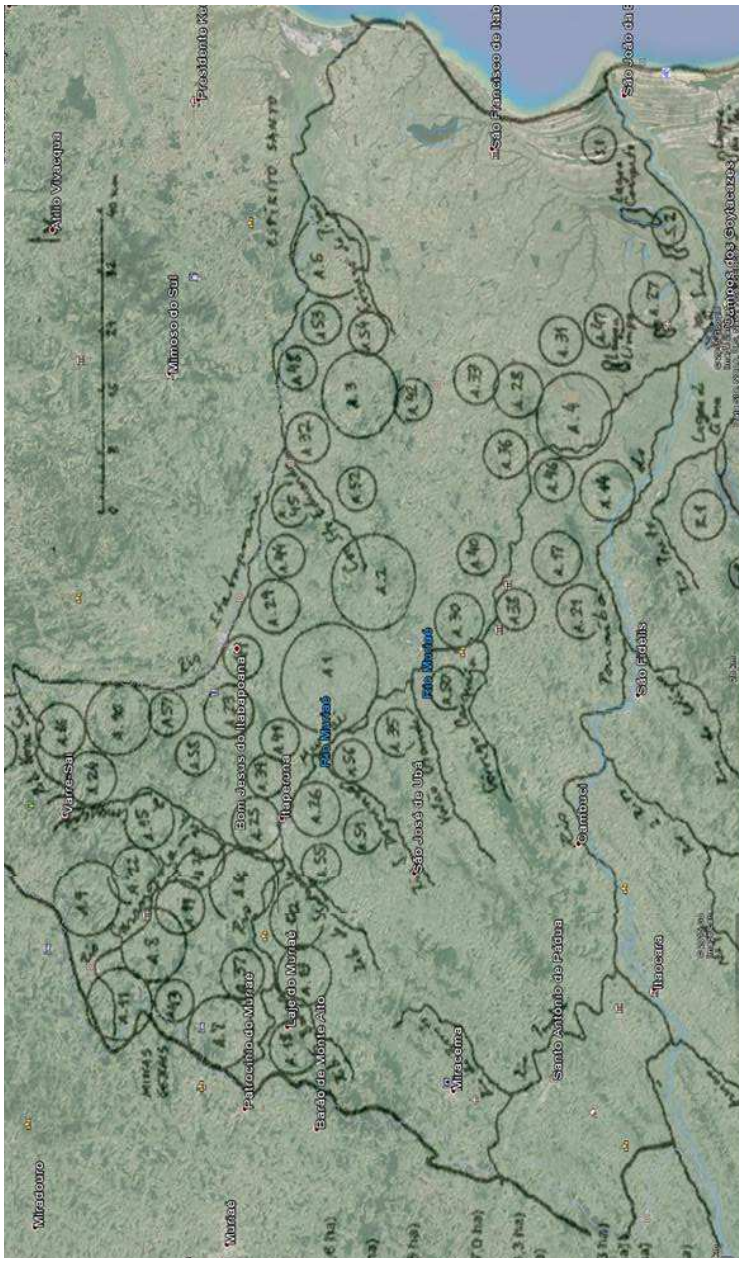


Figura 13. Grandes propriedades em Campos dos Goytacazes, em meados do século XIX[15].
Fonte: Fridman (2007).

[15] Retirado do trabalho de Fridman (2007) e uma foto de satélite com a ocupação atual (Google Earth, 2015). Podemos observar a sobreposição das fazendas, concentradas ao longo dos rios, com as sedes dos municípios nos dias atuais. Destaque para os seguintes itens: A.9 – Fazenda São José (Porciúncula); A.15 – Fazenda da Conceição (Natividade) e A.51 – Fazenda São Domingos (Até, distrito de Itaperuna). Ressalta-se ainda, que o trabalho de Friedman incorre em um equívoco de localização, posicionando a Fazenda Porto Alegre e, local bem diverso do original, devendo a mesma estar próxima da propriedade A.6. O original consta como anexo.

Como observaremos na terceira seção, a regionalização, que se pretende analisar, se dará através dos nomes de famílias historicamente dominantes, topônimos, complementaridade de atividades comerciais e fluxo de pessoas e mercadorias surgidos neste período de desbravamento.

Em 1834, José de Lannes venderá sua propriedade e se fixará na fazenda São José[16], no povoado de Natividade do Carangola, próximo ao Rio Carangola e que originará o município de Natividade.

2.4. PRIMEIRA REPÚBLICA: A EMERGÊNCIA DA ELITE LOCAL E A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO

Em torno de 1850, a agricultura de subsistência é substituída pela de renda da terra, já tendo o café como principal cultivo, tendo sido inserido no processo inicial de ocupação com mudas trazidas de Macaé, por José de Lannes, no ano de 1836, com lavouras que se estendiam até o norte de Minas Gerais. A produção agrícola cafeeira se intensificará até 1935 levando a região de Itaperuna a se destacar nacionalmente. Tal fato permitiu uma grande articulação política e econômica desta elite cafeeira com as elites políticas republicanas no Rio de Janeiro, gerando a acumulação e concentração de poder e bens, justificativas para a emancipação política.

Em setembro de 1850, a partir da Lei Imperial nº 601, serão iniciados os esforços para a oficialização da demarcação das sesmarias já ocupadas. Isso ocorre pela proibição, estipulada pela lei, de apropriação de territórios inexplorados, impedindo o surgimento de novas propriedades que não fossem estabelecidas a partir de compra das terras devolutas do Império. Tal legislação reduzirá o fluxo de migrações para ocupação de terras e estabelecimento de latifúndios com custos apenas de instalação, limitando a expansão do grupo dominante com a inclusão de novos “desbravadores” em busca de riqueza.

O surgimento do povoado de Natividade do Carangola (atual Natividade) ainda é pouco relevante para a rede de cidades já existentes neste período e pertencentes à freguesia de Santo Antônio dos Guarulhos. Tal fato fica claro quando observado a ausência da localidade no Decreto Imperial nº 1.828, de 1º de outubro

[16] Nesta propriedade ele viverá até 1852 quando foi assassinado por seus escravos, que foram julgados em Campos dos Goytacazes e condenados à morte (HENRIQUES, 1956, p. 63)

de 1856 que trata da divisão em distritos eleitorais a partir da divisão paroquial existente, explicitando a falta de conexões políticas e econômicas que irão se desenvolver até o final do século XIX.

A partir da década de 1870, iniciam-se as discussões em torno do processo de emancipação de Itaperuna, como desdobramento da independência econômica adquirida em relação à Campos, e impulsionado pelo plano de integração nacional a partir da criação de uma rede de cidades (FARIA, 2003, p. 9). O movimento tem sua discussão em Laje de Muriaé, por sua importância política e pelo interesse local em se desvincular de Santo Antônio de Pádua e ser incorporado pelo território de Itaperuna, movida pela identificação produtiva e econômica com a atividade cafeeira itaperunense.

O projeto apresentado na Assembleia Provincial, em 1887 (HENRIQUES, 1956, p.70) preverá a mudança da sede do futuro município de Natividade para a freguesia de Porto Alegre, atual localização da sede do município, baseada na doação de terras feitas pelo Comendador Cardoso Moreira[17] (figura 14), então proprietário da Fazenda Porto Alegre.

> No período colonial, as circunscrições administrativas de base eram: a comarca, circunscrição jurídica; a vila ou a cidade, circunscrições administrativas; a freguesia, verdadeira unidade administrativa religiosa de base territorial. Juntos, formavam o termo, a área sobre a qual se exercia a autoridade municipal, ou seja, o distrito. Esta organização do território revela uma hierarquia entre os diferentes aglomerados urbanos, já que as cidades representavam uma categoria mais importante que as vilas. Criadas em localidades especiais, funcionava, como centros regionais. Estas cidades estavam sob responsabilidade direta dos governantes e recebiam, para a sua fundação e desenvolvimento, todos os recursos da Coroa, enquanto que, para as vilas, toda a responsabilidade e despesas ficavam a cargo dos donatários." (FARIA, 2006, p. 69)

A influência política e os interesses econômicos do Comendador Cardoso Moreira serão decisivos para a realização do processo de emancipação de Itaperuna: primeiro como proprietário de terras recém-adquiridas na nova sede (1878) e depois como principal acionista da Estrada de Ferro Campos-Carangola junto com o Dr. Francisco Portela cuja importância será esclarecida mais adiante.

Além dos interesses do comendador Cardoso Moreira, é latente o

[17] A importância da ferrovia Campos- Carangola e o papel do Comendador Cardoso Moreira foi objeto de reconhecimento em toda a região, nomeando a avenida principal de Itaperuna, antiga via férrea, e o município de Cardoso Moreira, desmembrado de Campos dos Goytacazes em 1989 (IBGE, 2013).

envolvimento dos proprietários locais já visando o favorecimento de um grupo seleto e com arcabouço financeiro e influência política na capital. A espacialização do processo já é manipulada para favorecimento da elite, como observado em Henriques (1956) citando correspondência do fazendeiro Joaquim Ribeiro dos Santos para o Comendador Venâncio em 1887:

> Meu irmão Assis (referia-se ao Sr. Francisco de Assis Ribeiro dos Santos – N.A.) que ontem devia ter aí chegado, informou-me das disposições de V. As. Relativamente à fundação de uma Vila nas proximidades da barra do Carangola. Confiei ao meu irmão o esboço de um programa. O que ali está escrito, carece ainda de meditação e de retoque que já me parecem necessários. Ontem, passando para Campos o Sr. Cadete Antônio Ferreira Rabelo, pedi-lhe que convidasse pessoalmente o Sr. Dr. Francisco Portela para vir entender-se pessoalmente com os fazendeiros mais influentes das freguesias interessadas na criação da Vila, e para, de acordo com eles, assentar um programa que deve preceder à subscrição projetada. (...). Devendo-se proporcionar o tamanho dos lotes às quantias com que contribuírem os subscritores, também parece-me necessário saber o custo de cada alqueire e quantos alqueires se poderão comprar. Neste assunto é mister a informação do Sr. Comendador Cardoso Moreira, que terá de ser provavelmente o intermediário para a aquisição do terreno. Se a Diretoria da Estrada de Ferro do Carangola não se esquivar ao encargo de cuidar da fundação da Vila, o resultado será vantajoso para todos, como acredito. (p.71).

Mesmo com a aprovação da criação da vila, o reconhecimento como freguesia eclesiástica só viria após a doação de terrenos para a ampliação da capela existente no município, não contemplada quando da elaboração do projeto da vila. Tal fato explicita a emergência dos três elementos estruturadores do urbano, de acordo com Sposito (2005): o mercado – a partir da produção cafeeira, a política – na articulação interna e externa pela emancipação e o modo de ocupação, e a religião – com a igreja como proprietária de terras sem ônus.

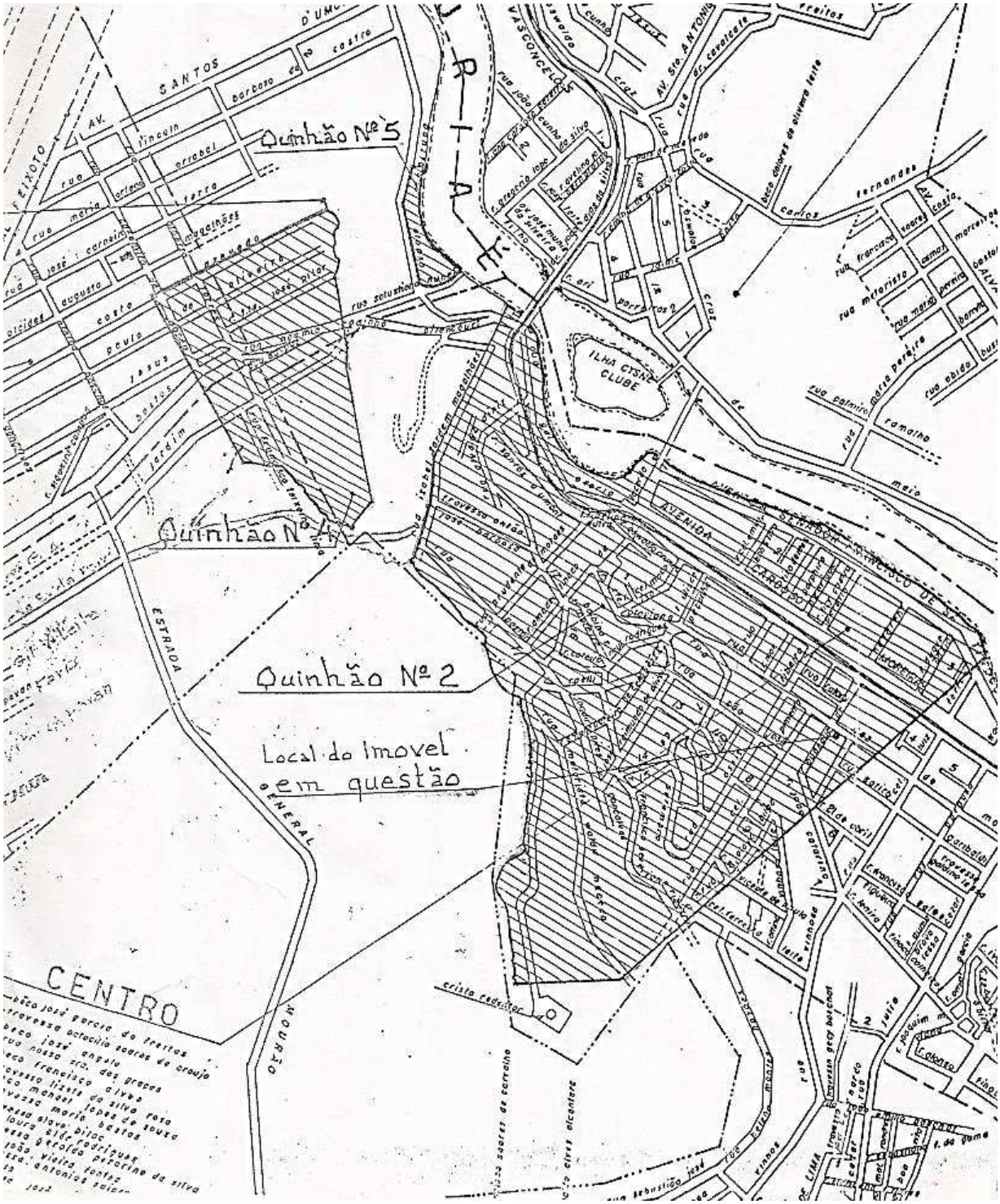


Figura 14. Demarcação dos terrenos foreiros de Itaperuna[18]
Fonte: Prefeitura Municipal de Itaperuna (2015).

[18] Doação do Coronel Cardoso Moreira.

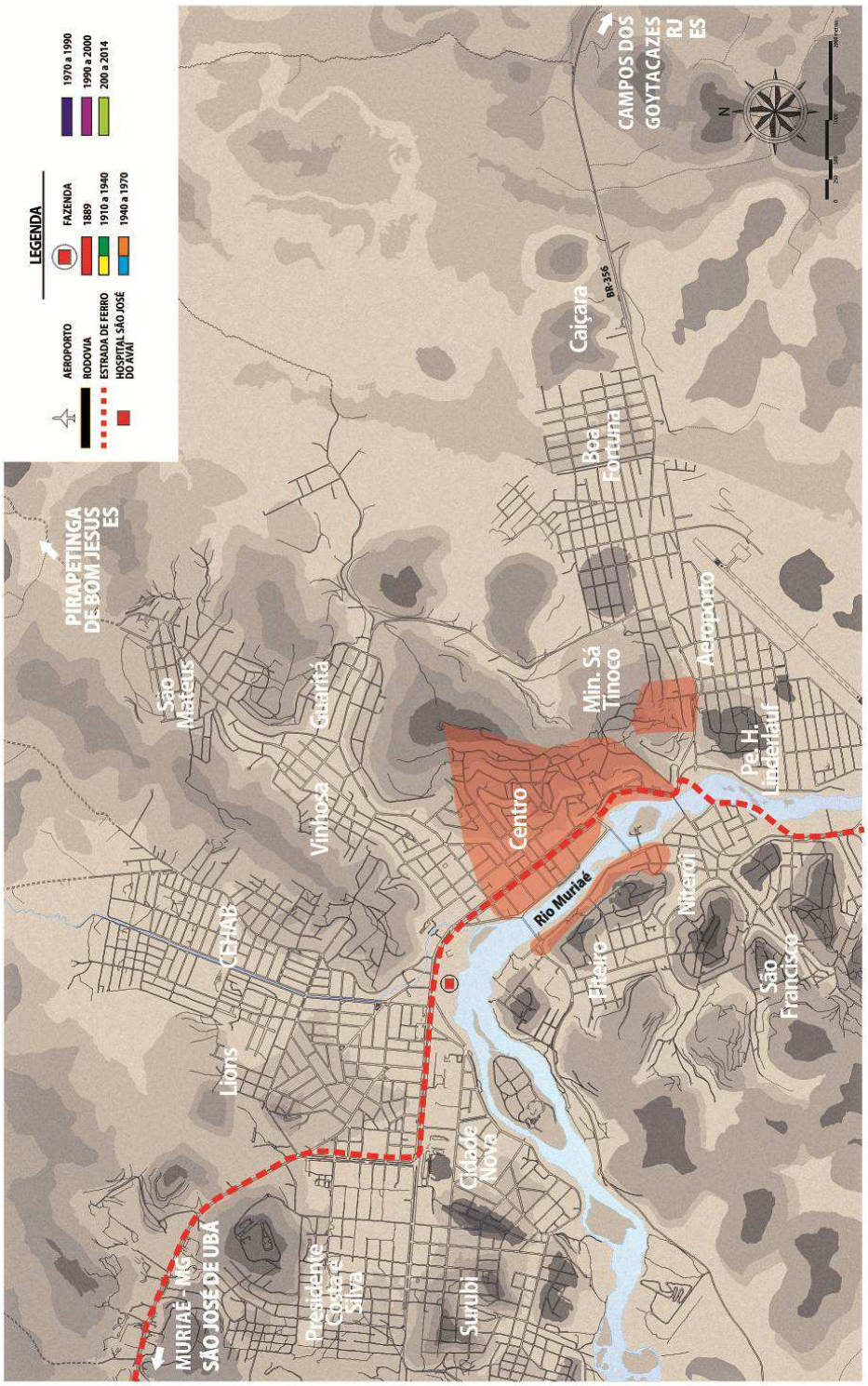


Figura 15. A área urbana original da sede do município de Itaperuna[19].
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

[19] Baseada na marcação dos terrenos foreiros doados pelo Comendador Cardoso Moreira, em 1889.

O início da ocupação urbana marcada pela doação de terras feita pelo Comendador Cardoso Moreira, em conjunto com a articulação política e econômica para a criação administrativa e física da vila, marca o primeiro momento desta relação entre o poder e a cidade. O núcleo inicial (Quinhão nº4, Mapa 7) será ocupado por equipamentos públicos e pelas habitações dos principais fazendeiros, limitado pelo rio Muriaé e pelo morro do Castelo.

Na segunda porção dos terrenos foreiros (Quinhão nº 2, Mapa 7), longe do rio, será localizado o cemitério, demonstrando uma lógica racionalista e higienista na doação e na implantação da cidade, característica das cidades do período imperial. Essa mudança em relação às cidades coloniais decorre da separação entre os poderes eclesiásticos e políticos, agravada com a proximidade da Proclamação da República. O cemitério, até então parte do terreno da igreja, será implantado buscando a redução das epidemias e a racionalização da cidade, a separação entre sagrado e profano segundo Teixeira (2006).

A vila será organizada em torno da Estrada de Ferro Campos – Carangola, ainda em projeto, não seguindo a ocupação tradicional colonial com a espacialização dos poderes em torno da praça (MENDES, VERÍSSIMO E BITTAR, 2007, p. 53), gerando um centro linear e disperso, sem um ponto central, função assumida pela via férrea, tendo como seu ponto focal a Prefeitura Municipal, ressaltando a importância da relação política sobre a religião, característica do período republicano.

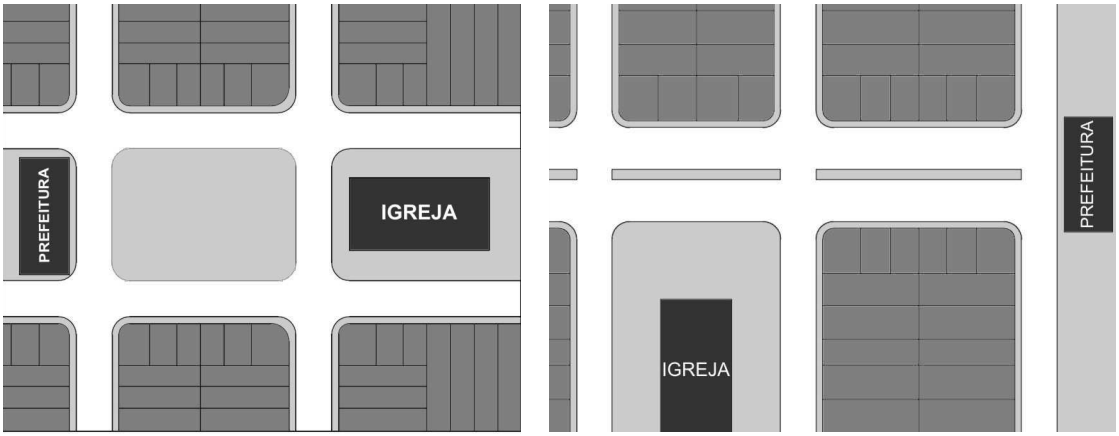


Figura 16. Morfologia urbana da cidade do período colonial versus cidade do período imperial[20]
Fonte: elaborado pelo autor.

[20] Modelo de Itaperuna.

À população pobre restou, nesta primeira década (1890), a margem direita do Rio Muriaé e sua ligação feita por balsa, e o entorno da estrada Itaperuna – Pirapetinga de Bom Jesus (RJ), fora dos limites legais do município. A primeira porção será nomeada como bairro Niterói, em uma analogia clara com o município fluminense, enquanto a segunda será a Vinhosa. Em 1893 uma ponte de madeira substituirá a ligação por balsa intensificando a ocupação no bairro Niterói. Os dois locais serão caracterizados por uma ocupação habitacional de baixa renda, abrigando os excluídos do centro, dando início ao processo de segregação.

Figura 17. Avenida Cardoso Moreira, antes do assentamento dos trilhos da ferrovia Campos - Carangola.
Fonte: Acervo Raul Travassos (2015).

Figura 18. Construção da igreja matriz de São José do Avahy, década de 1920.
Fonte: site Paróquia São José do Avahy (2014).

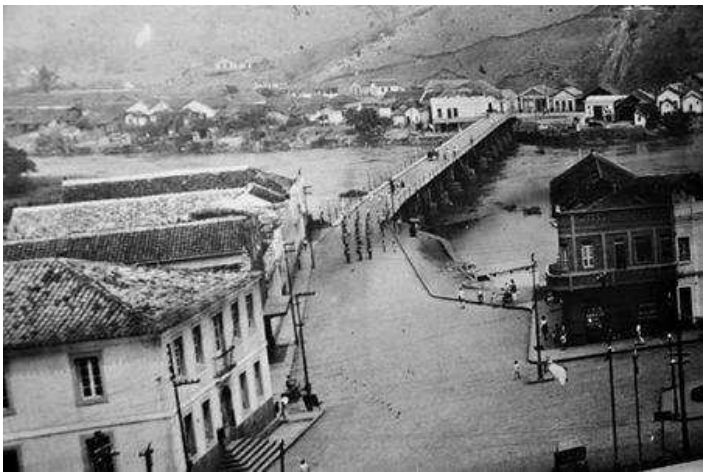


Figura 19. Prefeitura Municipal e ponte de concreto, construída em substituição à ponte de madeira, início do século XX.
Fonte: Acervo Raul Travassos (2015).

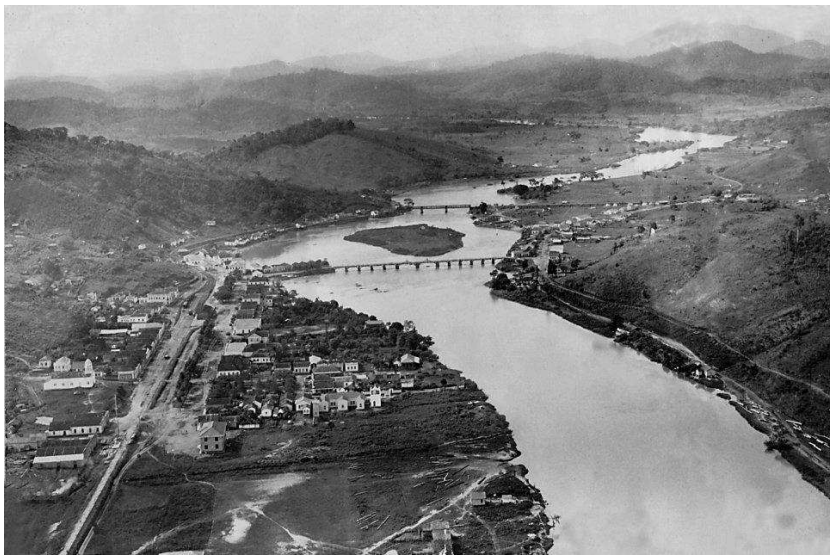


Figura 20. Núcleo urbano original, após o assentamento da ferrovia Campos – Carangola, em 1930[21]. Fonte: Acervo Raul Travassos (2015).

[21] Nota- se a organização urbana no entorno da via férrea. Na parte inferior da cidade, em frente à Igreja Matriz de São José do Avahy, a construção da Praça Nilo Peçanha, com seu entorno ocupado pela Conferência São Vicente de Paula, posteriormente renomeada como São José do Avaí. Ao fundo a ponte de acesso ao bairro Niterói e a ponte ferroviária

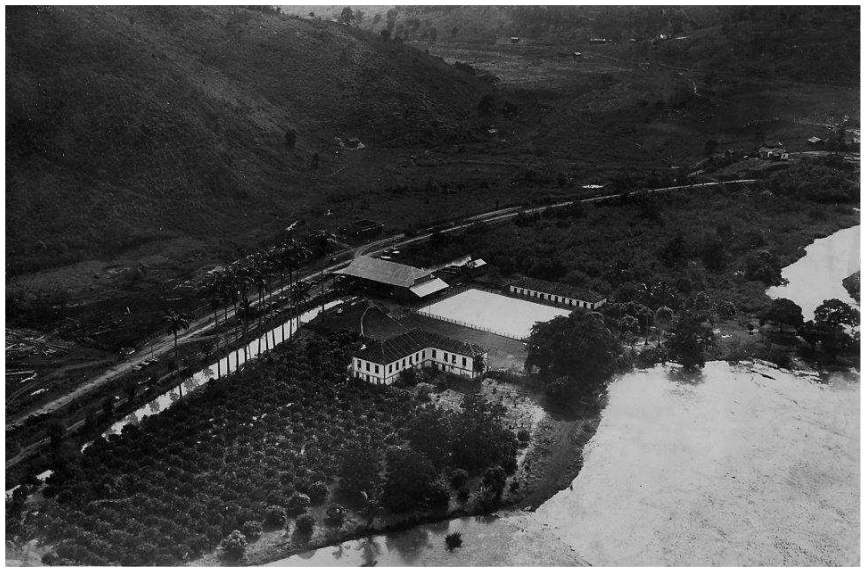


Figura 21. Fazenda Porto Alegre, em 1930[22].
Fonte: Acervo Raul Travassos (2015).

Logo após a fundação do município inicia-se a construção da estrada de ferro Campos – Carangola, a partir da subvenção do governo provincial obtida pelo comendador, com intuito de facilitar o escoamento da produção cafeeira para o porto, amparada no projeto nacional de integração territorial ferroviário. Sua execução começa em Campos dos Goytacazes e é paralisada por três anos no meio do percurso projetado no distrito campista de Porto do Braga (atual município de Cardoso Moreira), sendo sua conclusão impulsionada pelo assentamento de outra linha férrea, a Leopoldina Railway, no território mineiro que comprometeria o traçado proposto e os planos de ligação entre interior e litoral, o que ocorre próximo à região do futuro município de Patrocínio de Muriaé, na divisa dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, inclusive devido às diferentes dimensões dos trilhos das duas linhas férreas (FARIA, 2003, p. 6), além da prioridade sobre o escoamento produtivo vinculado à implantação primeira da rede.

[22]. Nota-se a via férrea no entorno da propriedade, contando com uma plataforma privativa para embarque de café

Figura 22. A estação ferroviária, em 1905.
Estações Ferroviárias do Brasil (2013)[23].

Esse golpe foi fundamental para o rompimento, durante o período de emancipação do município e até meados do século XX, entre a região de Itaperuna e o norte de Minas. A existência de uma conexão mais eficiente entre Campos dos Goytacazes e Itaperuna minimiza a relação econômica entre os municípios de Minas Gerais, Espírito Santo e Itaperuna, levando a uma aproximação maior da região fluminense, em especial com a cidade de Campos dos Goytacazes e da capital Rio de Janeiro. Essa ligação física materializa as trocas comerciais e políticas, e serve como marca do rompimento da transferência material e imaterial, e identificação dessas regiões com uma origem comum, demonstrando ainda a busca de uma associação local com a Corte e o poder político e econômico, e não mais com a região de mineração, já decadente e sem impacto econômico como no início da ocupação.

O movimento de aproximação com a província fluminense é intensificado, objetivando ganhos para a elite local a partir da maior articulação com a capital imperial, já vista como essencial no processo de implantação da ferrovia.

Até 1890, após a assinatura da Lei Áurea e a Proclamação da República, as fragmentações da região se aceleram. Com a implantação de câmaras republicanas e o reconhecimento da emergência das novas centralidades geradas pelo cultivo do café, a reorganização político-administrativa leva o desmembramento de partes de

[23] Disponível em: < http://www.estacoesferroviarias.com.br/>. Acesso em: 14 maio 2013.

cidades e união das mesmas gerando novos centros. Os territórios passam a ser delimitados pela denominada vocação econômica e afinidade econômica, política e cultural e não mais por questões geográficas.

Nesse processo de fragmentação territorial foram criados os municípios de Itaperuna, São Fidélis, Santo Antônio de Pádua, desmembrados de Campos dos Goytacazes (RJ); Leopoldina (MG), oficializando a ocupação de um povoado já desenvolvido; e Mimoso do Sul, Alegre e Cachoeiro de Itapemirim, derivados de Guarapari (ES) e Itapemirim (ES).

Com o fim do regime escravagista em 1888 (MENDES, VERÍSSIMO E BITTAR, 2007, p.167), as cidades do interior assumem o processo pelo qual já passara a capital da nação em meados do século XIX: a transferência da elite agrária do campo para a cidade. Com isso muda-se o *status* do urbano e a riqueza antes contida nas fazendas passa a se concentrar nas vilas e cidades, contando também com a transferência da população que até então vivia nas fazendas, como escravos, atuando como açougueiros, sapateiros, ferreiros e tantas outras atividades autônomas.

Neste momento observa-se em Itaperuna o aumento da ocupação no eixo viário e ferroviário principal com o aumento da quantidade de imóveis comerciais e de uso misto – residências e comércio. A ocupação do morro do Castelo (figura 15), região próxima à via férrea e parte constante dos terrenos foreiros, será de exclusividade da elite, numa clara espacialização privilegiada do poder, e em acréscimo ao centro original.

De acordo com Carvalho (2001, p. 20) a ausência de títulos de nobreza entre os fazendeiros e fundadores do município possibilita a aproximação com o ideal republicano, pela proximidade de interesses e pela disparidade produtiva do restante da província e mais especificamente do restante da freguesia de Campos dos Goytacazes, o que permitirá uma melhor adaptação à transição para a República. Pela identificação com o capital e o trabalho a região se aproximará da agora capital como uma aliada, ao contrário dos Barões do café do Vale do Paraíba.

Figura 23. A Avenida Cardoso Moreira e ao fundo a ocupação do Morro do Castelo.
Fonte: Cartão postal da cidade de Itaperuna (1957).

Figura 24. Praça Nilo Peçanha, com as residências da família Bastos, Massaud e Travassos, em 1944.
Fonte. Acervo Raul Travassos. (2015).

Figura 25. Edificação do Morro do Castelo (1)[24]
Fonte: Henriques (1956).

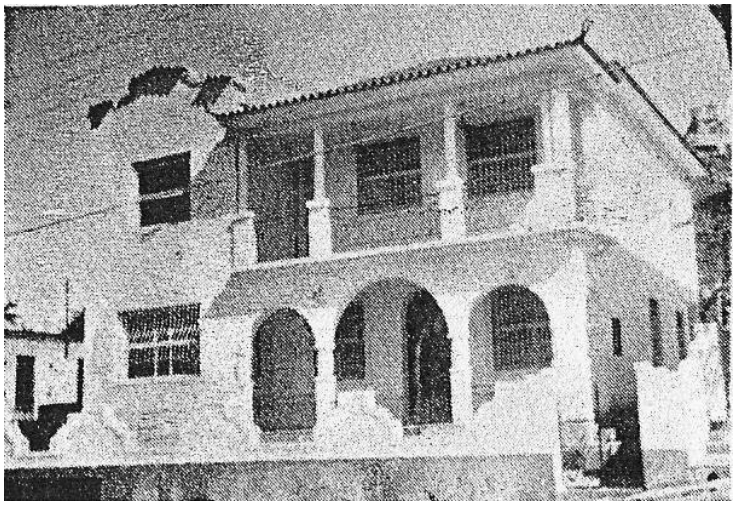


Figura 26. Edificação do Morro do Castelo (2)[25]
Fonte: Henriques (1956).

[24] Residência do Sr. Sebastião Alves da Silva, inspetor federal de ensino comercial e presidente do Rotary Clube de Itaperuna

[25] Residência do Sr. Rubens Vieira leite, comerciante, fazendeiro e político.

Figura 27. Avenida Cardoso Moreira, em 1940.
Fonte: Acervo Raul Travassos.

Figura 28. Avenida Cardoso Moreira, na década de 1930[26]
Acervo Raul Travassos.

Inserida no processo de industrialização pós-colonial e pré-moderno nacional, a cidade de Itaperuna será objeto da transferência do capital agrário para o agroindustrial, responsável por um novo grande ciclo de desenvolvimento urbano. A lavoura cafeeira tornará o município um dos maiores produtores do Brasil, ocasionando a implantação de uma usina de beneficiamento de café de propriedade do governo estadual, na área rural em 1923 (HENRIQUES, 1956, p.289).

A consolidação de uma elite local, com alcance regional, decorrente da aproximação política com a capital, levará ao surgimento e oficialização das

[26] Com a estação ferroviária ao centro e a prefeitura municipal ao fundo.

conexões terrestres com o estado do Rio de Janeiro, então o maior polo da atividade industrial nacional de processamento de matérias-primas (SANTOS, 2001, p.35).

Em 1917 a primeira estrada de rodagem será construída com capital privado e ligará a estação ferroviária de Laje (hoje o distrito de Comendador Venâncio) e o distrito de Laje do Muriaé (hoje município de mesmo nome). Inserido no projeto de ampliação das conexões do território nacional e incentivado pelo interesse dos proprietários locais de automóveis, o município será ligado ao litoral e a capital fluminense, passando por Campos dos Goytacazes e posteriormente ligará aos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Um marco desse momento será a instalação do primeiro Posto de Combustíveis na cidade, em 1926, e a substituição da ponte de madeira para a ligação entre as duas margens do rio Muriaé por uma de concreto em 1935, segundo Henriques (1956, p.239).

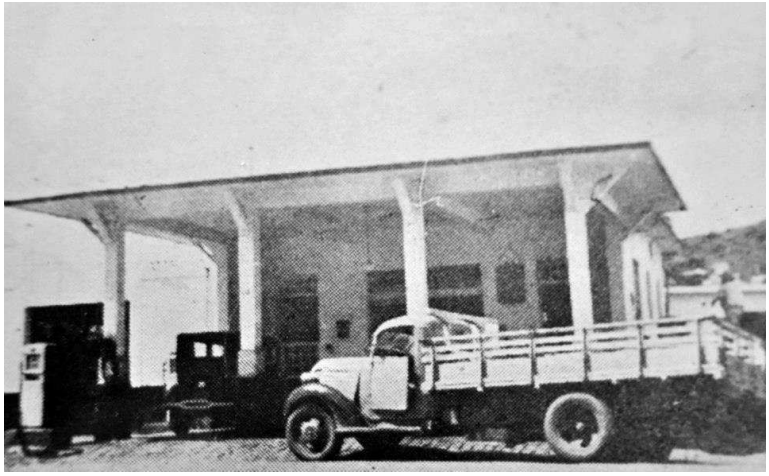


Figura 29. Posto Esso, de propriedade dos Srs. Alfredo Martins Crespo e Antônio Rossi Bastos.
Fonte: Henriques (1956)

Essa nova conexão com Minas Gerais não será suficiente para a retomada do processo de trocas do período original de ocupação, sendo ainda determinante as articulações políticas com a capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro.

O município de Itaperuna, mais precisamente na região onde surgirá o município de Varre e Sai, receberá imigrantes italianos que contribuirão para o desenvolvimento da cafeicultura na região, tornando no próximo período Itaperuna a maior produtora de café do Brasil. Neste movimento as famílias Pulitini, Geovaninni, Purificati, Pelegrini, Fabri, Grillo, Riguethi, Muruci, Ridolphi, Capacia, Bendia, Amitti, Fuzzi, Gorini, Tupini, entre outras, se instalarão e contribuirão para o crescimento

regional a partir da melhora tecnológica do cultivo do café. É importante ressaltar que não apenas a cafeicultura, mas a produção de milho e arroz também será a mais considerável do estado em 1920 (CARVALHO, 2001, p. 5-117 passim).

Além disso, a conexão externa promovida pela ferrovia Campos-Carangola e a oportunidade de trabalho no campo tornarão a região atraente e acessível, levando ao crescimento populacional de 9.327 habitantes em 1890 para 100.000 em 1920 (LAMEGO *apud* CARVALHO, 2001, p. 78).

Tabela 1. Municípios com maior produção cafeeira (1919-1920).

ESTADOS	PRIMEIRO		SEGUNDO		TERCEIRO	
Districto Federal e Território	**Município**	**Saccos**	**Município**	**Saccos**	**Município**	**Saccos**
Rio de Janeiro	Itaperuna	277.355	S. A. Pádua	241.420	Cambucy	113.332
Espírito Santo	S.P. Itabapoana	117.205	Alegre	104.805	Santa Thereza	97.097
São Paulo	Campinas	198.920	Ribeirão Preto	185.270	São Carlos	173.298
Minas Geraes	Carangola	200.133	Manhuaçú	197.685	Carantiga	178.305

Fonte: Carvalho (2001, p.103)[27]

[27] Recenseamento de 1920. Vol. 3, 2ª parte (p.23).

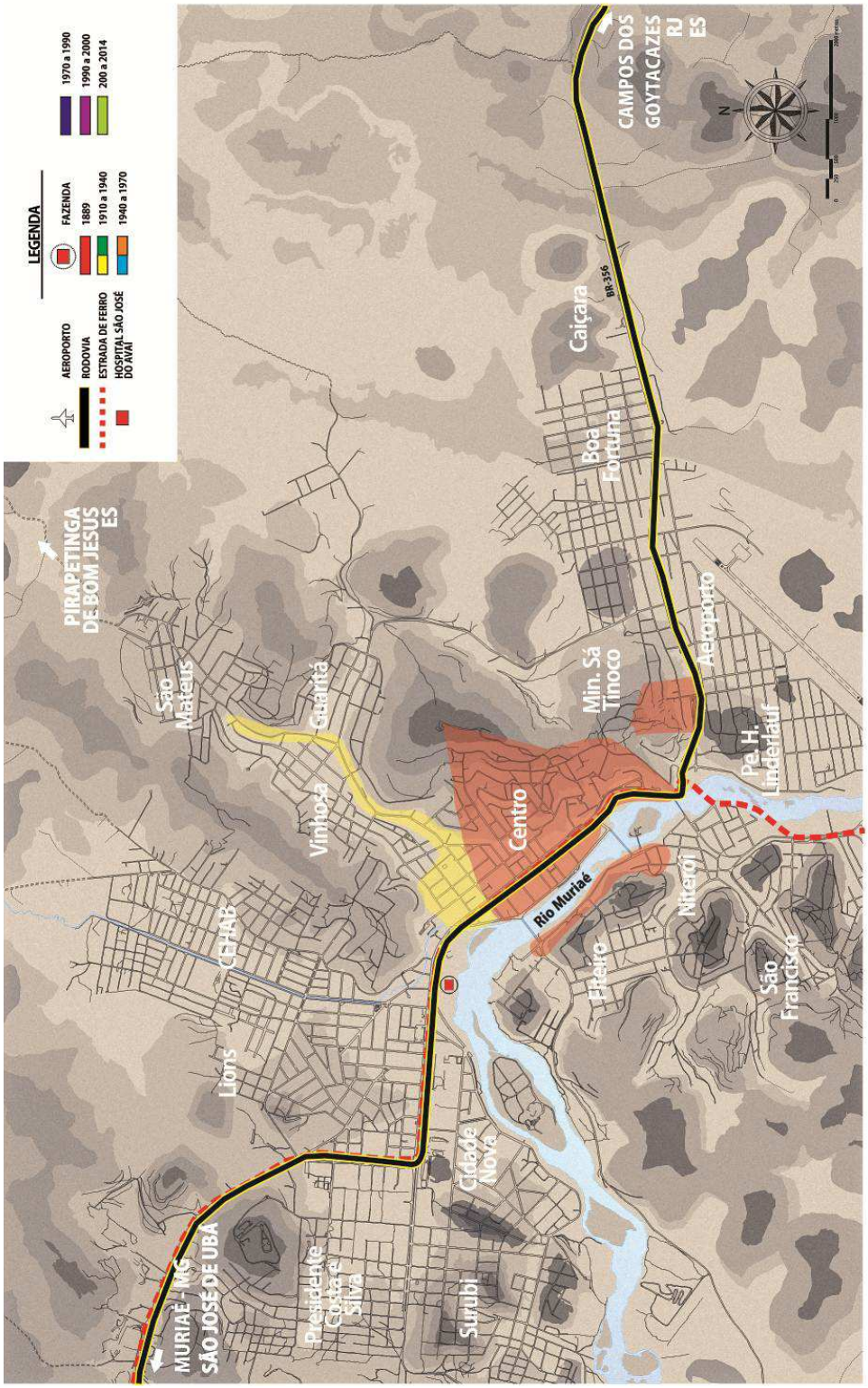


Figura 30. A primeira expansão da sede do município de Itaperuna[28].
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

[28] E sua espacialização em torno das conexões externas com o estado do Espírito Santo, década de 1920. Observa-se ainda a sobreposição do traçado da rodovia à ferrovia

2.5. ERA VARGAS: CRISE ECONÔMICA E REINVENÇÃO DA VOCAÇÃO REGIONAL DE ITAPERUNA

Com o início da Era Vargas (1930-1945) e o processo de integração nacional através do rodoviarismo em curso no país, a estrada de ferro terá sua importância minimizada, com a ampliação das conexões automotivas externas do município e retomando a ligação física pela rodovia BR- 356 com o estado de Minas Gerais. O percurso da rodovia acompanhará o da ferrovia Campos- Carangola, mantendo as relações espaciais com o objeto anterior ainda presentes, como meio de reduzir os custos de desapropriação e implantação da rodovia, seguindo as orientações do Plano Geral de Viação Nacional de 1934 (PEREIRA; LESSA, 2011, p. 29). O terminal rodoviário será criado em 1946, localizado no limite norte da cidade, além da delimitação inicial, alongando a ocupação do centro no entorno da ferrovia. A área urbana sofrerá pouca alteração em sua extensão, sendo acrescida uma área de aterro no prolongamento da Avenida Cardoso Moreira ampliando o setor central coincidente com os terrenos foreiros originais.

Nas décadas de 1930 a 1950 (IBGE, 2013) ocorrem as grandes fragmentações regionais, responsáveis pela criação dos municípios de Bom Jesus do Itabapoana (1938), Natividade (1947), Porciúncula (1947) e Laje do Muriaé (1962). Esse processo característico dos países em desenvolvimento pode ser observado no município de Itaperuna e em sua relação com os municípios que compõem a microrregião em que se insere e da qual é centralidade. O surgimento de um centro, regional ou local, explicita a emergência de articulações entre as diferentes dimensões (econômica, social e política), inter-relacionadas ou não, polarizando investimentos que propiciam crescimento do espaço urbano e seu grau de influência sobre o entorno.

A atividade agroindustrial será responsável pelo segundo ciclo de crescimento da área urbana, através da implantação do loteamento Cidade Nova e da criação de uma destilaria de álcool em 1943, nunca inaugurada, de acordo com dados da Secretaria de Obras de Itaperuna, substituída depois por uma fábrica de laticínios incorporada pela Cooperativa de Produtores de Laticínios de Itaperuna – CAPIL, em atendimento a transição produtiva do café para o gado. Esse novo empreendimento será uma vertente de desenvolvimento da cidade, e abrigará em seu primeiro

momento de ocupação os trabalhadores da fábrica, se caracterizando como bairro operário. Na zona rural teremos a descobertas de fontes hidrominerais e o início de seu envasamento e comercialização em 1920, segundo Henriques (1956, p. 281), originando o distrito de Raposo.

A criação de espaços de lazer e socialização como o Tênis Clube de Itaperuna e o Itapuã Clube, ao longo dos anos 1940, atenderão aos anseios de qualificação da cidade para atendimento das demandas das classes abastadas, o primeiro localizado no centro, de predomínio da elite, e o segundo próximo ao loteamento Cidade Nova, para atendimento da nova classe operária. Grupos e clubes sociais como o Rotary Club (1942) também demonstram a necessidade de agremiações e estruturas de organização de eventos de socialização e beneficência, bem como um meio de distinção social.

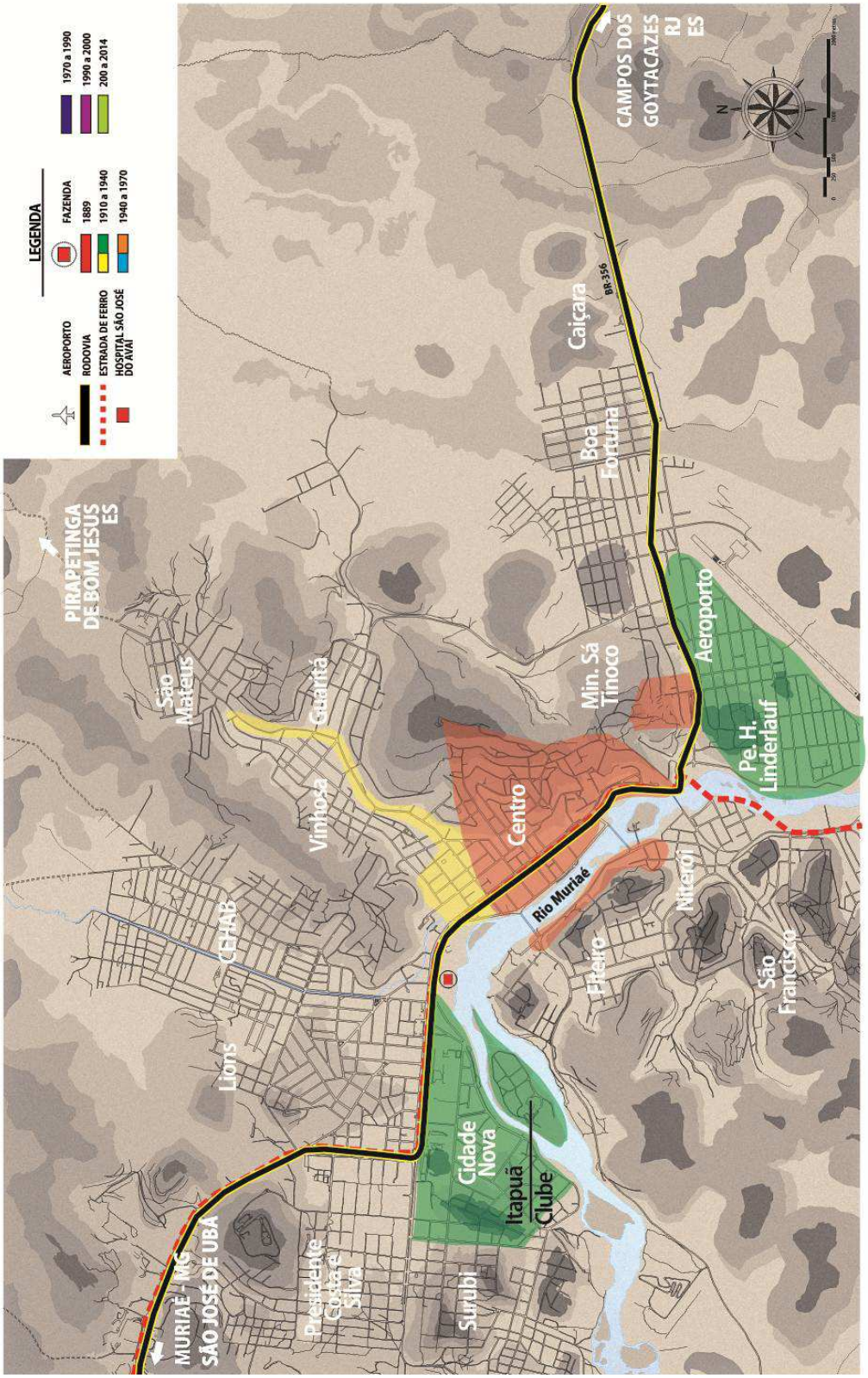


Figura 31. A segunda expansão da sede do município de Itaperuna[29].
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

[29] O surgimento da Cidade Nova como bairro operário e o entorno do Aeroporto como bairro de chácaras.

2.6. A ELITE URBANA ITAPERUNENSE E O ROMPIMENTO COM O RURAL

O movimento de fragmentação e desconcentração administrativa será concomitante com a implantação de uma rede de subseções de órgãos públicos estaduais e federais em Itaperuna, emergindo-a como centro de uma rede delimitada pelos territórios produzidos na fragmentação e pelos vínculos coloniais agora retomados com a malha rodoviária. Segundo Dias (in RIBEIRO, EGLER e SANCHEZ, 2012, p.91) a rede será constituída a partir de fluxos que atravessarão o território, podendo ser de pessoas, mercadorias, informações e capitais. Esse novo aparato político-administrativo expressará a importância locacional e política do município frente à região em que se insere.

Serão criados o Hospital São José do Avahy (1928), a Agência Municipal do IBGE (1934), o Centro de Saúde (1937), a Inspetoria de Rendas do Estado (1938), o Rotary Clube (1942), a Circunscrição de Trânsito do Estado (1945), o Instituto de Aposentadoria dos Comerciários (1948), a Emissora de Rádio (1948), o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (1955), o Serviço de Assistência e Previdência Social (1954), o Centro Médico Social (1955), sete agências bancárias e o Hospital Regional de Itaperuna (1957). Esse investimento público localizado, geograficamente e temporalmente, demonstrará o interesse do governo estadual e federal reciproco ao das elites locais em potencializar o município como centralidade e como polo irradiador do controle público.

Figura 32. Primeira sede da Conferência São José do Avaí na Praça Nilo Peçanha, em 1940[30].
Fonte: Acervo Raul Travassos (2105).

[30] Atualmente o prédio abriga a Fundação Educacional São José, com o edifício já totalmente descaracterizado

Além dos serviços públicos e financeiros, uma grande variedade de comércios e trabalhadores do terceiro setor também será responsável pela dinâmica urbana e pela manutenção de Itaperuna como centralidade regional que abrange municípios do Estado do Rio de Janeiro (Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Laje do Muriaé, Miracema, Cambuci, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai), e com integração econômica e cultural com os de Minas Gerais (Antônio Prado de Minas, Astolfo Dutra, Barão do Monte Alto, Cataguases, Coimbra, Divinésia, Dona Eusébia, Ervália, Eugenópolis, Guidoval, Guiricema, Itamarati de Minas, Laranjal, Leopoldina, Miradouro, Miraí, Muriaé, Palma, Patrocínio do Muriaé, Paula Cândido, Pedra Dourada, Pirapetinga, Recreio, Rodeiro, Rosário da Limeira, Santana de Cataguases, São Geraldo, São Sebastião da Vargem Alegre e Tombos) e os do Espírito Santo (Alegre, Apiacá, Atílio Vivacqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro do Itapemirim, Guaçuí, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui e São José do Calçado)[31].

Com os equipamentos públicos de saúde inicia-se a especialização do município como centro de saúde e sua importância frente às atividades agropecuária e agroindustrial. Em substituição ao poder ligado ao campo surge o domínio técnico como diferencial, sendo neste momento, o espaço urbano direcionado pelos agentes de saúde, em especial os médicos e empresários de saúde.

O marco da mudança de vocação surge com a construção de uma filial do Hospital Miguel Couto financiada pelo governo estadual a partir da realização de um aterro em uma porção de várzea. A inauguração não ocorrerá por problemas financeiros, mas o edifício será doado à Conferência São José do Avaí que transferirá o hospital para este local em 1966 (REVISTA INFORMED, 2014). Essa obra impulsionará a construção de algumas unidades públicas de atendimento médico e a de habitações de alta renda para atendimento da demanda dos médicos e altos funcionários dos serviços de saúde no entorno desses equipamentos, em oposição ao centro antigo de domínio dos antigos fazendeiros, criando uma extensão do centro.

[31] Estão sendo considerados todos os municípios atuais, originados das fragmentações territoriais das freguesias e vilas citadas nas partes 2 e 3 desta seção.

Figura 33. Construção da unidade local do Hospital Miguel Couto na década de 1960[32].
Fonte: Acervo Raul Travassos (2105).

A cidade estará em um período de transição entre o capital agrário e o capital concentrado pelos agentes de saúde, em especial os médicos. São estes os principais agentes sociais de Itaperuna nesse momento. Essa mudança não representará uma ruptura com os latifundiários, mas a rearticulação e a modernização dos mesmos, por serem os médicos seus filhos e o capital investido nos setores de saúde e imobiliário serem oriundos das fazendas de café e de laticínios.

Outros dois vetores de crescimento serão observados neste período: a construção de um conjunto habitacional e do aeroporto. O conjunto habitacional implantado com financiamento do BNH (Banco Nacional de Habitação), em 1975- ocupará a área ainda hoje conhecida como CEHAB. O bairro será projetado nas margens da estrada de ligação com os distritos rurais de Itaperuna, às margens de um córrego. As habitações de cunho social serão ocupadas e, até o final do século XX, totalmente descaracterizadas por seus proprietários, restando apenas como o nome como registro do bairro periférico.

O aeroporto será implantado em 1954 (HENRIQUES, 1956, p. 238) na área ao longo da rodovia de ligação com Campos dos Goytacazes, em um terreno de planície para atendimento da demanda por um meio de conexão mais rápida com a capital do estado, para as elites locais organizadas em um aeroclube. No entorno do

[32] Depois vendido à Conferência São José do Avaí

equipamento foram implantados, na década de 1960, novos loteamentos com características de chácaras, com baixa densidade e gabarito, possibilitando a vivência do ambiente rural de forma elitizada e controlada pelos moradores mais abastados.

A retirada da via férrea na década de 1970 é o ápice do processo de substituição da ferrovia pela rodovia iniciado no governo de Washington Luís (1926 – 1930) com o slogan “Governar é construir estradas”. O movimento teve sua justificativa na ineficiência do modal ferroviário e no ideal de “modernidade” derivado do automóvel (PEREIRA; LESSA, 2011, p. 28). Neste momento será criada uma nova rodoviária no bairro Cidade Nova marcando o fim do ferroviarismo em Itaperuna e formalizando a desarticulação dos sistemas de fluxos entre Itaperuna e Campos dos Goytacazes, e ampliando a articulação entre os municípios mineiros e Itaperuna por meio da rodovia.

Importante ressaltar que a redução do fluxo de pessoas entre Itaperuna e Campos será impulsionada pela limitação do acesso à rodovia por uma elite proprietária de automóveis e àqueles que possuíam recursos para as despesas com passagem. O que demonstra que a circulação extramunicipal ainda era um privilégio. Um exemplo é o primeiro automóvel da cidade, adquirido pelo Dr. Raul Travassos, membro fundador da Conferência São José do Avaí e proeminente cidadão.

Figura 34. Primeiro automóvel privado de Itaperuna, de propriedade do Sr. Raul Travassos. Acervo Raul Travassos (2015).

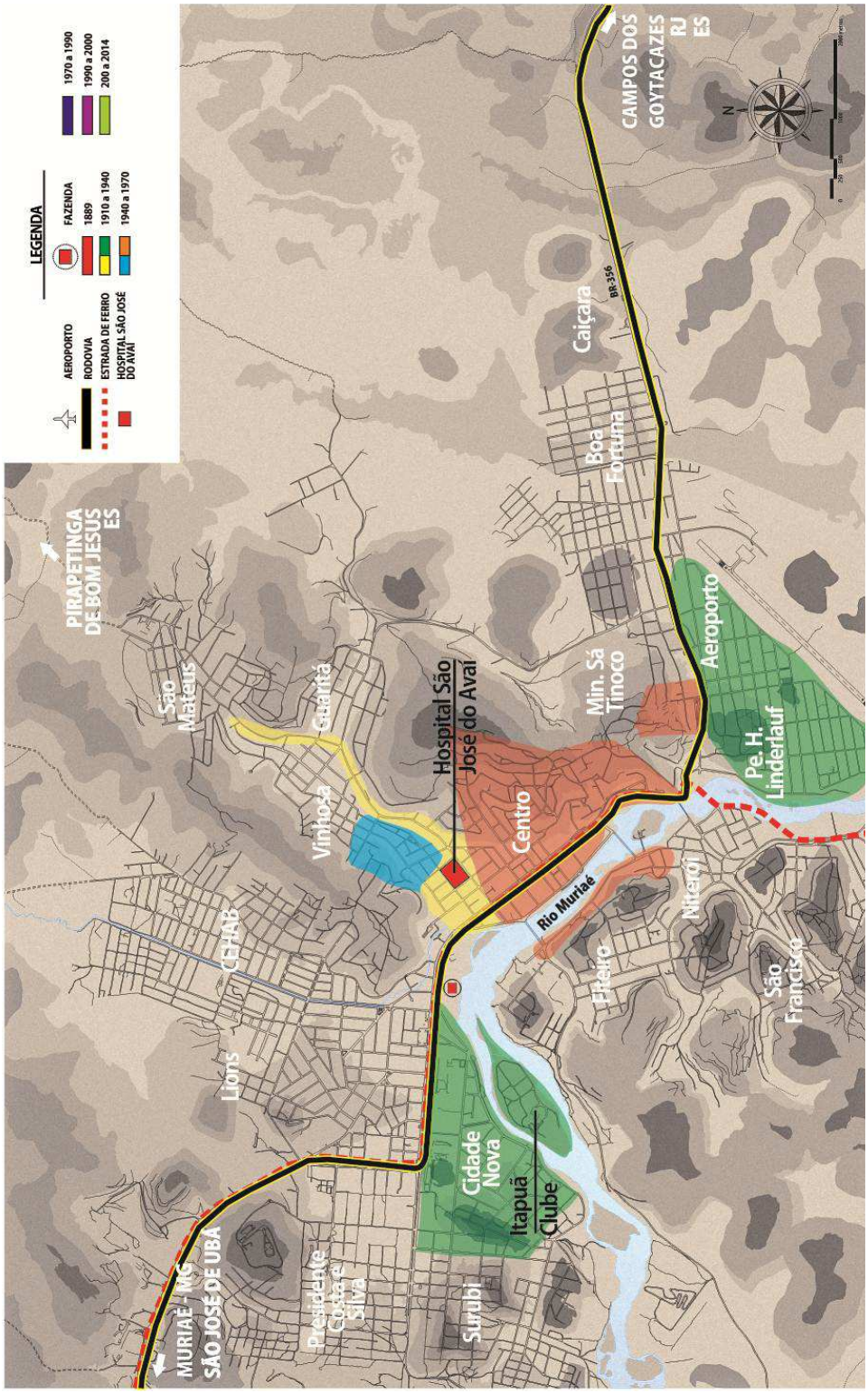


Figura 35. O Hospital São José do Avahy e o Adensamento do Centro Urbano[33].
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

[33] . E o adensamento do centro com os serviços de saúde

O adensamento da mancha urbana se processará até os anos 1980, com pouca ampliação de sua extensão física, mas sempre no entorno da rodovia, mantendo a morfologia do centro linear.

Os anos 1980 serão significativos para o estabelecimento do padrão de ocupação ainda vigente no município. A cidade direcionada pelo e para o capital médico será objeto de transformações iniciadas pela espacialização da elite no espaço urbano, que promoverá novos processos de fragmentação territorial municipal e regionalização.

2.7. A FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL E A CIDADE PARTIDA

Em 1984, após o período da Ditadura Militar, um novo prefeito é eleito e a cidade inicia um ciclo de expansão urbana com projetos rodoviários e de infraestrutura. A construção de uma nova ponte, que possibilitaria uma melhoria na circulação entre a margem direita e a margem esquerda do rio Muriaé, é realizada em 1987, favorecendo a ocupação da porção mais a noroeste do rio. Esse loteamento será caracterizado por uma população de alta renda, com predomínio de médicos e agentes de saúde, migrante do entorno do Hospital São José do Avaí, e será concentrada em um bairro denominado “Morro dos Médicos” (na parte inferior ao centro da figura 36), que atenderá pela pouca distância do polo médico e por não ser afetada pelas enchentes constantes decorrentes da ocupação da baixada no entorno do hospital, abandonada até hoje, com a desocupação de imóveis e a estagnação de investimentos imobiliários no local.

Figura 36. Vista aérea de Itaperuna, nos dias atuais.
Fonte: Secretária de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. (2015).

O processo de urbanização desenfreada ocorrerá em Itaperuna e levará ao adensamento das áreas originais da cidade, e ao surgimento de bairros distantes do centro, nos bairros Vinhosa (ocupação Guaritá e São Mateus) e após a Cidade Nova (Surubi), não apenas fisicamente, mas socialmente, indicando um processo de complexificação da estratificação social local.

As ocupações originais de baixa renda do bairro Niterói serão substituídas por construções voltadas para a classe média, em uma contaminação da ocupação elitizada do “Morro dos Médicos”. O agravamento de problemas ambientais como enchentes e poluição dos cursos d’água será outro aspecto decorrente do crescimento urbano sem planejamento.

O bairro CEHAB, como já relatado, será alvo de uma transferência de moradores de padrão social elevado, gerando uma elitização embrionária.

A partir dos anos 1990, o crescimento urbano passa a ser física e socialmente antagônico, com investimentos para classes sociais diferentes gerando espacialidades diferentes e conflitantes.

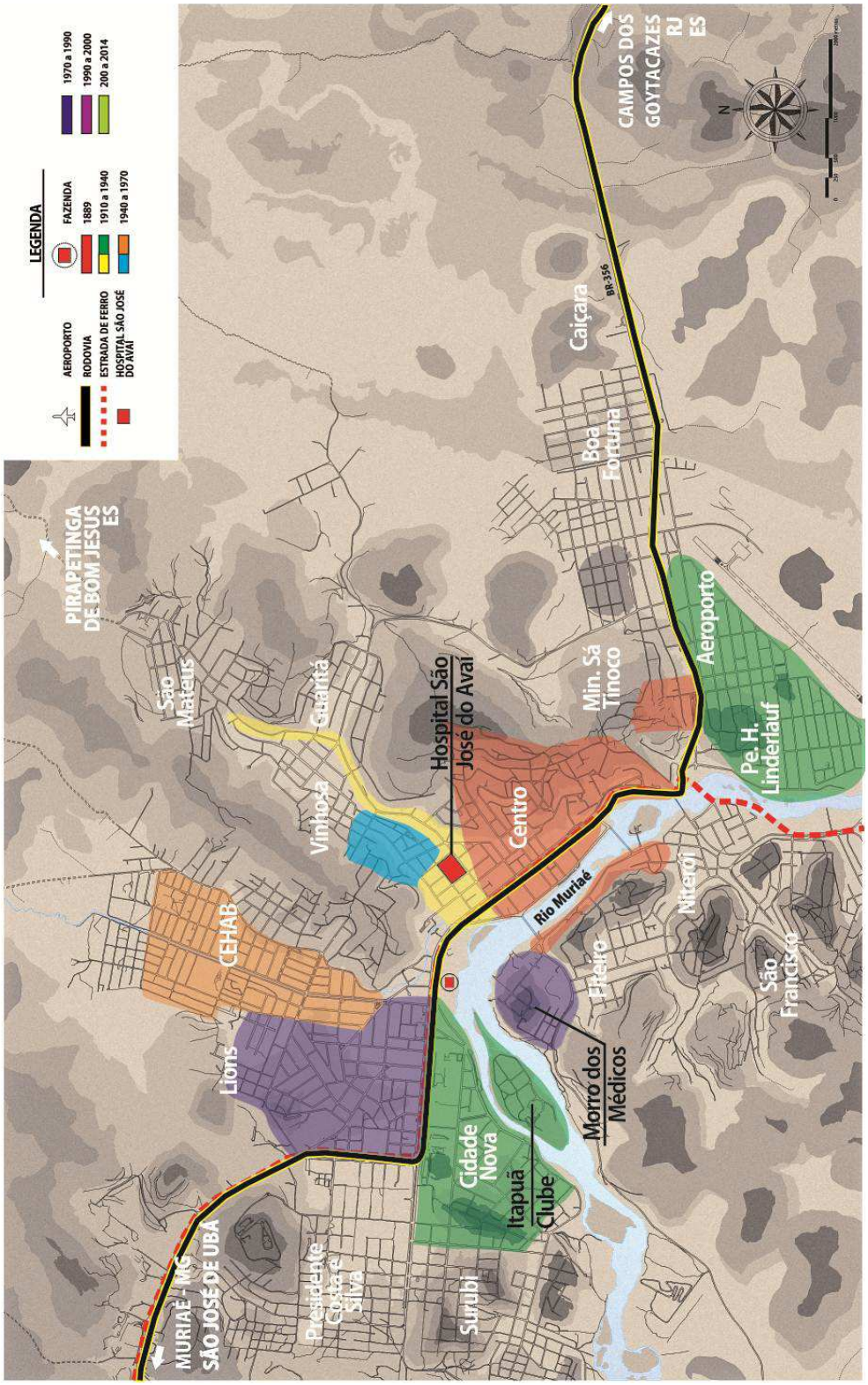


Figura 37. A expansão popular (CEHAB) e sua substituição pela ocupação elitizada[34].
Fonte: Elaborada pelo Autor (2015).

[34] . O "Morro dos Médicos" com um exemplo da nova espacialização do poder e sua influência na formação do meio urbano

2.8. A PERIFERIZAÇÃO E A SUBURBANIZAÇÃO ITAPERUNENSE

A partir da Constituição de 1988, com a institucionalização de um novo Federalismo, a descentralização política e de recursos levou a uma sobrecarga das instâncias locais e uma maior dependência dos repasses financeiros da federação. O resultado observado foi o aumento da área de atuação do mercado e em sua autorregulação, tradicionalmente tratado por Neoliberalismo, e o município como ente federativo autônomo.

O desenvolvimento urbano de Itaperuna será determinado pela união das instâncias políticas e por uma classe que ascenderá neste período: os rentistas, grupo no qual serão incluídos construtores, incorporadores e especuladores imobiliários. A estrutura de expansão da cidade começa a ser desenhada e novos agentes produtores do espaço surgem.

Inicialmente esse grupo se restringirá a empreendedores saídos do meio médico que buscam uma oportunidade de investimento de parte de seus ganhos. Posteriormente serão incorporados profissionais liberais, grandes proprietários de terra nos limites da zona urbana e comerciantes. A baixa oferta de imóveis e as altas taxas do financiamento habitacional viabilizarão a construção para locação, além de estimularem a retenção de terras ociosas como parte da estratégia de obtenção de mais valia imobiliária.

A criação dos loteamentos Lions e São Manuel, incorporados ao bairro CEHAB será voltada para uma classe economicamente privilegiada, composta em sua maior parte por empresários e profissionais liberais. Os loteamentos serão caracterizados pela rápida ocupação no final dos anos 1990, inexistência de infraestrutura, a construção de edificações unifamiliares e a dependência do transporte automotivo individualizado, ou seja, uma materialização do processo de suburbanização, guardando as devidas especificidades locais. Aqui utilizamos a palavra subúrbio em sua conotação mais recente como citado por Lopes Júnior e Santos (2009):

> Sobre a afirmação acima, merece ser destacado que o termo suburbano, ou seja, o subúrbio nos Estados Unidos tem outra conotação e a sua produção vincula-se a outro processo sócio-espacial diferente do Brasil. Nos Estados Unidos o subúrbio é onde se concentra a população de maior poder aquisitivo, enquanto que no Brasil os pobres por muito tempo foram os que ocuparam estas áreas mais distantes e menos valorizadas. Entretanto,

> atualmente muitos condomínios voltados à classe média são construídos em setores periféricos da cidade, todavia com forte esquema de segurança o que contrasta com a realidade local. (p. 355)

A suburbanização brasileira recente apresentará uma face menos agressiva, com a implantação de loteamentos e condomínios em áreas privilegiadas, desconectadas da cidade e dispondo de todas as comodidades urbanas condizentes com a classe a qual atende. Ao mesmo tempo em que esses condomínios se constituem uma negação da cidade, eles se tornam o espaço da representação do poder econômico e político da elite local que estabelece os limites entre a cidade pública e a privada.

No lado oposto do centro da cidade, próximo ao bairro Aeroporto e na margem da BR-356 serão criados os loteamentos Pôr-do-sol e Boa Fortuna, para um público de baixa renda, composto por funcionários do comércio e trabalhadores domésticos. Numa oposição ao subúrbio, teremos o desenvolvimento de uma periferia. A periferia caracterizada pelo afastamento da população mais carente do centro e de áreas privilegiadas, em loteamentos e bairros sem infraestrutura e sem a supervisão da aplicação das normas urbanas, leva ao surgimento de áreas segregadas e por consequência vinculadas à percepções de superlativos de violência, pobreza e carência. Neste recorte da cidade a população é isolada e tem seu contato com as demais áreas da cidade através de sistemas públicos de transportes parcos, ineficientes e precários, além da baixa qualidade e oferta de equipamentos públicos de saúde e educação, transporte e a dependência do centro quanto a serviços e comércio.

Aliás, esse será um traço comum aos dois processos: a dependência do centro. Tal aspecto será essencial para a caracterização dos processos, no caso do subúrbio a existência da renda para o uso do transporte individual permitirá o deslocamento e a utilização dos serviços em qualquer parte do território, enquanto a periferia dependente dos empregos oferecidos no centro e no subúrbio será dependente do transporte público de baixa qualidade e alto custo.

Os movimentos são contraditórios em seu público e fins, mas incrivelmente similares em sua forma de ação. Ressalta-se que os loteamentos de alta renda se encontram mais próximos das vias que fazem a ligação de Itaperuna com Muriaé, e ao contrário, na periferização temos à sua espacialização a partir das conexões com Campos dos Goytacazes, já demonstrando a prioridade de conexões e exclusões

com o estado de Minas Gerais e Rio de Janeiro, respectivamente, em uma retomada das ligações históricas e familiares.

Figura 38. Expansão urbana recente de Itaperuna[35].
Fonte: Secretária de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. (2015).

[35] Caracterizada pela implantação parcial de loteamentos.

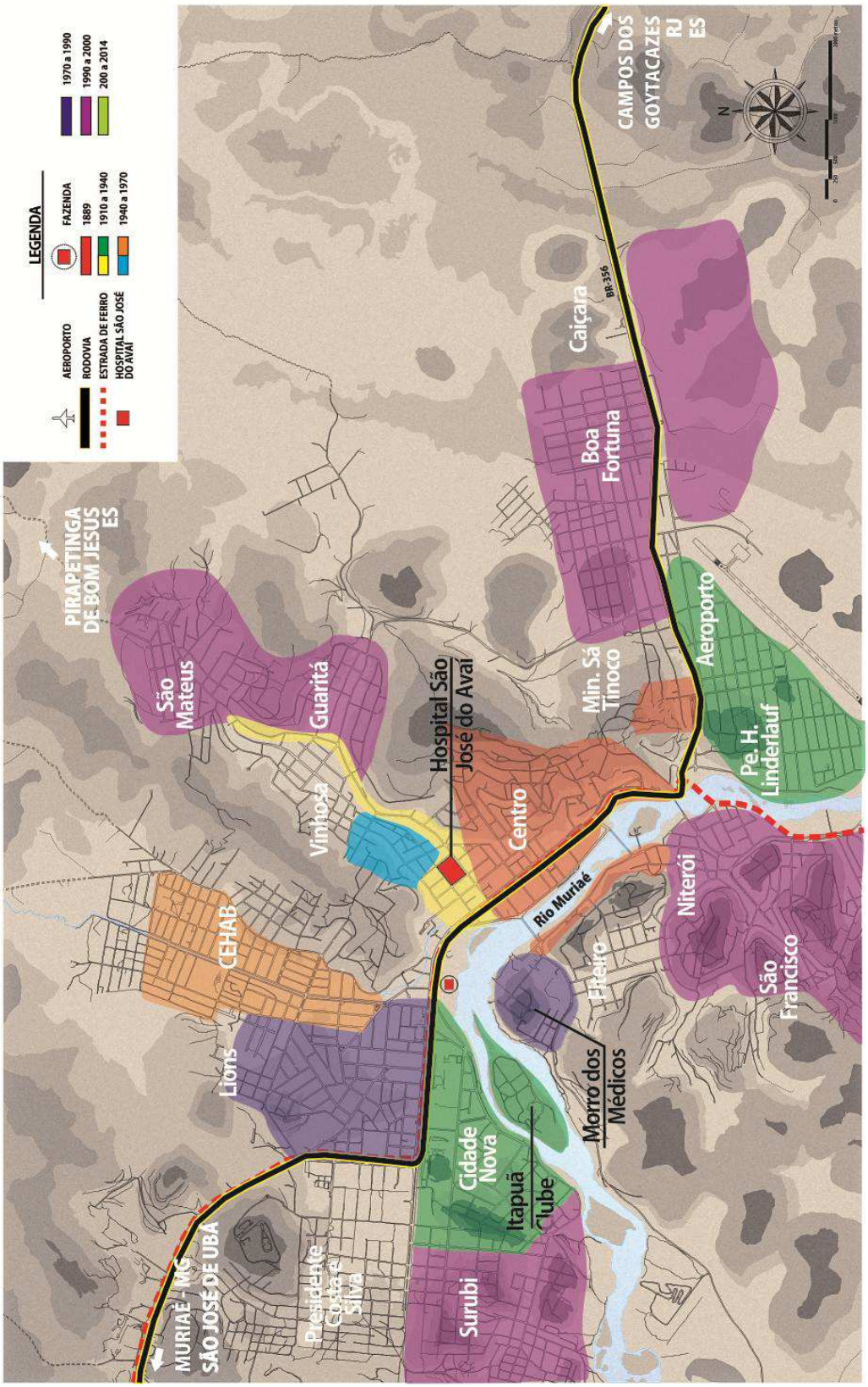


Figura 39. A periferização ao longo das conexões com os estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

Os dois processos, mesmo que originem uma cidade partida, tem um início comum e atualizam sua forma de ação favorecendo as camadas privilegiadas e direcionadoras da ocupação das cidades brasileiras e uso da cidade como mercadoria.

O século XXI será marcado pelo surgimento recente de um novo vetor de crescimento: as instituições de ensino superior e técnico de nível médio. Elas serão responsáveis pelo aumento do fluxo migratório para o município, tanto permanente quanto pendular. Além disso, a implantação dessas instituições em suas sedes atuais terá grande impacto no entorno em que se inserirão, como polarizadores de pessoas e de serviços, reforçando o processo de suburbanização com a incorporação dos docentes à massa de profissionais liberais e empresários participantes do processo. Sua localização será influenciada pela existência de grandes áreas livres, proximidade de redes de circulação de grande porte (BR-356) e pela origem do público externo (MG e ES).

Tabela 2. Quantidade de matriculados no Ensino Superior – Itaperuna

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	NÚMERO DE MATRÍCULAS[36]
Centro Universitário São José de Itaperuna - UNIFSJ	985
Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro - FAETERJ	255
Faculdade Redentor – FAC REDENTOR	3.404
Instituto Superior de Educação do Município de Itaperuna - ISEMI	170
Universidade Nova Iguaçu - UNIG	4.517
TOTAL	**9.331**

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2014).

Os loteamentos Presidente Costa e Silva e João Bedim serão as novas áreas de expansão suburbana, com a ocupação derivada das instituições de educação, tanto de docentes quanto de rentistas dos imóveis para estudantes. Os bairros surgirão a partir do desmembramento de um latifúndio, incorporado por um único herdeiro. A partir da adequação do relevo com a supressão de áreas de mangue, os bairros são ocupados em um movimento concêntrico, iniciado pelas bordas da área em direção ao centro, visando a mais valia dos terrenos na etapa final de ocupação

[36] O número de matrículas apresentado considera o quantitativo de vagas autorizadas pelo MEC (E-MEC, 2015) para cada curso ativo de cada instituição, sendo desconsiderados cursos na modalidade à distância, e já considerando a evasão média entre IES fornecida pelo Guia do Estudante (2015).

da área. Além da maximização dos ganhos, é clara também a manutenção da espacialização do poder, com a implantação de um loteamento elitista no topo de um morro próximo, no entorno da propriedade do incorporador, nomeado de “Morro do Doutor Edgard”. O topônimo faz clara menção a seu proprietário e consegue explorar além da posse a titularidade obtida por reconhecimento e não por formação acadêmica.

Figura O Morro do Dr. Edgard[37]
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

Seu planejamento contemplou, ainda, a doação de uma grande área pública de lazer, de forma a dotar esses bairros de uma infraestrutura ausente em todo o município, nomeada como Complexo Poliesportivo Dr. Edgard Pinheiro Dias. Essa doação foi condicionada ao uso como espaço de lazer prevendo que em caso de mudança do uso pela Prefeitura e da criação de um novo Centro Administrativo Municipal, o mesmo deveria ocupar essa área, gerando uma reconfiguração integral do município e uma ocupação desigual social, econômica e política. O fato denota a clara interferência dos agentes do capital especulativo na conformação da cidade, e sua articulação explícita com o poder público. A infraestrutura urbana é inexistente, mas a oferta de serviços é alta, criando uma independência do centro.

[37] Ao fundo: um exemplo de suburbanização e espacialização do poder

Figura 41. Complexo Poliesportivo Dr. Edgard Pinheiro Dias.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

Figura 42. Complexo Poliesportivo Dr. Edgard Pinheiro Dias e ao fundo o "Morro do Dr. Edgard".
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

No mesmo período é construído o bairro Caiçara, uma continuação do bairro pôr-do-sol, dotado de infraestrutura urbana, parco em transporte e serviços, o que em contraposição ao loteamento anteriormente exposto retardará sua ocupação. O parcelamento também será feito a partir de uma grande propriedade rural limítrofe à malha urbana e integrante de um conjunto de empreendimentos que englobam um haras, um hotel e um posto de gasolina.

Figura 43. Loteamento Caiçara (1)[38]
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

Figura 44. Loteamento Caiçara (2)[39]
Fonte: acervo pessoal.

Mais recentemente, inicia-se a construção de dois condomínios fechados (figura 32) na área de expansão, próximo aos acessos à Minas Gerais, intensificando e atualizando a segregação já observada nesta área da cidade.

[38] Em primeiro plano a BR-356, sentido Campos dos Goytacazes.

[39] . O limite entre a cidade consolidada e a expansão urbana periférica.

Figura 45. Peça publicitária de lançamento de condomínio residencial em Itaperuna.
Fonte: site Residencial Bela Aurora[40].

Ao longo de sua implantação e desenvolvimento, o município de Itaperuna é um objeto da manipulação e da espacialização do poder, em uma reprodução clara, guardando- se a escala de ação e os impactos intra e extraurbano, do modelo de reprodução capitalista. A evolução da cidade e sua emergência como centralidade explicita a dependência entre a região em que se insere e o município. Além disso, é flagrante a busca recente por conexões que aproximem a cidade, e por consequência a região, do estado de Minas Gerais, intensificando as relações econômicas e políticas, reforçadas pelas demandas sociais e vínculos culturais comuns.

O movimento de ocupação e reordenação territorial obedece aos interesses de um grupo dominante, que tem suas ações reforçadas pelo Estado e oculto sob a imagem da industrialização e modernização. Decorrente disso, o surgimento de bairros estará ligado a grupos específicos explicitados em topônimos como “Morro dos Médicos”, “Morro do Dr. Edgar”, “Cidade Nova”, CEHAB, que com interesses diversos e em momentos sucessivos ou concomitantes expandiram a cidade norteados por interesses comerciais ou “desenvolvimentistas”, mas em geral derivados de investimentos públicos em equipamentos urbanos (rodovias, ferrovias, órgãos públicos, etc.).

Assim como o passado foi dominado pelos “Coronéis” de tratamento, hoje a identidade social de distinção financeira e política foi substituída pelo título de “Doutor”, igualando posição e condição sociais (BOURDIEU in AGUIAR, 1974), dificultando a percepção de grupos dominantes e sua articulação.

---

[40] Disponível em: < https://www.facebook.com/belaauroraresidencial >. Acesso em: 14 maio 2014.

Para melhor explicar esses processos de fragmentação territorial regional e os processos de suburbanização e periferização buscamos estruturar um capítulo tratando os referenciais teóricos que nortearão a análise mais aprofundada de Itaperuna como centralidade e a não representatividade das relações locais a partir da determinação da região Noroeste Fluminense.

	FORMAÇÃO URBANA (ATÉ 1850)	**DE VILA À MUNICÍPIO (1851 A 1888)**	**CENTRALIDADE REGIONAL (1889 A 1970)**	**SUBURBANIZAÇÃO E PERIFERIZAÇÃO (1980 A 2013)**
Ligações Físicas	• Fluvial (Campos dos Goytacazes) • Caminhos (MG)	• Ferrovia (Campos - Carangola) • Caminhos (MG)	• Ferrovia (Campos - Carangola) • BR-356 (RJ-MG) • Aeroporto	• BR-356 (RJ-MG)
Sistema de Redes, Fluxos e Objetos Geográficos Representativos	• Rio Muriaé	• Ferrovia • Rio Muriaé • Equipamentos públicos • Igreja Matriz • Ponte sobre o rio Muriaé	• Rodovia • Fábricas • Hospitais • Comércio • Aeroporto • Poder público	• Rodovia • Ponte sobre o rio Muriaé • Hospitais • Comércio • Universidades
Agentes Produtores	• “Bandeirantes” (migrantes de Minas Gerais)	• Fazendeiros • Políticos • Igreja	• Fazendeiros • Comerciantes • Industriais • Políticos • Médicos	• Comerciantes • Rentistas • Políticos • Médicos
Principal Fonte de Renda	• Produção cafeeira	• Produção cafeeira	• Produção agroindustrial • Serviços de Saúde • Comércio • Serviços Públicos	• Serviços de Saúde • Comércio • Serviços Públicos • Educação Superior • Indústrias
Morfologia da Ocupação	• Próxima à margem do rio, em áreas protegidas de enchentes • Polinuclear	• No entorno da linha férrea e ao longo da estrada para o distrito de Pirapetinga de Bom Jesus do Itabapoana (RJ) • Centro linear	• Ao longo da rodovia e de caminhos • Loteamentos populares • Aterros e espraiamento urbano	• Ao longo da rodovia • Espraiamento urbano • Ocupação de morros e da margem esquerda do rio

Quadro 1. Síntese do processo de delimitação do território de Itaperuna: em seus diversos períodos históricos.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

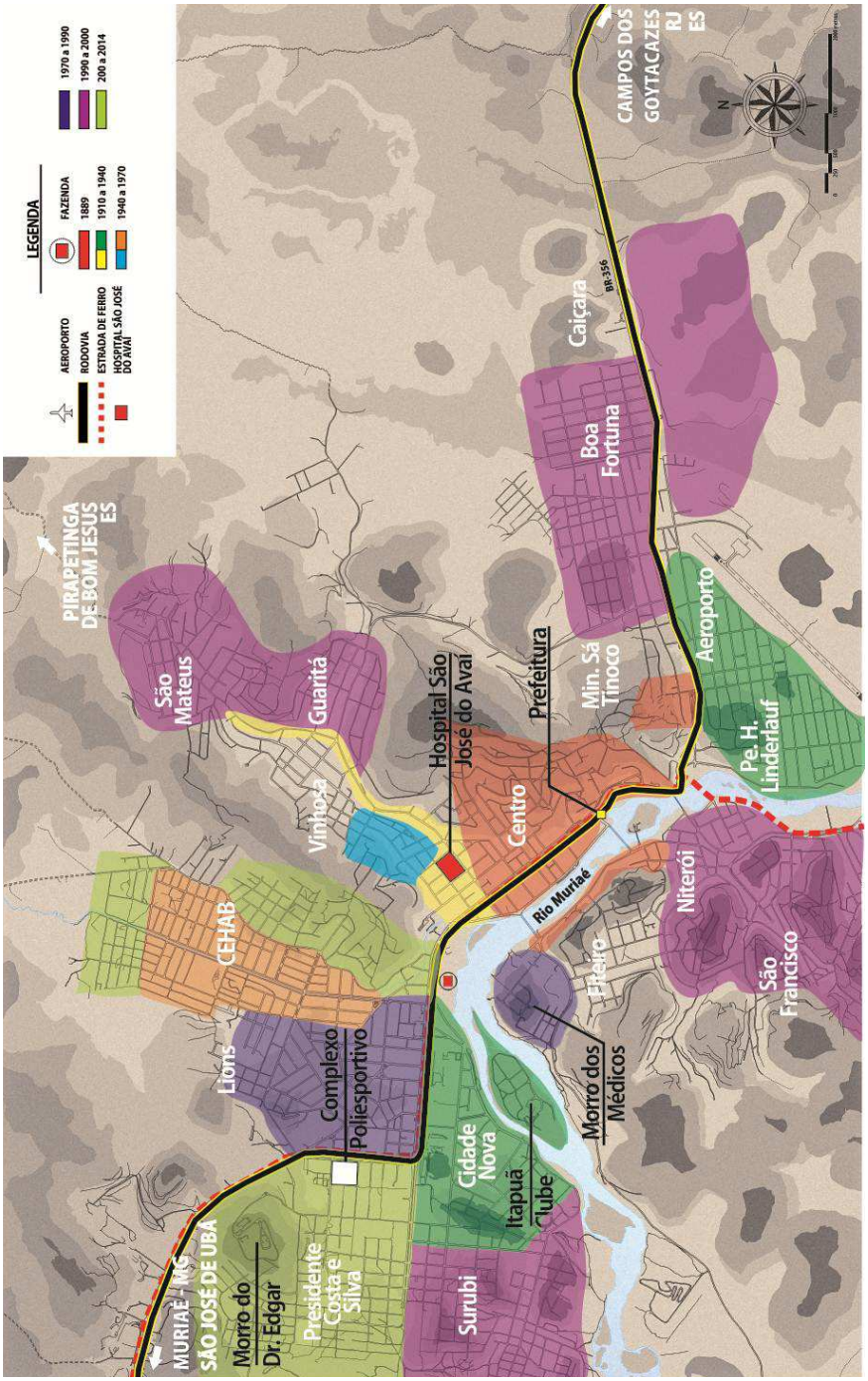


Figura 46. A expansão suburbana a partir das conexões com o Estado de Minas Gerais e sua localização privilegiada em relação aos equipamentos públicos.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

3. A QUESTÃO URBANO-REGIONAL: UMA REVISÃO TEÓRICA

Os conceitos abordados neste capítulo visam definir limites e estabelecer marcos teóricos que auxiliem no entendimento da relação entre Itaperuna e sua região de identidade. A apresentação de cada um será feita a partir da análise escalar, aumentando a complexidade das relações e dos parâmetros que servirão para estabelecimento dos municípios que compõe a dita região, considerando o conceito de território o mais elementar para, a partir dele, entender a dinâmica da rede, a emergência como centralidade e a inserção em uma região e a delimitação do que chamamos de região de identidade em contraposição à região administrativa.

3.1. TERRITÓRIO

A definição de território é imprescindível para o entendimento do processo da morfologia urbana de Itaperuna. Como um processo, o tempo e o espaço onde ocorrem são os limitantes e potencializadores, permitindo a apropriação, criação e modificação das condições do surgimento dos territórios em cada período histórico.

O território, de acordo com Souza (in GOMES e CORRÊA, 2003, p. 78) “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

Considerando as análises de Saquet (2011, p.14) pode-se ampliar o entendimento das manifestações do poder no território a partir de quatro tendências, sendo elas:

a) as relações de produção acompanhadas por forças produtivas, isto é, como

relações de subordinação e exploração;

b) a materialista e direcionada pela geopolítica, vinculada à atuação do Estado-nação e à soberania;

c) a fenomenológica, ligada às dinâmicas políticas e culturais, simbólico-identitária;

d) a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento local, a partir da governança.

Além disso, o autor considera o território como “resultado do processo de territorialização e das territorialidades vividas por cada grupo social em cada relação espaço-tempo”, levando a concepção da mutabilidade e sobreposição dos territórios em um mesmo espaço, a partir das definições particulares de cada grupo dos seus símbolos e representações, podendo variar de acordo com o grau de empoderamento.

O território, como delimitação da área de influência do poder, é mutável no espaço e no tempo, sendo ampliado ou reduzido de acordo com as interferências e potencialidades disponíveis. A partir daí podemos determinar o alcance do território de uma cidade ou localidade não mais apenas de sua existência física, mas a partir de seu raio de influência no espaço, identificando os grupos sociais, suas ações e interrelações, além das redes de relações e suas escalas de ação.

Ainda Saquet (2011, p. 24) apresenta que “a formação das redes de circulação e comunicação contribui diretamente na formação dos territórios, tanto nas relações internas como externas. Os territórios resultam do processo de construção histórica do e no espaço” (grifo do autor). O que justifica a emergência do Noroeste Fluminense como região independente do Norte, potencializada pela pré-existência das relações identitárias, infraestrutura de transporte e dependência econômica entre os municípios. Como citada em Cruz (2003, p.215) a pouca identificação e representação levaram a ruptura e a criação de uma nova denominação para a região, distinguindo o Norte do Noroeste Fluminense. Quanto aos agentes de produção do território e sua forma de ação podemos citar Saquet (2011):

> As territorialidades (econômicas, políticas e culturais) são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território num movimento contínuo de desterritorialização e reterritorialização: as relações sociais, as apropriações e as demais práticas espaço-temporais, ou seja, as territorialidades determinam cada território, influenciando, ao mesmo tempo, na sua própria reprodução (com rupturas e permanências), a partir do território formado, isto é, são influenciadas pelo território em cada relação espaço-tempo. (p. 27)

A territorialização permite o entendimento das articulações nas diversas escalas de poder (econômico, religioso, social, cultural, etc.), a sobreposição e potencialização de esferas de poder e a percepção dos campos de influência, ou gravitacionais, dos centros de poder. Sua delimitação possibilita a análise de movimentos populacionais e de criação ou desarticulação de centralidade no território.

Quando analisado o território de Itaperuna a partir de seu processo de desenvolvimento urbano, notamos as diferentes territorialidades e suas sobreposições, configurando e reconfigurando o meio urbano. A delimitação, como já citada, parte do alcance do poder, representado por equipamentos ou marcos urbanos. Tais marcos criados são associados diretamente ao poder dominante em exercício em cada período, sendo explícitas as delimitações dos espaços e as práticas hegemônicas adotadas em cada período, e que articulam o Noroeste Fluminense ao Espírito Santo e à Minas Gerais. Os loteamentos operários, as chácaras, os equipamentos de lazer privado, as instituições de saúde e ensino e a rede de transporte são alguns desses. (Quadro 1)

Como um processo historicamente construído, podemos também observar que a cidade ainda obedece à uma lógica original se notarmos a instalação dos comércios na via central e o alongamento da mesma, mantendo a tradição no antigo leito do trem. O novo reproduz o antigo, fazendo a permanência do passado no presente, segundo Lefebvre (1975 [in ABREU, 2012]), "o passado histórico é redefinido cada vez que se concretiza no presente uma possibilidade cuja realização ele permitiu".

Além da delimitação do poder, a modelagem do território demonstra os interesses econômicos e políticos e as estruturas presentes em dado espaço para a manutenção da relação de dominador e dominado. Em uma (re) estruturação constante do meio urbano, as elites empoderadas criam novas formas de dominação

e de diferenciação, com a produção de contrastes urbanos causadores da segregação bem como de articulações extrarregionais. Em Itaperuna essa condição surge com a vila, em 1890, desde seu processo de implantação, com a exclusão da população menos abastada dos terrenos foreiros originais, e sua localização em área dependentes do centro e de transporte para o mesmo, e se estende aos dias atuais com os processos de suburbanização e periferização, relegando ao centro um lugar de passagem.

Pelos motivos já expostos não se deve perder a noção da continuidade temporal e de transição e transformação entre os períodos históricos. Há sobreposição e mutação de valores, sem ruptura severa, como momentos de repetição de estratégias de ocupação em um movimento constante de desagregação (fazendas), segregação (cidade original), e desagregação (subúrbio e periferia).

3.2. A RELAÇÃO RURAL E URBANO E A IDENTIDADE REGIONAL

O paralelo entre os conceitos de rural e urbano que se pretende analisar surge da necessidade de caracterizar as relações que definem a região Noroeste Fluminense e a região de identidade, objeto deste trabalho. Iniciaremos a discussão a partir da definição do que é cidade e o urbano, por ser o conceito mais claro e vivenciado, e após definiremos o campo e o rural baseado nas suas diferenciações em relação à forma espacial, as relações sociais e econômicas encontradas no meio, e até mesmo a delimitação jurídica comparativa de cada um. Não nos deteremos na construção histórica de uma definição, mas em sua aplicação atual.

A cidade é definida como parte de um território, e elemento importante para a estruturação do poder evidenciado nele. Através de suas normas legais ou subjetivas, de suas estruturas físicas e sociais, a cidade funciona como um catalisador/ difusor das ações de controle. De acordo com Beajeu-Garnier (apud SPOSITO 2008):

> A cidade é o quadro do exercício de uma função social (cultura, valor, proteção do indivíduo), é o elemento funcional de um sistema econômico, o quadro de um poder de decisões exercido por uma burguesia coerente, é uma unidade definida pelo cotidiano do mercado de trabalho. (p. 14)

Sobre os critérios adotados no Brasil, Sposito (2008) afirma que

> Toda sede de município é cidade, em uma clara adoção do critério político-administrativo. Essa definição está presente no Decreto-lei n. 311, de 1938, aprovado durante o Estado Novo, período do governo ditatorial de Getúlio Vargas, e ainda hoje persiste como base para levantamentos estatísticos, ações da administração pública, buscas geográficas, etc. (p.15).

Essa afirmação demonstra o potencial administrativo da cidade como replicador de uma estrutura, e a clara vinculação com o projeto de integração nacional da Era Vargas. No Noroeste observou-se neste período a emergência de diversos municípios a partir das fragmentações regionais, demonstrando a busca por reconhecimento e autonomia, presente apenas na nomeação como cidade. Na mesma obra, Sposito (2008) aprofunda a discussão quando diz que

> No Estatuto da Cidade, aprovado no Congresso Nacional em 2001, em cumprimento à Constituição Federal brasileira de 1988, não há definição do que seja cidade, cabendo às Câmaras Municipais estabelecer delimitações territoriais de suas cidades para conformar as bases dos censos demográficos. (p. 16)

Com o Estatuto da Cidade, a inclusão nos limites da cidade é fruto de articulação política e econômica, o que acirra a disputa pela diferenciação entre rural e urbano. O reconhecimento de uma diferenciação e de negociação só explicita o caráter qualificador da inclusão no perímetro urbano. A distinção ocorrerá não apenas figurativamente, mas influirá na forma como a administração pública gere o território municipal e faz a cobrança de tributos. Um exemplo claro é o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) recolhido apenas dentro do limite da cidade, cabendo o Imposto Territorial Rural para terras rurais, mas com recolhimento, limitado pela falta de cadastro das propriedades rurais pelo município. Essa falta de controle denota, ainda, o pouco interesse das elites agrárias, estabelecidas na cidade, de mensuração da extensão de suas propriedades.

O predomínio do edificado sobre o natural é uma das características mais reconhecidas do meio urbano, tendo o seu oposto no rural, mesmo considerando a quase inexistência de um meio completamente natural. Além desta, a disponibilidade

de serviços públicos como água, esgoto e iluminação pública, é outro aspecto de limitação entre os dois.

As separações que definem o rural e o urbano não são estipuladas exclusivamente pela produção de bens primários e cobrança de tributos, mas sua conformação está muito relacionada a práticas socioespaciais diferenciadas como a localização e a qualidade da infraestrutura, a divisão de usos e sujeitos sociais, o meio do exercício do poder e da gestão territorial municipal, e as relações de valor e uso da terra.

A gestão pública atua na delimitação do perímetro urbano através do Plano Diretor e inicia o processo de diferenciação, com o fornecimento distinto de infraestrutura e recolhimento diferenciado de taxas urbanas. O campo, como tratado pelo Estado, é o local da pouca demanda e/ou da qualidade inferior da demanda, e por isso não importante para a arrecadação.

O rural se consagrou como lócus do trabalho braçal e da limitação financeira e intelectual, bem como seu oposto complementar, a cidade, como modelo do trabalho mental, do desenvolvimento e do sucesso. Até mesmo a noção de complementaridade deriva do pensamento de que a relação estabelecida é de dependência, onde toda a cidade tem o seu campo, a sua zona rural.

As limitações não se restringem ao espaço construído, mas até mesmo na forma de gestão pública dos territórios. Tratamos de território pelo entendimento de que as diferenças apresentadas configuram formas de dominação diferenciadas, em alguns casos complementares e em outros opostos e assimétricos, assim a posse e a mais valia podem se materializar de formas mais ou menos óbvias.

As formas de uso do solo são também delimitadores dessas duas realidades. No meio rural o valor de uso se sobrepõe ao valor de troca, claro que cada vez menor se considerada as relações estabelecidas com o crescimento do agronegócio latifundiário em substituição a pequena propriedade rural, enquanto na cidade o quadro se inverte. A dimensão mercadológica, no meio urbano, divide a população em proprietários e não-proprietários, e acirra as lutas pelo direito à apropriação contra o de propriedade. (SPOSITO, 2008, p.21). E assim, discursa Rua (2006):

> O campo (e o rural) vem sendo percebido, já há algum tempo, como mercadoria (terra-mercadoria), capaz de gerar, graças ao trabalho, outras mercadorias, além das rendas obtidas pela especulação. Atualmente, a essas condições já tradicionais, são incorporados novos papéis, integrados

> a um movimento de ressignificação do rural, em que a natureza e as "atratividades" do campo, tornam-se mercadorias valiosas. Não se trata apenas da terra ou do trabalho a ela incorporado. Trata-se de novos atributos, muitas vezes imateriais, em que valores ligados à natureza, à paisagem, à exploração do trabalho em áreas rurais, obrigam-nos a repensar a própria teoria da renda da terra. (p. 83)

A identidade do rural seria ainda transformada pelo urbano, quando em uma ressignificação ele passa a ser considerado o espaço do lazer e do pitoresco. A casa de campo, o hotel fazenda, são "urbanidades no rural" (RUA, 2006) que reconfiguram a percepção do rural pelo urbano e as relações internas do rural. A troca, por sua natureza desigual, leva a uma adequação para atendimento das necessidades dessa transferência, criando um novo meio, não intermediário, mas resultante do equilíbrio das demandas do urbano e das possibilidades do antigo rural.

Observa-se que nas cidades da região de identidade proposta, as relações entre campo e cidade ainda são expressivas, marcadas pela dependência de serviços essenciais (educação, saúde, etc.) e ainda de caráter memorial-emotivo, possivelmente pela predominância da paisagem natural sobre a construída, fato já não existente nos grandes centros.

Em última análise, o campo seria o local da explicitação do poder, enquanto a cidade o dissimularia. Não que haja o equilíbrio entre os dois poderes, afinal a cidade como o lugar do capital, é mais volátil e ágil na sua reformulação e transformação, mas a submissão do campo à cidade obedece a acumulação característica do capitalismo e por isso mesmo centralizadora.

As diferenças socioespaciais apresentam-se mais acirradas no espaço urbano. É na cidade que os fenômenos de periferização e suburbanização se configuram como as territorialidades de grupos sociais distintos. Acredita-se que os novos modelos de urbanização desenvolvidos, vistos a seguir, já contribuíram e contribuirão para o aumento da distância cultural e para a redução das trocas de experiências entre esses meios, incrementando o êxodo rural e a adoção do modelo capitalista dos grandes centros.

3.3. PERIFERIA VERSUS SUBÚRBIO

Como já mencionado no capítulo 1, o crescimento recente de Itaperuna é

caracterizado pela formação de periferias e subúrbios, não apenas inserido em um processo capitalista de urbanização, mas como indicação de retomada das relações estabelecidas entre o município e sua região de identidade e a região administrativa.

A questão urbana no Brasil tem, hoje, sua discussão centrada no desenvolvimento acelerado das cidades e recorrente agravamento dos problemas urbanos infraestruturais e sociais, sendo considerados nesse cenário as cidades e regiões de todos os portes. Dentro desse contexto a ocupação periurbana vem se estabelecendo como um padrão dominante, tendo como meio de espacialização dois fenômenos característicos: a periferização e a suburbanização. Ambos ocorrem em uma mesma localização, nos limites da cidade, e tem seus antecedentes comuns, mas com objetivos diferenciados. Tais movimentos se tornaram as faces opostas de uma mesma moeda que definem os limites entre a cidade real e a cidade legal, onde é gerado o fato urbano de forma espontânea e empobrecida em oposição à cidade enclausurada de uma fatia cada vez mais privilegiada da população.

As duas formas de ocupação são o resultado de um processo mais amplo, que chega a segregação residencial partindo das “disparidades estruturais na distribuição da riqueza socialmente gerada e do poder” (SOUZA, 2011, p. 84).

A periferia, originalmente, nomeou o espaço físico onde os dois fenômenos surgiram em oposição ao centro. Com o acréscimo da conotação social, passou a ser definida como área sem infraestrutura e de aglomeração de uma população de baixa renda (ALVES, 2012, p.113).

O subúrbio de mesma origem espacial acrescido do projeto rodoviarista norte-americano, surge como uma solução para o colapso dos centros urbanos e melhora da qualidade de vida de uma população de classe média, até o início da década de 1990. A apropriação brasileira do modelo americano gerou tipologias que variam em grau de exclusão e relação com a cidade, indo dos loteamentos afastados do centro, atendidos por vias rápidas, até os condomínios unifamiliares com áreas de lazer privativas e limitados por muros e amplo aparato de segurança. Todo o espectro apresentado tem os mesmos desdobramentos urbanos: surgimento de centros comerciais dependentes do transporte individualizado, distância dos centros produtivos, isolamento da rua e abandono da vivência coletiva urbana, o abandono das áreas centrais, etc.; tendo como consequências o aumento da percepção da

insegurança, a violência urbana e a vivência de padrões utópicos de cidadania[41].

Usaremos o termo em substituição aos “condomínios fechados” como definido por Alves, pelo entendimento de que a expressão alcança mais tipologias urbanas que o termo empregado pela autora, limitado em sua expressão física e ignorando as demais formas de controle e diferenciação socioespaciais existentes no subúrbio, e no caso de Itaperuna.

Iniciaremos a análise dessas condições urbanas no município a partir dos marcos legais que as permitem. De acordo com a Lei de parcelamento do solo (ITAPERUNA, 2007), subseção III, da execução do parcelamento:

> Art. 46. Compete ao responsável pelo loteamento executar, conforme o projeto aprovado, sem qualquer ônus para o Município, as seguintes obras e serviços: (...) III - implantação de meios-fios e, pelo menos, pavimentação primária em todos os logradouros públicos, à exceção das vias principais que deverão ser pavimentadas de acordo com as exigências do órgão municipal competente; IV - provisão de elementos de drenagem superficial, ou subterrânea que viabilizem o adequado escoamento de águas pluviais; V - instalação de sistema de distribuição de água potável; VI - instalação de sistema de esgotamento sanitário; VII - instalação dos sistemas de distribuição de energia elétrica e de iluminação pública.

Além disso, observando o fato de que os loteamentos implantados na periferia podem ser viabilizados por financiamentos públicos específicos, observou-se que na legislação que define os parâmetros do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em seu anexo IV, item 2.2, a oferta de infraestrutura urbana básica é tida como diretriz mínima para obtenção de financiamento. (BRASIL, Portaria n. 168, 2013). Essa observação justificaria a existência de infraestrutura básica nos bairros periféricos, a busca por fontes de viabilização financeira, e inexistência nos bairros suburbanos pela possibilidade de instalação destas redes por cooptação dos agentes públicos mediada pelo interesse econômico e político.

Quanto à localização, em Itaperuna o subúrbio se localiza no entorno da rodovia de ligação com o estado de Minas Gerais (BR-356) e com a maioria dos municípios da região Noroeste Fluminense. Essa ocupação é reforçada pela implantação de equipamentos públicos (prefeitura, fórum, Centro Poliesportivo Edgar Pinheiro Dias, Instituto Federal Fluminense – Campus Itaperuna, Unidade de Pronto Atendimento) e pelos investimentos privados de grande porte (supermercados,

[41] Consideramos utópicos, pois a vivência da cidadania prescinde o convívio social e o respeito às diversidades, aspectos estes ausentes nestas áreas.

instituições de ensino privado, bares e restaurantes). O último grupo busca a atração do público regional para maximizar seus ganhos, visto que, ao longo da conexão rodoviária com Campos dos Goytacazes, existem poucos municípios e com população reduzida e já com grande dependência do centro da região Norte Fluminense.

A oferta de serviços públicos e de infraestrutura básica urbana no subúrbio ainda é baixa, ocasionada pela rapidez da ocupação, a localização entre pontos de investimento em equipamentos públicos e o público desses empreendimentos. A ocupação concentrada no tempo e no espaço é decorrente da demanda ocasionada pelo aumento da renda *percapita* (93,63% no período de 1999 a 2008)[42] e o incremento da classe média alta com os profissionais oriundos dos serviços de saúde especializados e das instituições de ensino. Os equipamentos públicos, já citados, foram implantados além do perímetro urbano, expandindo-o e estendendo a rede de infraestrutura primária seguindo o traçado da rodovia e conectando esses loteamentos. As possibilidades de atendimento prioritário e de oneração do orçamento público com as demandas personalistas-coletivas do público atendido é determinada pelo alcance da articulação política e econômica com as esferas decisórias, em geral bem maiores que as das classes menos favorecidas.

Em oposição a esta localização temos a periferia, localizada no entorno da conexão com Campos dos Goytacazes, com baixa oferta de serviços públicos, e de comércio. Nas imediações desses loteamentos estão localizados os cemitérios e empresas ligadas a transporte de cargas, gerando poucas oportunidades de emprego e baixo aproveitamento de mão-de-obra qualificada. Além disso, essas empresas são tradicionais por suas conexões extrarregionais e não dinamizadoras locais, como também o aeroporto localizado nesta mesma área.

Assim, as oportunidades e limitações de cada tipo de ocupação são marcadas pela manipulação de sua espacialidade para obtenção de maior ou menor articulação com o poder, e suas representações físicas, e pelo controle por parte de um grupo específico das escolhas de todos.

[42] Costa (2012, p. 81).

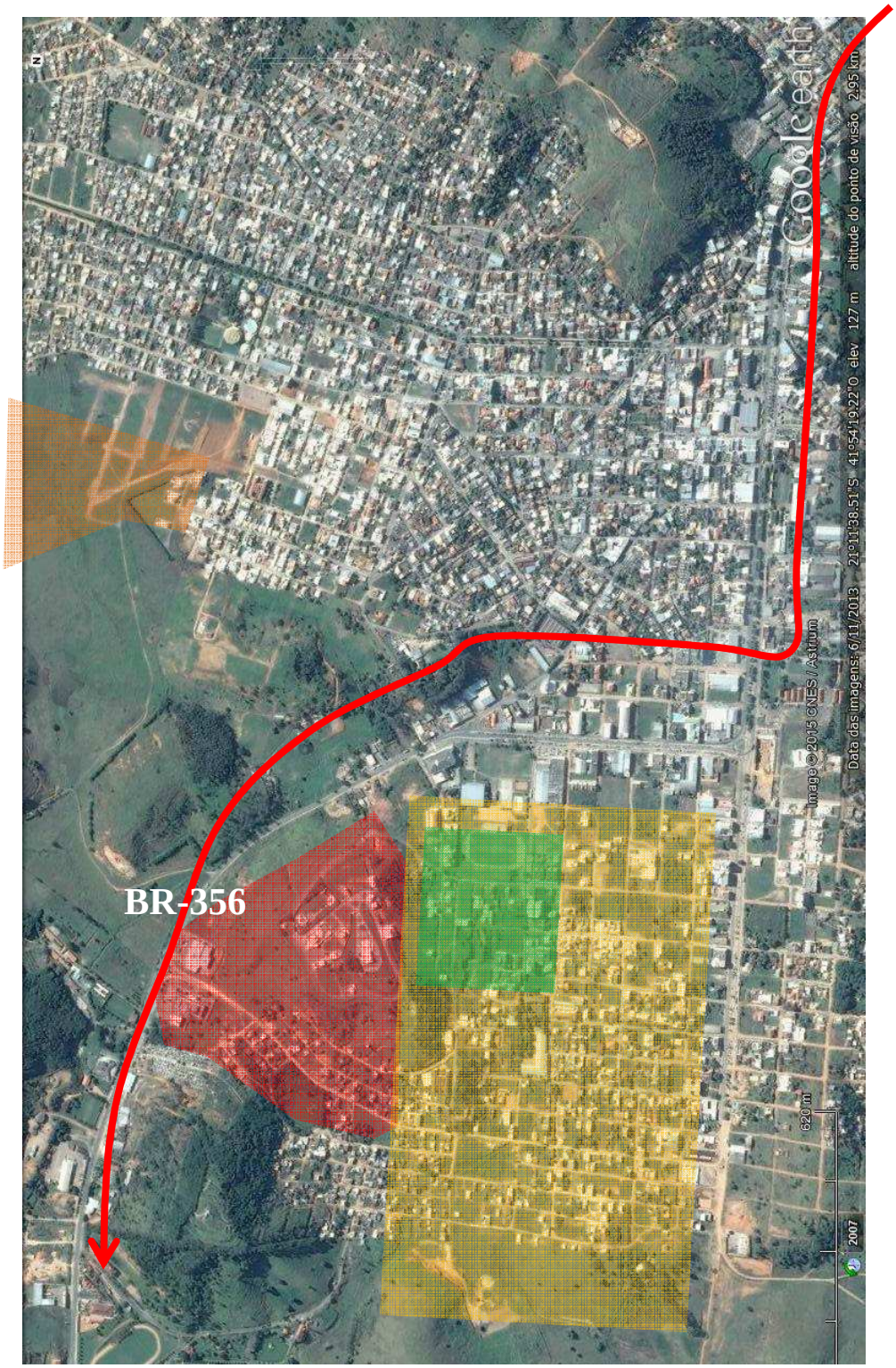


Figura 47. Suburbanização em Itaperuna[43].
Fonte: Adaptado pelo Autor (2015)[44]

[43] Em vermelho o Morro do Dr. Edgar, ao lado do loteamento Pres. Costa e Silva, em amarelo, e do Complexo Poliesportivo Dr. Edgar Pinheiro Dias, em verde. Na parte superior o loteamento N. Sr. das Graças, em laranja.

[44] Disponível em: < https://www.google.com/earth/>. Acesso em: 15 jan. 2015.

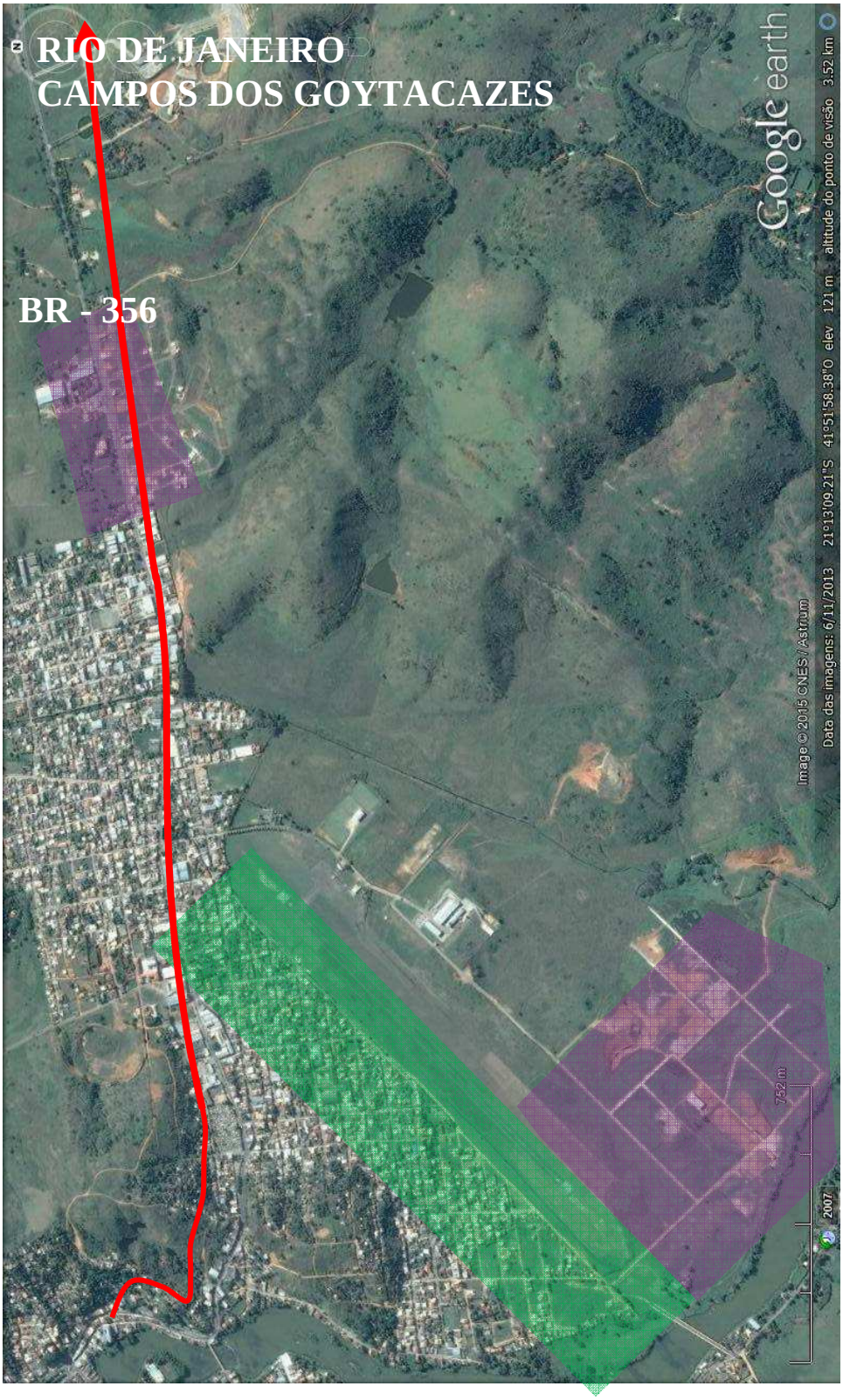


Figura 1 - Periferização em Itaperuna[45].
Fonte: Adaptado pelo Autor (2015)[46]

[45] Em roxo os novos loteamentos, no entono do aeroporto, em verde, e ao longo da BR-356, sentido Campos dos Goytacazes

[46] Disponível em: < https://www.google.com/earth/>. Acesso em: 15 jan. 2015.

3.4. REGIÃO VERSUS REGIONALIZAÇÃO

As definições de região são variadas e limitadas por diversas combinações de elementos gerando diferentes perspectivas. Em sua origem o conceito retrata a relação do poder centralizado e sua área de influência observando sua extensão sobre uma grande variedade espacial, cultural, econômica e social, muito próxima à definição de território.

A região pode ser definida como uma unidade administrativa, uma divisão regional ou um tipo de recorte através da qual se exerce a hierarquia e o controle na administração dos estados. A partir de La Blache temos a região natural como aquela com identificação de elementos da natureza em comum (GOMES in GOMES e CORRÊA, 2003, p. 51). Observando tal definição o município de Itaperuna e a região na qual se insere é uma continuação do relevo com ausência de escarpas íngremes e vales em constante aprofundamento e alargamento, embora em áreas de pequeno declive, característico da região norte de Minas Gerais.

Segundo Gomes (Ibid.) a noção de região geográfica “sintetiza a ação transformadora do homem sobre um determinado ambiente”, como resultado das formas de civilização, da ação humana, dos gêneros de vida que aliados à forma física a caracterizarão. A espacialização das redes é estabelecida a partir da regionalização. De acordo com Côrrea (1990):

> A região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos. (p.46)

Para o desenvolvimento do trabalho será utilizada a noção de região calcada na existência de uma consciência regional, um sentimento de pertencimento, como uma referência na consciência das sociedades, com o estabelecimento de um código social comum (PELLEGRINO, 1983); (POCHE, 1983); (RICQ, 1983 apud GOMES, 1990.). A delimitação da região é dada pela sua própria existência e auto percepção, não uniforme e mutável em seus interesses e na forma de articulação das partes com o todo e do centro com a periferia. É o que definiremos como Região de Identidade, nomeado por Costa (2010, p.111) como Região Artefato. Um conceito

tratado a partir da possiblidade de entendimento “entre a concretude de um ‘fato’ e a abstração de um artifício. Esta região congrega em sua territorialidade à vivência do pertencimento, a construção histórica e a análise técnica das relações que compreende e de seus desdobramentos.

Esse conceito ao ser apropriado para o entendimento das relações de Itaperuna com os demais municípios do Noroeste Fluminense, com os da Zona da Mata mineira e do Sul do Espírito Santo, permite a análise das diversas camadas que compõe essa espacialidade, diversa do regionalismo administrativo adotado a partir do século XX.

Neste contexto, a região artefato considera os elementos naturais mais suporte para a formação de uma região, mas como constituintes e determinantes para as relações sociais que formarão a mesma.

A região de identidade não só servirá para definição das relações entre Itaperuna, Zona da Mata mineira e Sul do Espírito Santo, mas também a emergência nos anos 1980 da região Noroeste Fluminense derivada de uma identidade surgida das fragmentações municipais, criando uma relação de dependência e ao mesmo tempo a possibilidade de trocas historicamente construída. Tendo também a produção agrícola e extrativista (Noroeste com o café e o leite, e o Norte com a cana de açúcar e o petróleo) e seus desdobramentos econômicos e sociais como outra dimensão que reforçará essa fragmentação regional. Como justificativa podemos citar Côrrea (1990):

> A ação e controle sobre uma determinada área quer garantir, em última análise, a reprodução da sociedade de classes, com uma dominante, que se localiza fora ou no interior da área submetida à divisão regional ou, como se refere a literatura. À regionalização. Esta distinção parte da aceitação explícita ou implícita da diferenciação de áreas ao longo da história. A sua ratificação ou retificação se dá a cada momento, conforme os interesses e os conflitos dominantes de cada época. São eles que, por outro lado, levam as unidades territoriais de ação e controle, as regiões, a serem organizadas de modos diferentes: de um lado, a partir de um governo de nível hierárquico inferior ao do núcleo de dominação; de outro, de um mais ou menos complexo sistema de planejamento especializado. Ambos cumprindo o papel de ação e controle. (p. 48)

A questão do Noroeste Fluminense ainda pode ser analisada a partir de Bruno Latour (*apud* Costa, 2010) e sua expressão “fe(i)tiche” para explicar a dualidade entre teoria e prática presente no estudo de região. O Noroeste

Fluminense poderia ser considerado um fetiche por ser uma realidade construída baseada em ideais e não na vivência prática cotidiana, se tornando uma divisão regional vazia de significado e apenas justificada por uma visão externalizada e estranha aos seus vizinhos, agora nomeados como Norte Fluminense.

O mesmo questionamento poderia ser estendido à delimitação dos estados, considerando que o agrupamento de municípios é um recorte construído baseado em aspectos técnicos e objetos pouco relacionados á realidade, ou simplificados a partir de suas características mais evidentes como a morfologia.

Mesmo não sendo o objetivo deste trabalho uma questão se impõe: não seria o município a divisão administrativa mais representativa dos interesses locais e apenas a sua delimitação suficiente para a administração pública evitando a reunião em um mesmo grupo, como os estados e regiões, de interesses divergentes e até mesmo contraditórios?

Por sua vinculação colonial, social, cultural e econômica, já apresentadas no capítulo anterior e analisadas profundamente na próxima seção, podemos vislumbrar os motivos para uma dissociação do resto do estado do Rio de Janeiro, refletida em sua baixa importância na administração estadual e na baixa quantidade de trocas, tanto de pessoas quanto de produtos, quando comparados os fluxos para Minas Gerais e Espírito Santo, e para o Rio de Janeiro.

A importância dessa delimitação teórica surge da pesquisa e análise crítica de relatórios e dados estatísticos que definem a sua metodologia a partir da regionalização administrativa, reforçando a limitação que tal divisão apresenta. Podemos observar essa ocorrência na metodologia de elaboração do REGIC (Regiões de Influência das Cidades) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008) onde:

> Foram investigadas ligações entre cidades, de modo a delinear as áreas de influências dos centros, e a esclarecer a articulação das redes no território. Para os centros de gestão do território, estas ligações foram estudadas com base em dados secundários; para as demais cidades, foi realizada pesquisa direta, levantando informações sobre uma ampla gama de relacionamentos. Uma vez delimitadas as regiões de influência, verificou-se que o conjunto de centros urbanos com maior centralidade – que constituem foco para outras cidades, conformando áreas de influências mais ou menos extensas – apresenta algumas divergências em relação ao conjunto dos centros de gestão do território. Neste último, há casos de atuação restrita ao próprio território, exercendo funções centrais apenas para a população local. Inversamente, há cidades não incluídas naquele conjunto cuja centralidade foi identificada a partir do efeito polarizador que exercem sobre outras. A

> etapa final consistiu na hierarquização dos centros urbanos, para a qual foram elementos importantes classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro. (p.131)

Apesar de mais avançada em relação aos estudos anteriores, a delimitação observada no REGIC ainda é falha no tocante a não explicitação das relações entre centros de mesmo nível de influência, como entre os municípios de Itaperuna, Muriaé (figura 49) e Cachoeiro do Itapemirim. Além disso, as regiões de influência apresentadas são levianas ao considerar como soberanas as relações dentro do território limitado pela divisão administrativa estadual.

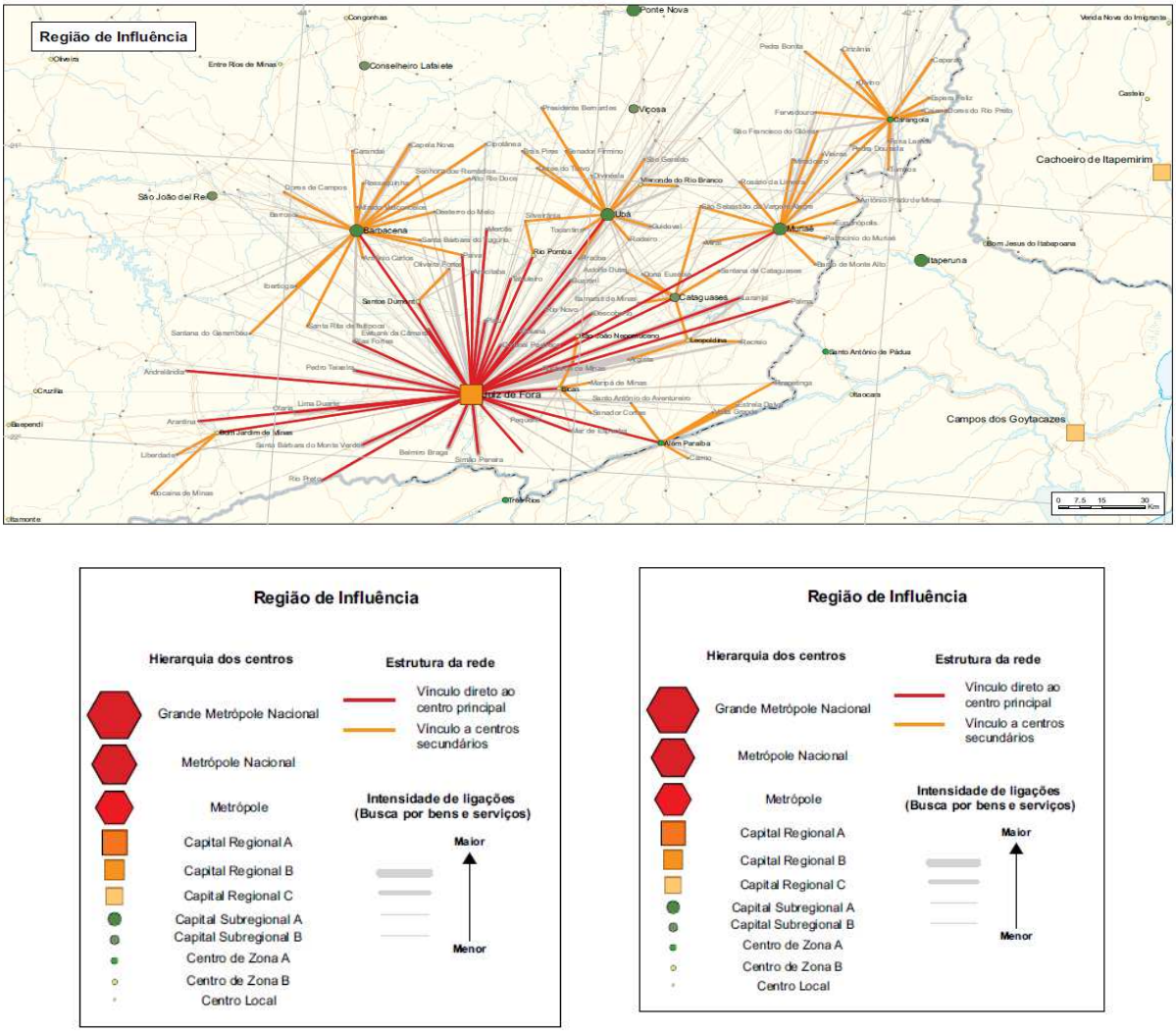


Figura 49. Região de Influência de Juiz de Fora - MG[47].
Fonte: IBGE (2007).

[47] O mapa ignora as relações externas ao Estado.

2.5. CENTRALIDADE REGIONAL

A emergência de uma centralidade está vinculada a sua importância e a variedade de conexões que a ligam a região onde está inserida e além dela. A partir da ótica de Côrrea (2001) sobre a Teoria das Localidades Centrais de Christaller podemos observar as relações que ascenderam Itaperuna a essa condição de centralidade.

A teoria de Christaller é formulada em 1933 e tratava das relações produtivas como geradoras de diferenciação dos núcleos urbanos, levando ao surgimento de uma hierarquia de cidades. A proposta é limitada por considerar apenas o caráter econômico das relações e sua existência em uma região homogênea, e a oferta de tipos de serviços e bens comuns aos locais de mesmo nível hierárquico.

Côrrea aplica a teoria e a desenvolve a partir do entendimento de que a realidade dos países subdesenvolvidos é diferente, e que a heterogeneidade regional será decisiva para o surgimento de centralidades.

A organização das redes de localidades centrais obedeceria três modelos: o dentrítico, o de mercados periódicos e o desdobramento da rede em dois circuitos. O primeiro foi aplicado na ocupação colonial com a instalação de cidades litorâneas, conectadas a uma rede de cidades extrativistas menores, para escoamento da produção, como no caso de Campos dos Goytacazes (RJ) e São João da Barra (RJ), tido como primeiro ciclo do desenvolvimento urbano nacional.

As redes dentríticas surgidas no segundo ciclo de desenvolvimento nacional se organizam entorno de uma cidade primaz, como Itaperuna, Muriaé e Cachoeiro de Itapemirim, que:

> Concentra a maior parte do comércio atacadista exportador e importador, através do qual toda a região vê viabilizada a sua participação na divisão internacional do trabalho. Concentra, assim, a maior parte da renda, bem como a elite regional de raízes predominantemente fundiária e mercantil. Principal mercado de trabalho urbano, transforma-se no mais importante foco das correntes migratórias do destino urbano. (CÔRREA, 2001, p. 44).

O segundo modelo de organização, o de mercados periódicos, é definido por pequenas aglomerações urbanas que periodicamente se transformam em localidades centrais, seja pela organização de uma feira ou em períodos de safra. O deslocamento populacional e comercial entre os povoados gera as conexões em rede.

O terceiro modelo, desenvolvido por Milton Santos, trata da existência de dois circuitos da economia, dotando as localidades de influência em um circuito superior de produção, distribuição e consumo e em outro inferior. Os dois como resultados direto do processo de modernização tecnológica, no caso do primeiro para os beneficiados, e no do segundo para os excluídos. As localidades seriam caracterizadas pela:

> Existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas (SANTOS apud CÔRREA, 2001, p. 72)

Os dois circuitos estão interligados entre si, por terem a mesma origem e conjunto de causas. A estruturação dessa rede se daria pela atuação das localidades centrais através da hierarquia urbana e em seu alcance. No caso de uma rede onde o setor terciário tenha o maior potencial de atração, poderíamos considerar que a oferta de conexões e de transporte de massa se mostraria mais importante que as de escoamento produtivo. Outro aspecto relevante é a internet, com a ampliação das conexões.

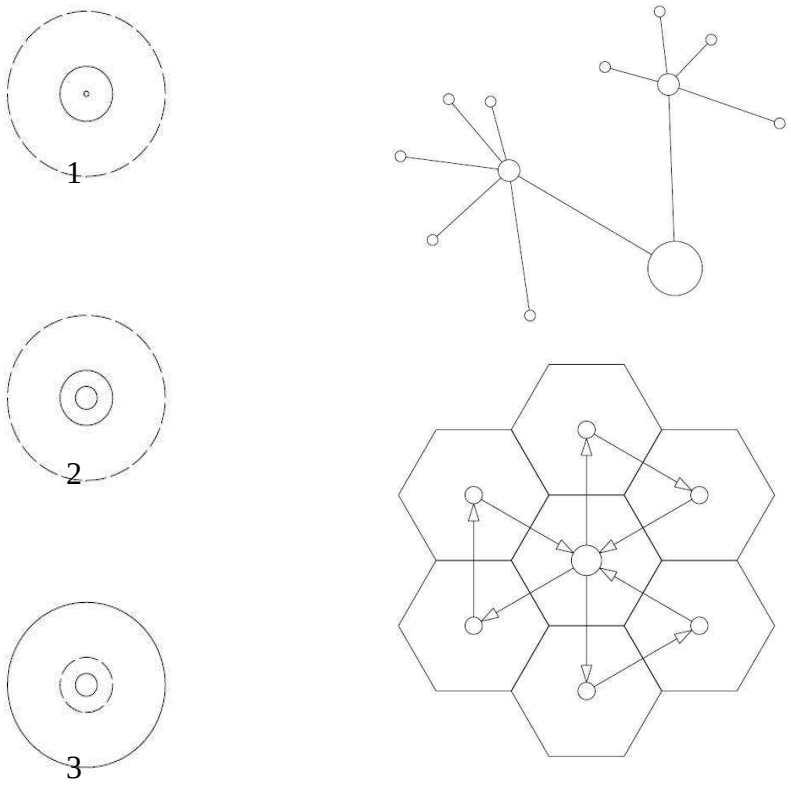


Figura 50. As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos[48].
Fonte: Corrêa (2001).

Como explicitado por Corrêa, as formas de organização espacial não são excludentes, mas complementares e sobrepostas em alguns momentos. Caso aplicado a Itaperuna e sua região.

Outro fator de emergência de Itaperuna como centralidade na porção fluminense da região de identidade de São Tomé é o processo histórico de fragmentação territorial, que mesmo possibilitando o surgimento de novos poderes locais, ainda se referem ao centro (Itaperuna, Muriaé e Cachoeiro de Itapemirim) como sede. Suas relações econômicas e políticas dependem, em parte, da articulação com o município central e do aproveitamento de sua estrutura de conexões extraterritoriais e com níveis escalares superiores.

Importante ressaltar que a rede não possui uma forma constante, assim os municípios de Itaperuna e Muriaé estão no centro da porção referente ao seu estado e de uma malha rodoviária que os conectam com as demais regiões brasileiras,

[48] De cima para baixo: a rede dentrítica, com a cidade primaz e os centros urbanos dependentes dela. A rede de mercados periódicos, com a rede de circulação e centralidades temporárias. E os dois circuitos da economia: no esquema 1, a cidade local, no 2 a cidade intermediária, e no 3 a metrópole, sendo a linha tracejada equivalente ao círculo inferior e a cheia ao círculo superior.

enquanto Cachoeiro do Itapemirim se encontra deslocado da porção capixaba da região, mas com a mesma centralização em relação à malha rodoviária.

Em uma análise mais complexa pode-se dizer que a região de identidade de São Tomé se estrutura a partir desses três municípios, e que o alcance da sua influência, construída historicamente, determina a dimensão da região, compondo uma rede de cidades conectada física e culturalmente.

3.6. REDE DE CIDADES

A organização territorial e a divisão regional são partes integrantes de uma articulação mais ampla, que determinará o alcance das relações de influência de e para além dos limites da região. Essa dinâmica é tratada como rede, por sua organização física, social e econômica. Sua espacialização, em áreas mais rudimentares, obedecerá à hierarquização de localidades centrais e as suas conexões físicas de transporte. Em contextos mais avançados, a telecomunicação e os outros meios informacionais serão preponderantes para o estabelecimento da hierarquia e determinação da rede construída.

Dias (in DIAS e SILVEIRA, 2007, p.11) caracteriza as redes pelo atravessamento de quatro grandes fluxos pelo território: pessoas ou migratório, comerciais ou de mercadorias, informações, capitais ou monetários e financeiros. Durante muito tempo esses fluxos estiveram contidos no território regional e nacional, mas com o processo de globalização as redes passaram a ser transnacionais e mundiais.

Os fluxos introduzem uma nova ordem de problemas derivados da falta de controle pelo território: a globalização. Eles mudam a configuração do território e o expandem.

Os pontos de convergência são os nós das redes e a transferência de mercadorias, pessoas, informações ou capital cria os fluxos, que variam em volume e importância, caracterizando os locais de acordo com sua relevância para a manutenção dos mesmos, sobrepostos ou complementares. A circulação é a principal característica da rede, e caracteriza grande parte das mudanças sociais ocorridas no território. Ela tem o potencial de estabelecer novas condições sociais e de estruturação dos territórios e provocar mudanças.

A partir do meio técnico-científico-informacional as redes se diluíram no espaço e foram constituídas por ligações imateriais, assim como a importância da mesma aliada ao capital se sobrepõe às mercadorias e as pessoas, como fluxos. Sua operacionalização é baseada na flexibilidade e dinamismo, democracia e descentralização na tomada de decisão, alto grau de autonomia de seus membros, em resumo pela desconcentração do poder.

Para Milton Santos (apud DIAS in DIAS e SILVEIRA, 2007, p.20) a rede é uma representação sócio-técnica, por exigir mudanças de padrão para acompanhamento dos avanços técnicos e para a criação de novas demandas. Obedece a uma lógica das redes (global e uniforme) e a uma lógica do território (local e heterogênea), onde permite o ajuste às demandas do local.

Não podemos deixar de tratar a participação de um mesmo local em diversas escalas de uma organização espacial, podendo um mesmo município estruturar uma rede em sua região concomitante com a participação em outra de nível nacional, como nas capitais nacionais e os centros de regiões metropolitanas.

A rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações sociais. As escalas são construídas nos processos. Na escala local, as redes se estruturam a partir do urbano, por sua concentração tecnológica, determinada pela concentração de meios técnico-científicos. (SPOSITO, 2008)

A rede é uma reprodução da divisão territorial do trabalho, é uma dimensão socioespacial da sociedade. (CÔRREA in SPOSITO, 2008, p. 63)

Como já citado no capítulo anterior, o investimento em instituições de controle público regional, e especialização técnica e comercial, agregados à formação territorial regional contribuíram para a emergência e manutenção de Itaperuna, Muriaé e Cachoeiro de Itapemirim como centralidade e como localidades estruturadoras da rede, limitadas administrativamente pelas denominações de Noroeste Fluminense, Zona da Mata e Sul Capixaba, mas ampliada pela sua região de identidade como apresentada na seção seguinte.

4. CENTRALIDADE REGIONAL: ENTRE A IDENTIDADE CULTURAL E A DINÂMICA ADMINISTRATIVA.

Como apresentado no capítulo 1, Itaperuna deu origem à grande parte dos municípios que compõem a atual região Noroeste Fluminense. Pode ser verificado que a relação de dependência que se estabelece entre o centro (a área urbana do município de Itaperuna) e região é a mesma dos períodos originais da implantação do município, em uma reprodução do modelo de acumulação e centralização capitalista, com novas roupagens políticas e estruturais. A partir dessa observação pode-se concluir que as ligações intra e extrarregionais interfiram na conformação urbana de Itaperuna de forma significativa e no estabelecimento de uma região identitária. A vinculação com o estado de Minas Gerais ainda é clara, e se contrapõe a pouca identificação com o Estado do Rio de Janeiro, moldando até mesmo a expansão urbana, se desconsiderarmos a qualidade dessa expansão, como apresentado na terceira seção do capítulo 2.

A questão discutida no presente trabalho coloca o município de Itaperuna como a centralidade regional da porção fluminense de uma região mais ampla que a denominada Noroeste Fluminense, uma região construída por convivência e conveniência, que definiremos com uma Região de Identidade, nomeada como São Tomé. A chamaremos assim por servir como delimitação histórica e prioritária quando observada a construção histórica das relações entre os municípios que a compõe e por sua precedência em relação às demais demarcações e nomenclaturas (vilas, cidades, municípios, estados, regiões administrativas e de governo).

A região de identidade é uma construção histórica, não apenas como reflexo da passagem do tempo, mas como o resultado de processos de relações indissociáveis entre as dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais

desenvolvidas ao longo das décadas e com desdobramentos sobrepostos, tendo consequências configurações e reconfigurações espaciais que é produto e produtora de novas relações econômicas, culturais, políticas e sociais que por sua vez produzirão novas configurações espaciais. A proposição deste estudo se faz por acreditar que a divisão dos entes federativos, desde sua origem como meio de organizar o território nacional, ignorou e ainda ignora as relações culturais e históricas que interferem nas dinâmicas políticas e econômicas entre os estados e os municípios que a compõe. Entender a complexidade e respeitar as igualdades favorecerá a eficiência das ações do planejamento regional e nacional, permitindo a aproximação das reais carências e potencialidades dessa região. Essa região será prioritária nas relações construídas e influenciará subjetiva e objetivamente as decisões pessoais e coletivas da população dos municípios que a compõe.

Neste capítulo apresentaremos uma análise de aspectos que conformam a região original a qual pertence Itaperuna, apoiados nos conceitos de Território, Região e Redes. As análises apresentadas explicitarão a dependência estabelecida entre os municípios da região Noroeste Fluminense, Itaperuna e os municípios da porção nordeste da Zona da Mata Mineira com Muriaé e da porção sul do Espírito Santo com Cachoeiro do Itapemirim, e proverá subsídios para o planejamento regional mais próximo da realidade local e das dinâmicas presentes nestas relações.

Serão utilizados dados de fontes oficiais relacionados com as observações feitas no relato do processo de constituição de Itaperuna, no capítulo 1. A estrutura deste capítulo busca evidenciar o caráter complementar ou de intensificação da existência da região de identidade de São Tomé e em sua estruturação a partir das centralidades existentes. Para melhor compreensão, dividiremos a região em três porções, cada uma correspondente à divisão administrativa oficial, sendo elas: fluminense, mineira e capixaba, com suas respectivas centralidades.

A apresentação dos dados seguiu um critério quali-quantitativo ao utilizar o ordenamento das cidades em sua porção e dentro da região de identidade a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM (IBGE, 2010), como forma de garantir que os aspectos econômicos não sobressaíssem no levantamento das centralidades. Assim, a primeira coluna sempre mostrará a posição em relação a todos os 52 municípios que compõe a região de identidade e a segunda sua posição dentro da porção estadual a que pertence.

Ainda serão apresentadas, dentro da limitação de cada aspecto, as médias de

cada estado, as médias de cada porção da região e a média da região, para que possam ser observadas as distorções e as relações das porções com o estado a que pertencem.

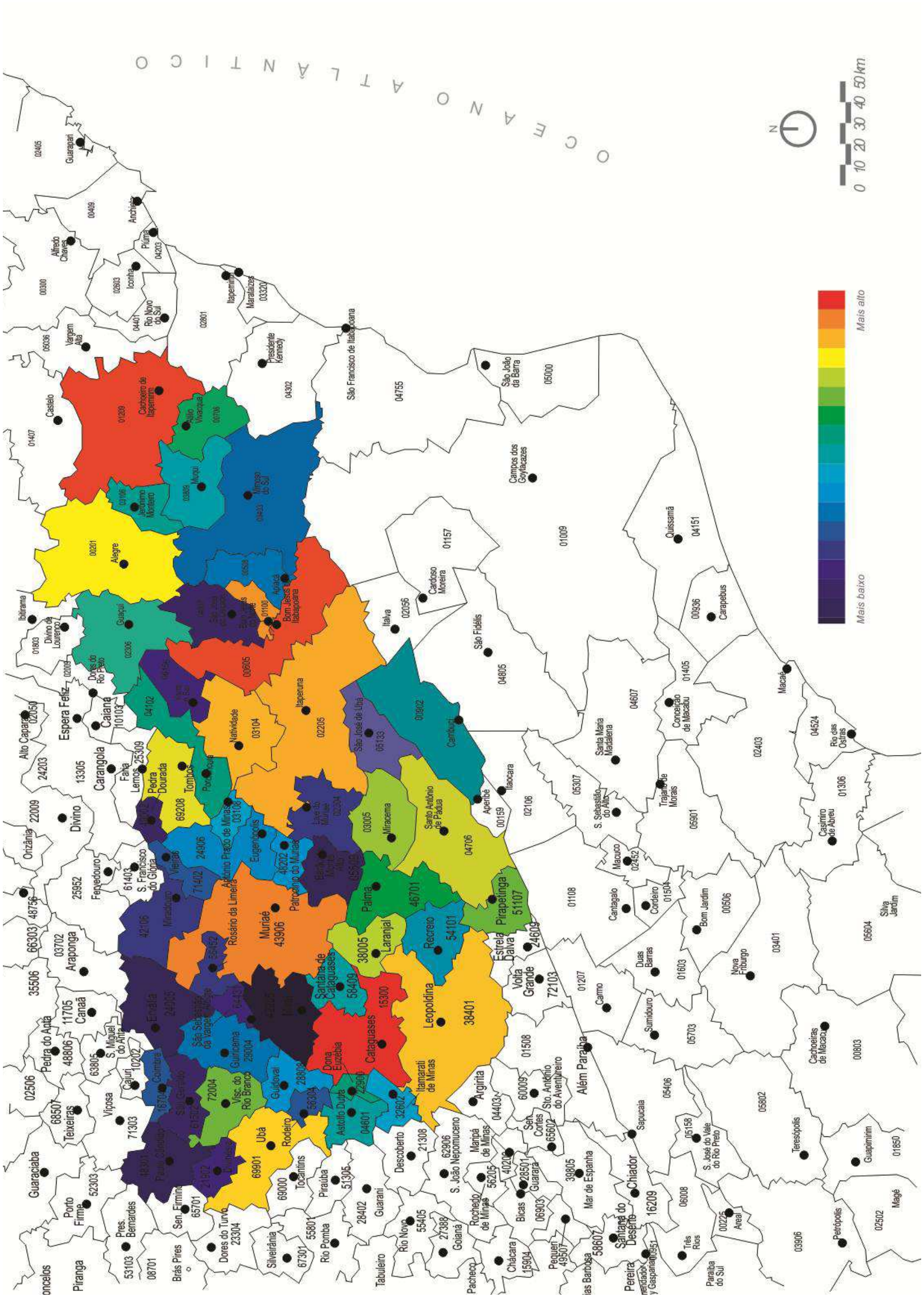
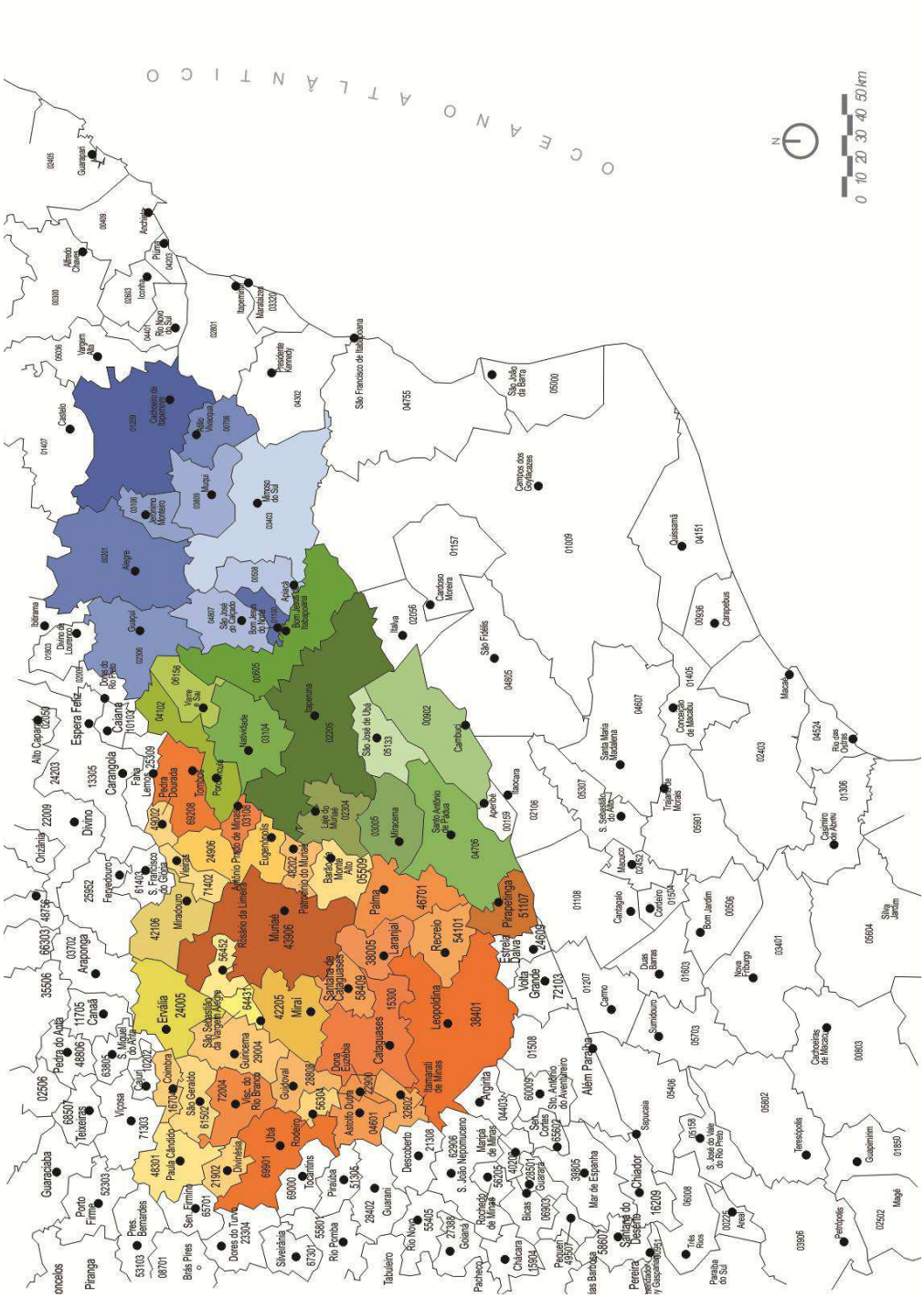


Figura 51. A Região de Identidade de São Tomé e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).
Fonte. Elaborado pelo autor (2015, a partir de dados fornecidos pelo IBGE (2013)).



Mapa 1 - O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nas porções mineira, capixaba e fluminense da Região de Identidade de São Tomé[49].
Fonte. Elaborado pelo autor (2015, a partir de dados fornecidos pelo IBGE (2013)).

[49] Os municípios com os tons mais escuros possuem o maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

4.1. GENEALOGIA REGIONAL

As fragmentações territoriais sucessivas que originaram a configuração administrativa brasileira são cruciais para determinação das relações histórica que impactam nas ações do presente. Na região de identidade de São Tomé é perceptível que a origem em comum permitiu uma aproximação social, política e econômica dos municípios que a constituem. Reforçada pela instalação da rede de fluxos, em sua origem ferroviária e mais recentemente rodoviária, pode-se notar que a constituição de uma hierarquia é clara. Importante ressaltar que embora a genealogia seja importante para determinar o grau de aproximação entre o todo e as partes, não é determinante que a antecessão no processo esteja relacionada com a emergência como centralidade, como observado nos municípios de Visconde do Rio Branco, Itapemirim, Campos dos Goytacazes e Mar de Espanha. Possivelmente a distância da sede desses municípios com as regiões onde surgiram dificultaram a identificação com os mesmos, permitindo a constituição de novas centralidades mais contextualizadas.

Em quase todos os setores - mineiro, fluminense e capixaba – as centralidades da região de São Tomé surgem como parte de um grande território e superam a importância de seu município/vila de origem, possivelmente devido à maior dinamização econômica e à articulação proveniente do sistema de conexões físicas implantado ao longo do tempo.

Outro fato a ser considerado é a proximidade histórica e cultural constituída pela colonização dessa região. Como boa parte dos municípios teve sua ocupação por mineiros oriundos das minas de ouro, já decadentes, e no mesmo período, a constituição de uma rede de trocas que garantiam a subsistência da região toda, assim houve um processo de especialização, como a produção de ervas medicinais em Muriaé, o cultivo de raízes e a produção de cana de açúcar em Itapemirim e o arroz e o milho em Natividade. Essa dinâmica não é exclusivista e para a sobrevivência da região a interação com o litoral se fez necessária, afinal o controle oficial e administrativo de grande parte da região pertencia às cidades litorializadas.

Tabela 3. Genealogia da região de identidade de São Tomé: uma proposição de regionalização

Visconde do Rio Branco	Cataguases	Palma	Barão do Monte Alto	
		Santana de Cataguases		
		Astolfo Dutra	Dona Eusébia	
		Itamarati de Minas		
		Miraí	São Sebastião da Vargem Alegre	
	Muriaé	Eugenópolis	Antônio Prado de Minas	
		Patrocínio do Muriaé		
		Rosário da Limeira		
	Ubá	Guidoval		
		Coimbra		
		Rodeiro		
		Divinésia		
		Ervália		
	Tombos	Pedra Dourada		
	Guiricema			
	Miradouro	Vieiras		
	São Geraldo			
	Paula Cândido			
Campos dos Goytacazes	Itaperuna	Bom Jesus do Itabapoana		
		Natividade	Varre e Sai	
		Porciúncula		
		Laje do Muriaé		
	São Fidélis	Santo Antônio de Pádua	Miracema	
		Cambuci	São José de Ubá	
Itapemirim	Cachoeiro do Itapemirim	Mimoso do Sul	São José do Calçado	Bom Jesus do Norte
			Apiacá	
		Alegre	Jerônimo Monteiro	
		Atílio Vivacqua		
		Guaçuí		
		Muqui		
Mar de Espanha	Leopoldina	Pirapetinga		
		Recreio		
		Laranjal		

Fonte: Adaptado pelo Autor (2015, a partir de dados fornecidos pelo IBGE (2013)).

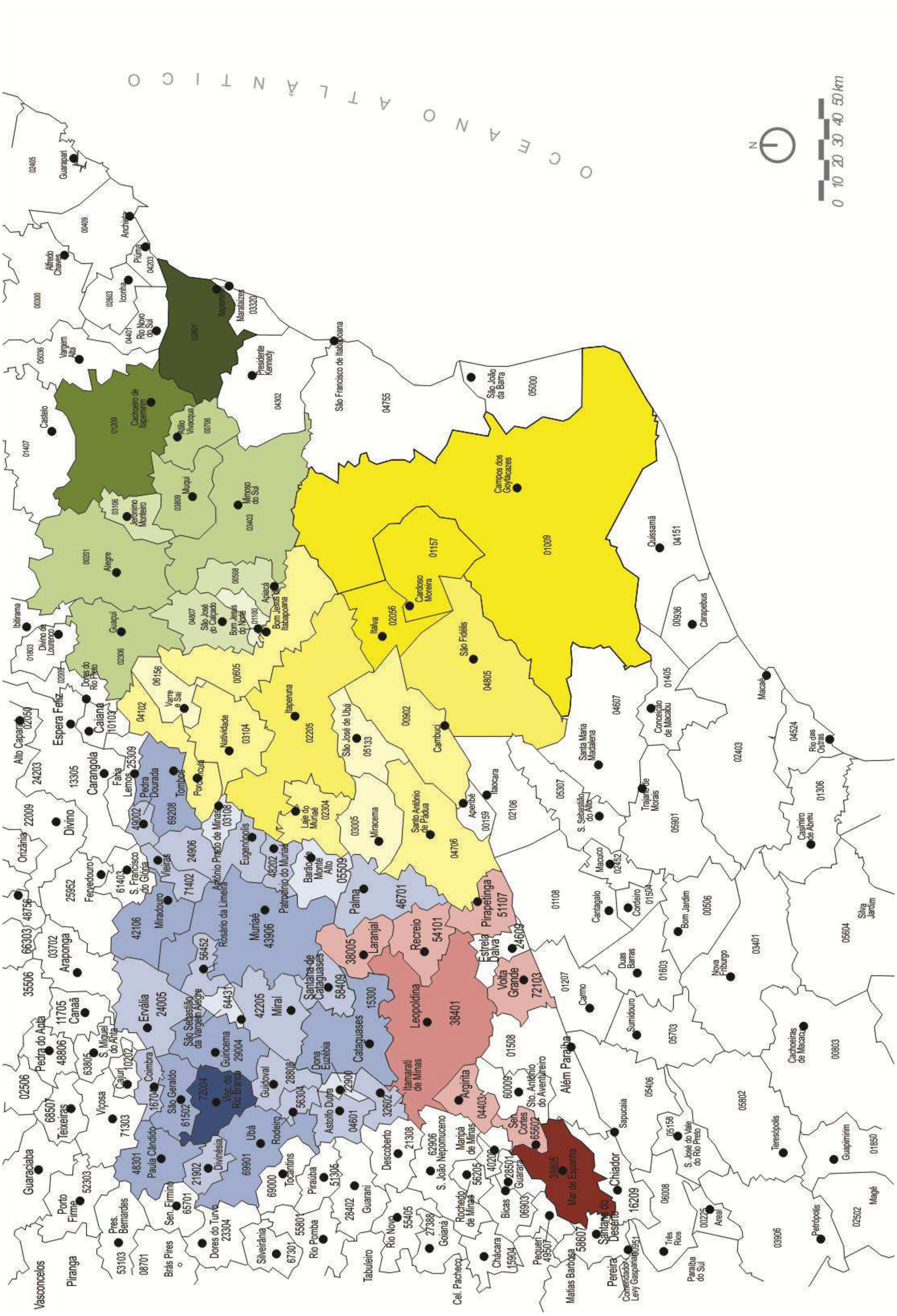


Figura 53. Genealogia da Região de Identidade de São Tomé.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015)..

4.2. ASPECTOS ECONÔMICOS E PRODUTIVOS

As centralidades regionais serão destaque neste aspecto não só pelo tamanho da população e volume da renda, mas também pela diversidade de setores econômicos observados. Todas terão postos de trabalho em todas as categorias da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2012), com predominância do setor de serviços. Nestes municípios a quantidade de empregos gerados pela administração pública será menor que o setor de serviço, situação inversa nas demais cidades da região onde a relação é de no mínimo o triplo. Essa inversão demonstra o pouco dinamismo econômico local e a alta dependência do governo local para a manutenção da fonte de renda, o que limita a possibilidade de atuação regional e de articulação equiparada com o resto da região. A situação oposta nas centralidades as coloca em posição vantajosa, pois além da maior oferta absoluta de empregos, os mesmos oferecem variedade de alocação e de adequação à contextos econômicos externos à região (Apêndices E e H).

Ao contrário do esperado, devido a predominância em área do rural sobre o urbano em todas as cidades da região, na maioria dos municípios o emprego ligado à produção rural é superado pelo da indústria de transformação, mostrando a tendência de urbanização ou, como dito por RUA (2006), de urbanidades no rural. A pesquisa não se aprofundou, mas outra justificativa para o fato seja que a RAIS só considera o emprego formal, o que eliminaria grande parte dos trabalhadores rurais em pequenas e médias propriedades.

A produção de bens será compartilhada e complementada pelas cidades que capitanearão a região, assim Itaperuna consumirá os tecidos de Muriaé para a produção de moda noite e Cachoeiro de Itapemirim produz rochas ornamentais consumidas pelos outros municípios. Tal sistema gerará um movimento populacional e de mercadorias interno, tornando dinâmica a denominada região de identidade.

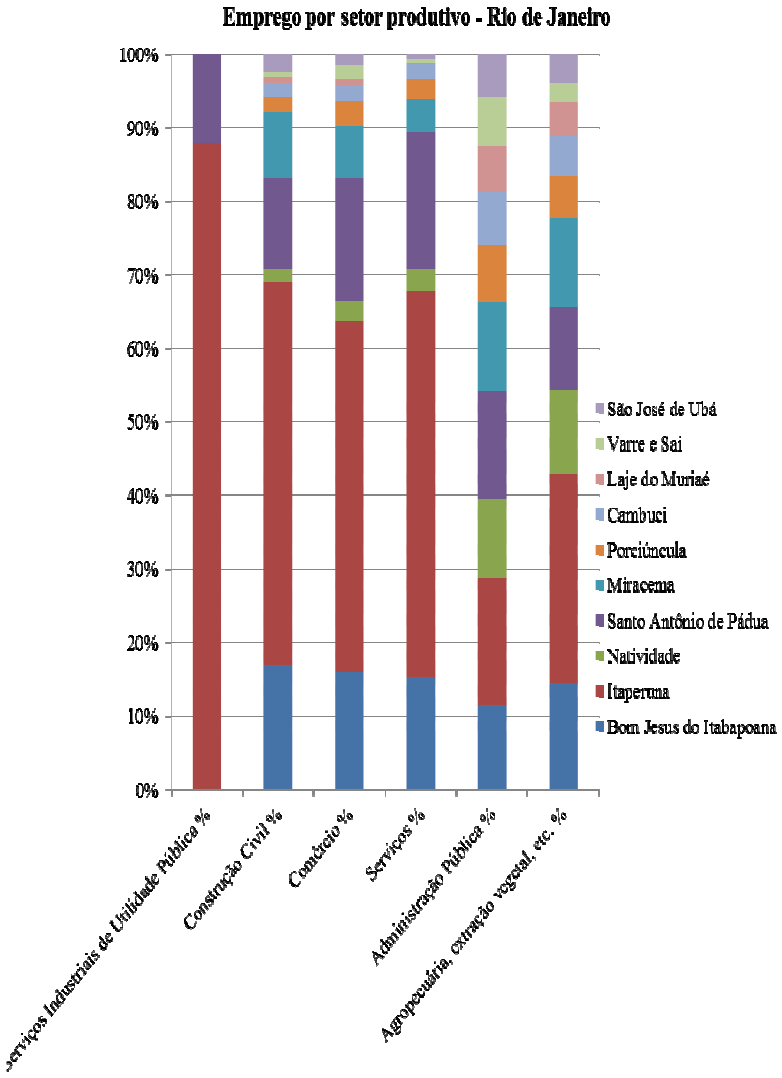


Gráfico 1. Emprego por setor produtivo, porção fluminense da região de identidade.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015, a partir de dados da RAIS (2014)).

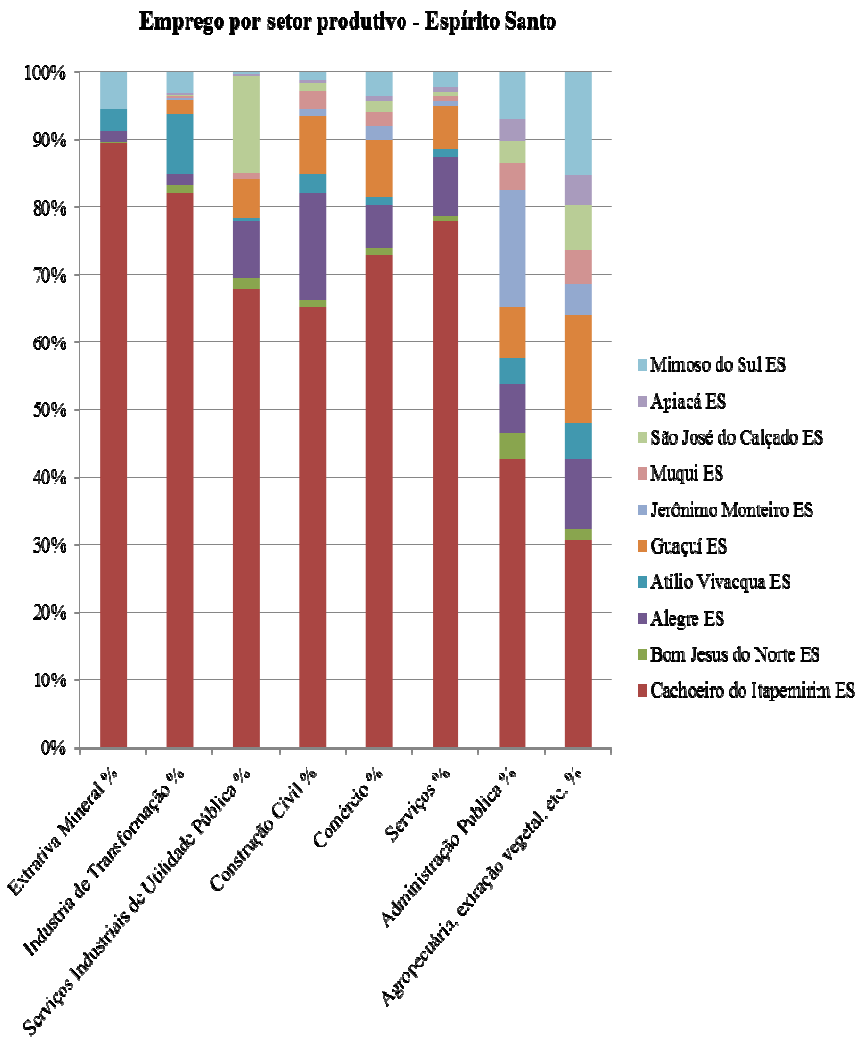


Gráfico 2. Emprego por setor produtivo, porção capixaba da região de identidade.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015, a partir de dados da RAIS (2014)).

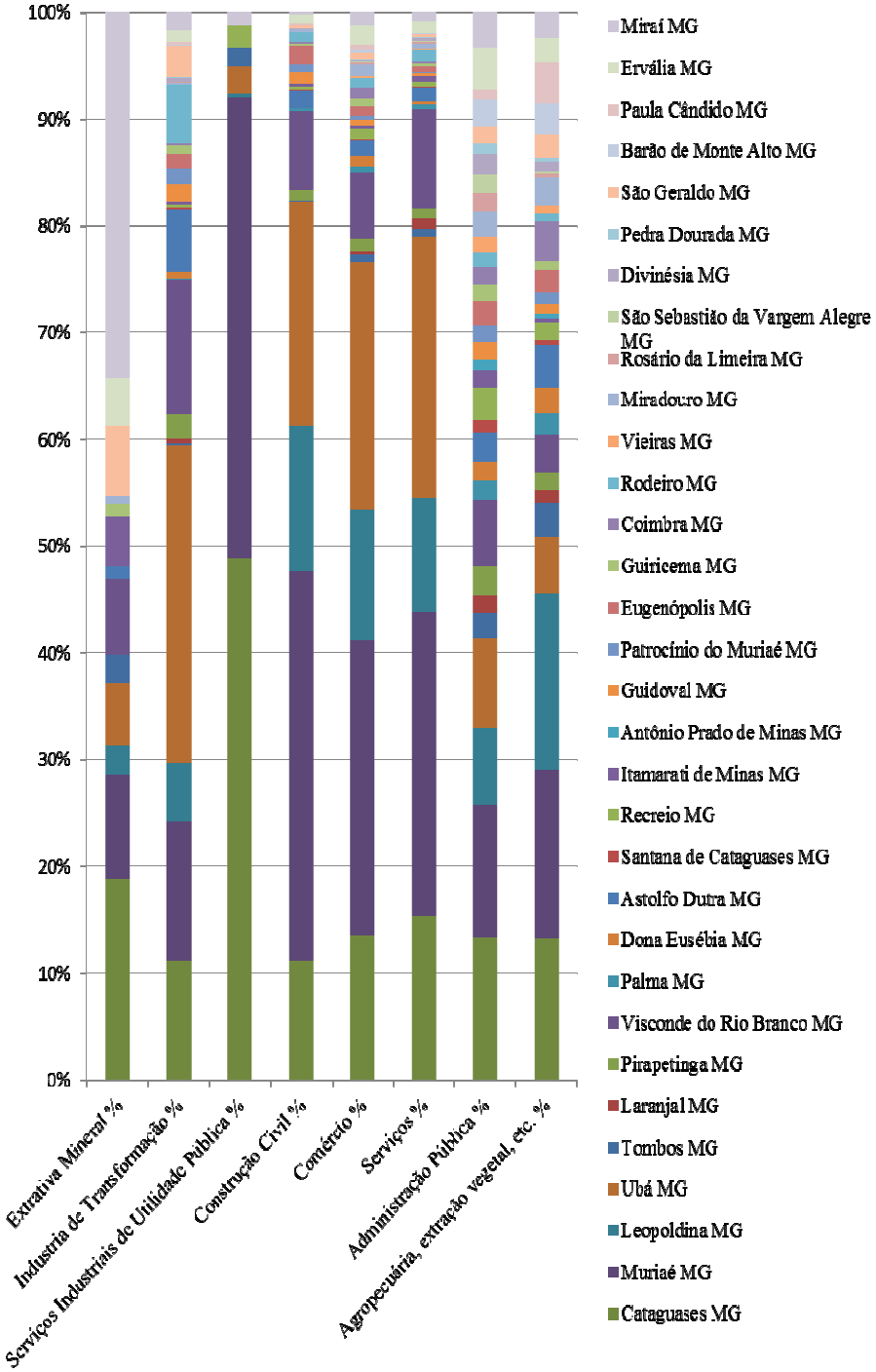


Gráfico 3. Emprego por setor produtivo, porção mineira da região de identidade.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015, a partir de dados da RAIS (2014)).

4.3. INFRAESTRUTURA VIÁRIA

A rede de rodovias e estradas que constituem a malha rodoviária brasileira foi construída, em grande parte, sobre os caminhos do Brasil Colonial e os percursos da ferrovia, por isso são registros das conexões que historicamente construíram o país.

Na região de identidade proposta, denominada de São Tomé observa-se a estruturação da rede de cidades no entorno da BR-356, conexão entre o interior do estado de Minas Gerais e o litoral do Norte Fluminense. Essa ligação reflete os interesses em litoralizar o comércio e a ocupação, como já explicado no capítulo 1, que por seu traçado remonta também as relações iniciais da ocupação com o território: em parte o traçado acompanha o rio Muriaé, que por seu leito pedregoso não atendia ao transporte de mercadorias, e em outro trecho o rio Paraíba do Sul, já navegável e utilizado como rota para o escoamento da produção agrícola para o porto, no litoral de Campos dos Goytacazes. Além disso, pode-se observar a partir da malha rodoviária que nem todas as cidades do Noroeste Fluminense tem a conexão com Itaperuna como prioritária, sendo essas conexões perpendiculares a BR-356 e não a Itaperuna, como visível nos municípios que cercam Muriaé.

Na porção mineira da região, Muriaé centraliza grande parte das rodovias que cortam a região no sentido norte-sul (BR-356) e leste-oeste (BR-285), o mesmo ocorrerá com Itaperuna na porção fluminense. A cidade de Cachoeiro do Itapemirim será o nó de distribuição da malha rodoviária na porção capixaba, mas por sua posição excêntrica na região, em termos de conexão rodoviária, haverá um reforço na posição de Itaperuna como centralidade nos dois estados, e uma competição de Cachoeiro do Itapemirim com as redes litorâneas já estabelecidas.

Devido às conexões rodoviárias e sua posição relativa a ela, os municípios de Itaocara, Cambuci, Aperibé e Italva serão municípios com crise de identidade, que por estarem no limite entre a região de São Tomé e a de Campos dos Goytacazes e pela baixa conectividade com as redes viárias da região se aproximam mais de Campos do que dos demais municípios do Noroeste Fluminense.

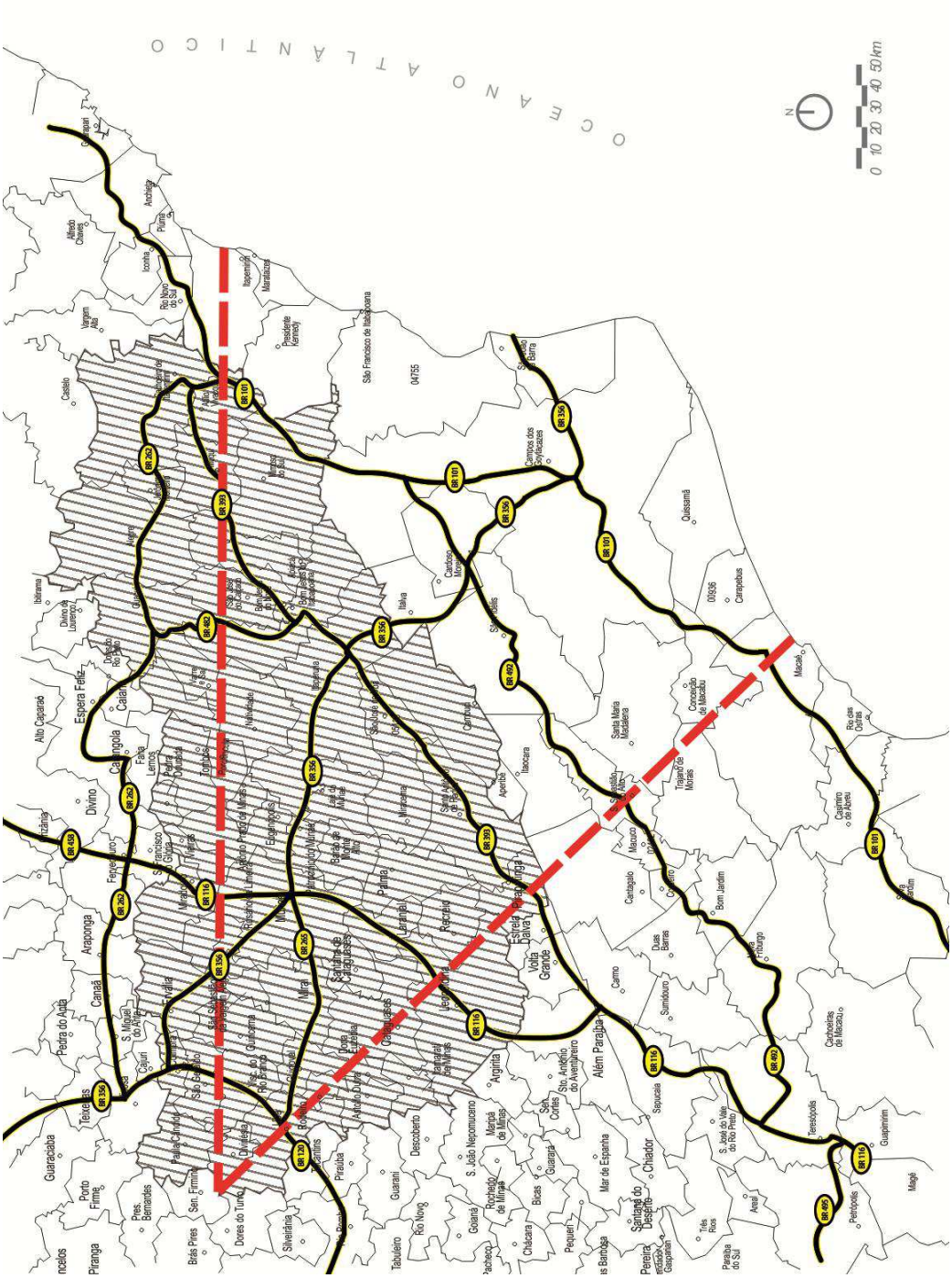


Figura 54. Malha rodoviária da Região de Identidade de São Tomé, apenas rodovias federais.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

4.4. TRANSPORTE RODOVIÁRIO E AEROVIÁRIO

A concentração de fixos levará a uma expansão na importância para a manutenção e/ou intensificação de fluxos no território. Assim como já apresentado na seção anterior, a concentração de infraestrutura viária reforçará a concentração de linhas de ônibus e a quantidade de destinos que estarão disponíveis para cada localidade, possibilitando mais trocas de informações, mercadorias, e a pendularidade. Dessa forma, o território com mais conexões externas terá mais oportunidades de ascender na hierarquia urbana, em um claro movimento de acumulação sobre acumulação típica do capitalismo (CÔRREA, 2001).

Com o avanço tecnológico e a necessidade de interações mais distantes, o transporte rodoviário se torna limitado e o surgimento do aeroviário permite a expansão da rede geográfica de ação do local (DIAS, 2007).

De maneira geral, a partir do Apêndice E, podemos observar que as cidades com maior quantidade de linhas são aquelas que possuem a maior variedade de destinos. Além disso, pode-se perceber que a concentração está nas centralidades de cada porção da região de identidade de São Tomé, que ainda se destacam por serem as únicas cidades com aeroporto público. A exceção será a porção mineira, onde Muriaé e Leopoldina se destacarão, e grande parte dos municípios não terá uma linha oficialmente estabelecida, sendo dependentes de rotas alternativos e intermitentes ou do deslocamento para outras cidades. Esse último dado é reforçado pelo tamanho da população inviabilizando economicamente o estabelecimento de linhas regulares.

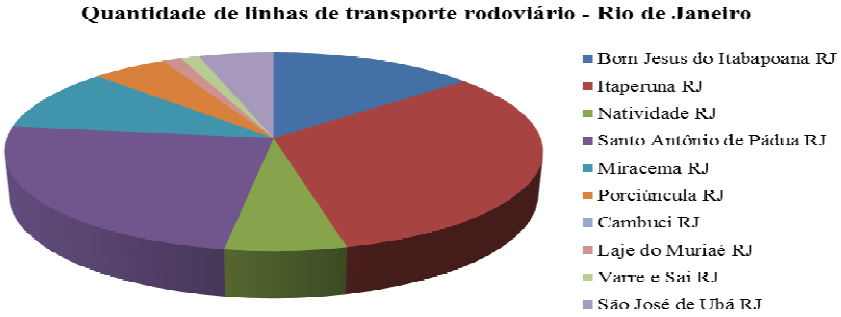


Gráfico 4. Quantidade de linhas de transporte rodoviário, participação por município na porção fluminense da região de identidade.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015, a partir de dados do DNIT (2014)).

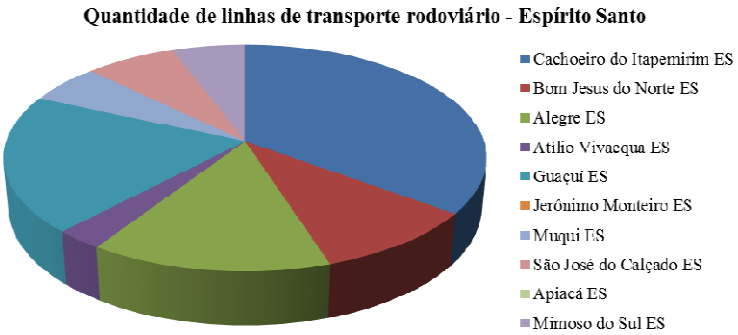


Gráfico 5. Quantidade de linhas de transporte rodoviário, participação por município na porção capixaba da região de identidade.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015, a partir de dados do DNIT (2014)).

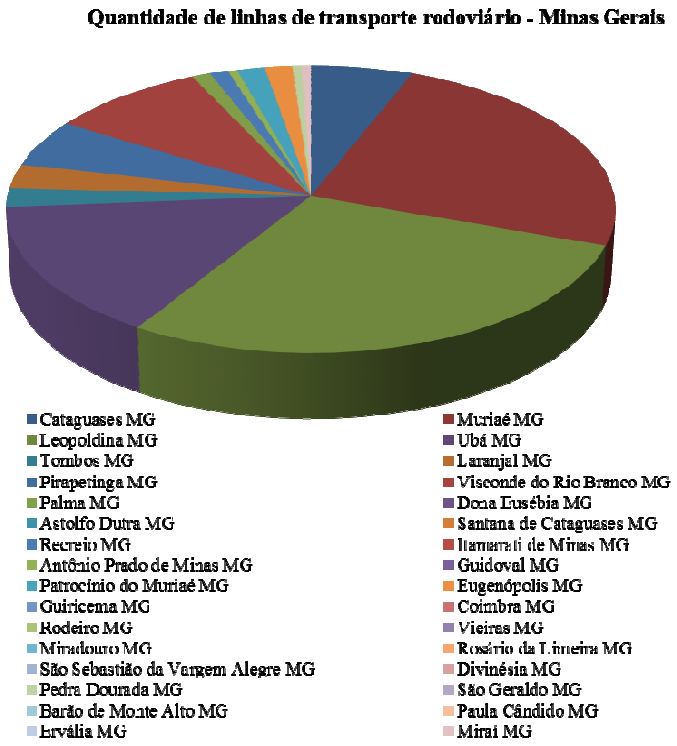


Gráfico 6. Quantidade de linhas de transporte rodoviário, participação por município na porção mineira da região de identidade.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015, a partir de dados do DNIT (2014)).

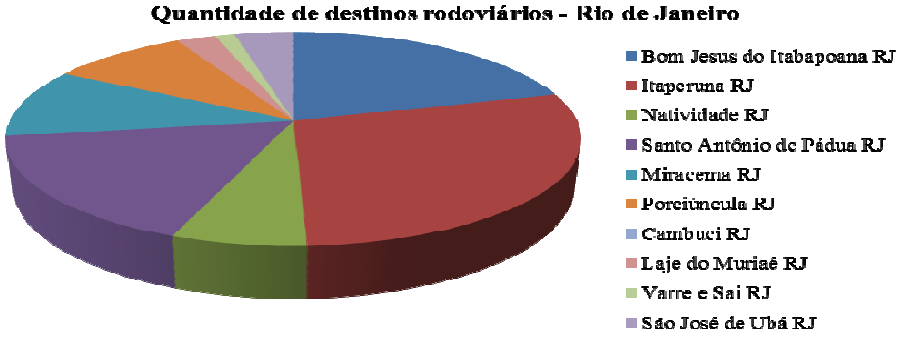


Gráfico 7. Quantidade de destinos disponíveis com o transporte rodoviário, participação por município na porção fluminense da região de identidade.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015, a partir de dados do DNIT (2014)).

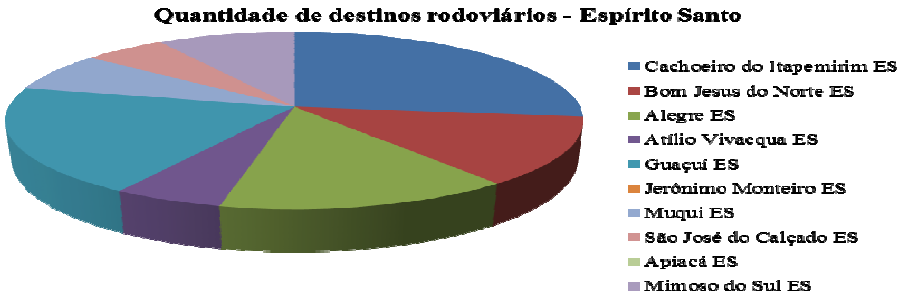


Gráfico 8. Quantidade de destinos disponíveis com o transporte rodoviário, participação por município na porção capixaba da região de identidade.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015, a partir de dados do DNIT (2014)).

Gráfico 9. Quantidade de destinos disponíveis com o transporte rodoviário, participação por município na porção mineira da região de identidade.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015, a partir de dados do DNIT (2014)).

As conexões terrestres facilitam o acesso bem como a oferta de transporte, por isso as centralidades se estabeleceram como única opção para o deslocamento, reforçando assim a sua condição de centralidade. Não apenas os movimentos exógenos serão originados nas centralidades, mas a disseminação de informações

externas a esse sistema, de forma endógena, partirá dessas cidades.

4.5. CONDICIONANTES URBANOS

Neste aspecto é analisada a concentração de estudantes e de estabelecimentos de saúde, o que denotaria a constituição de um polo de capacitação técnico-cientifica e alta especialização e serviços.

O número de matrículas no ensino fundamental e médio possibilita maior visualização da concentração por incluir os alunos pendulares de curto e médio prazo, dado mascarado na estimativa de quantidade de instituições de ensino.

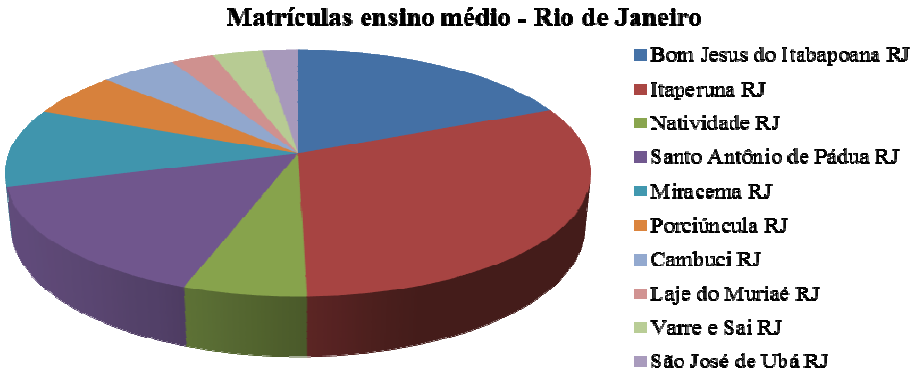


Gráfico 10. Quantidade de matrículas no ensino médio, participação por município na porção fluminense da região de identidade.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015, a partir de dados do IBGE (2013)).

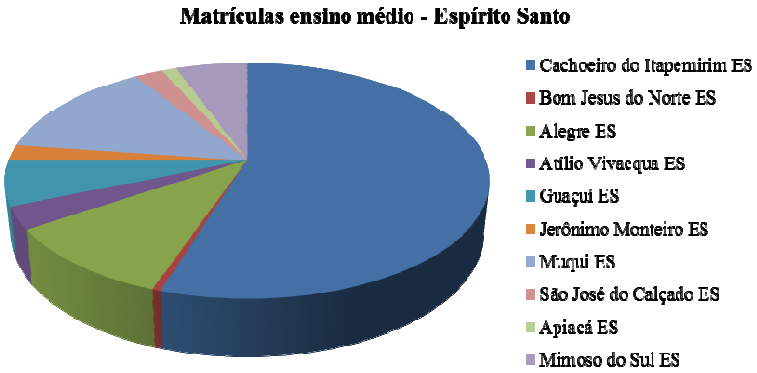


Gráfico 11. Quantidade de matrículas no ensino médio, participação por município na porção capixaba da região de identidade.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015, a partir de dados do IBGE (2013)).

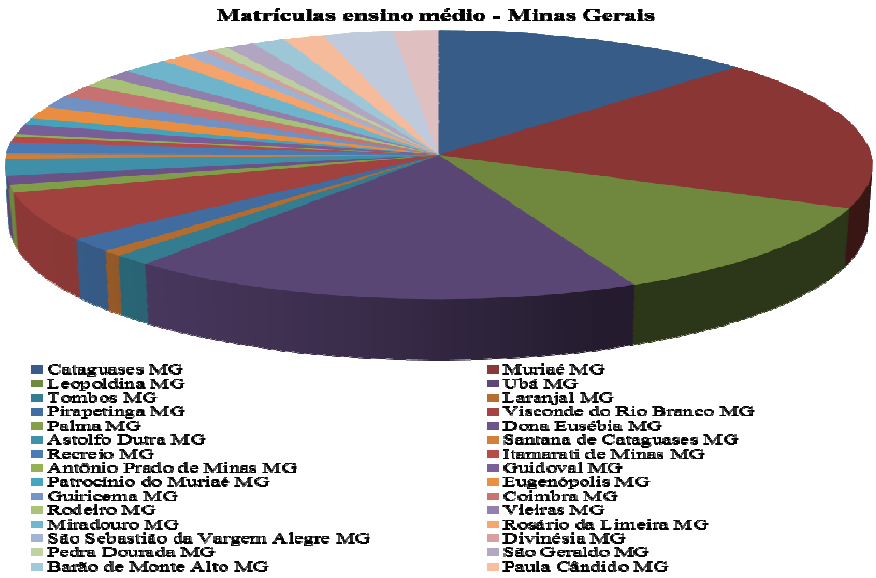


Gráfico 12. Quantidade de matriculas no ensino médio, participação por município na porção mineira da região de identidade.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015, a partir de dados do IBGE (2013)).

A concentração é maior nas centralidades de cada porção, reforçando a acumulação capitalista e complementar ao número de instituições de ensino superior. Este valor considerou a quantidade de unidades pela indisponibilidade de dados de matrícula por município ou mesmo por instituição, mas acredita-se que, diferente do ensino fundamental e médio que é oferecido majoritariamente pelo município, o ensino superior é prioritariamente privado, e que seguindo as tendências mercadológicas esse grupo manterá uma unidade aberta onde houver demanda. As instituições públicas foram consideradas, e grande parte delas também se concentra nas centralidades, não sendo ponderadas, no levantamento, apenas as instituições que funcionam na modalidade à distância, devido ao entendimento de que a localização de um polo de ensino não determina a concentração de alunos, que se deslocam menos quando comparados com os do ensino presencial (Apêndice G).

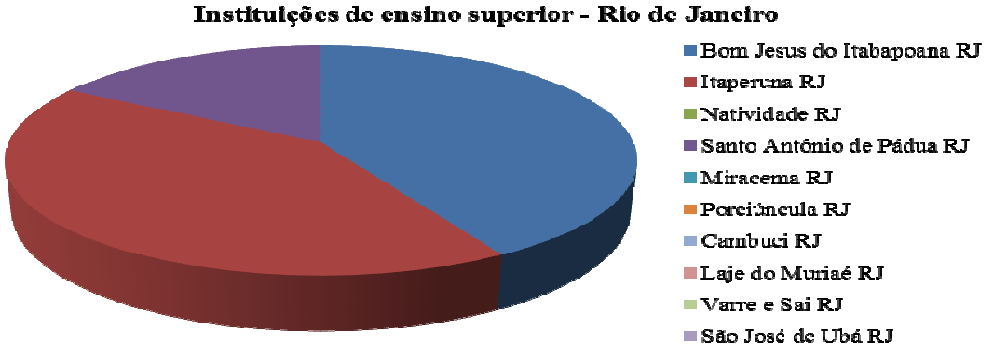


Gráfico 13. Instituições de Ensino Superior, participação por município na porção fluminense da região de identidade.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015, a partir de dados do EMEC (2014)).

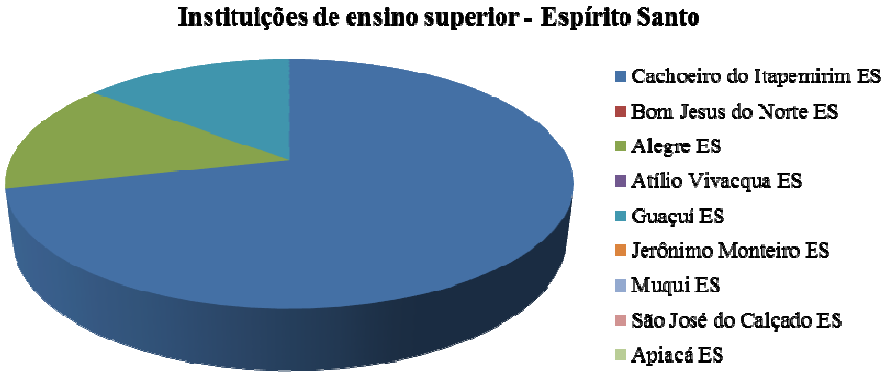


Gráfico 14. Instituições de Ensino Superior, participação por município na porção capixaba da região de identidade.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015, a partir de dados do EMEC (2014)).

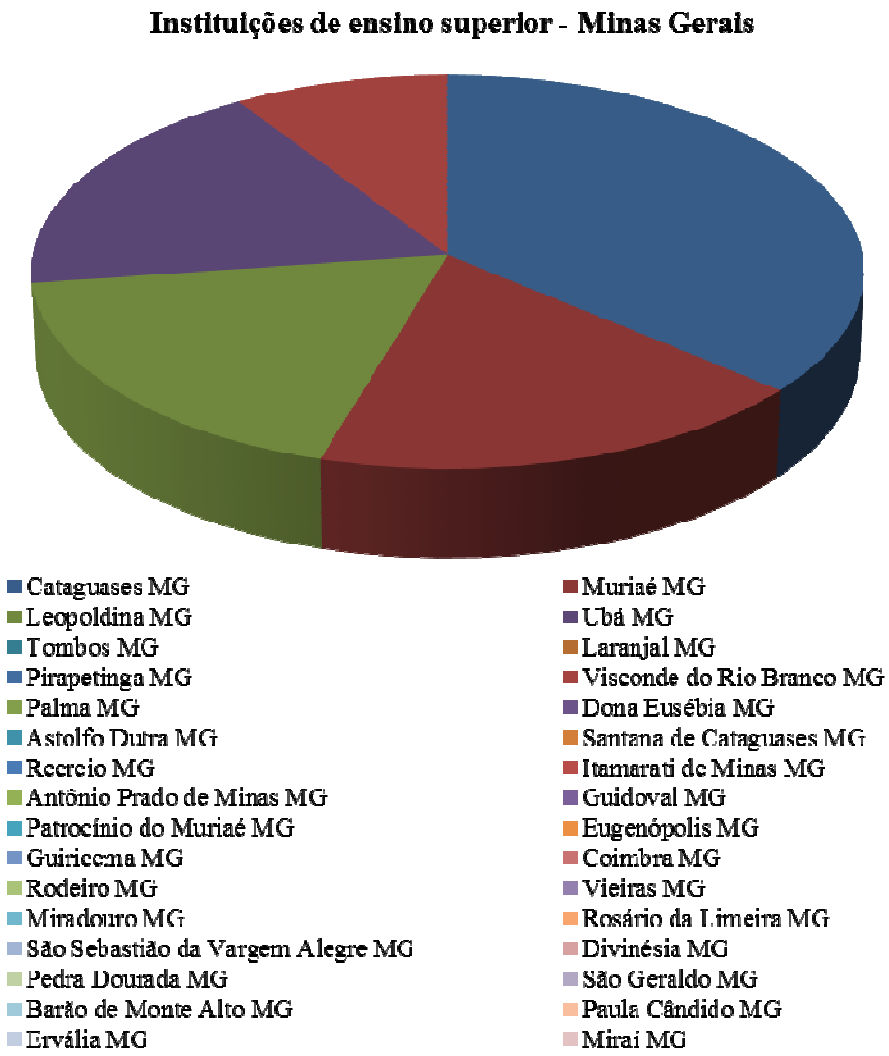


Gráfico 15. Instituições de Ensino Superior, participação por município na porção mineira da região de identidade.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015, a partir de dados do EMEC (2014)).

A concentração das instituições de ensino superior é reforçada pela existência de conexões viárias facilitadas e pela existência de infraestrutura que permita a pendularidade e até mesmo a migração, o que torna as cidades que as recebem ainda mais atrativas e concentradoras tanto de estudantes como de empregos, como visto no caso específico de Itaperuna, no capítulo 2.

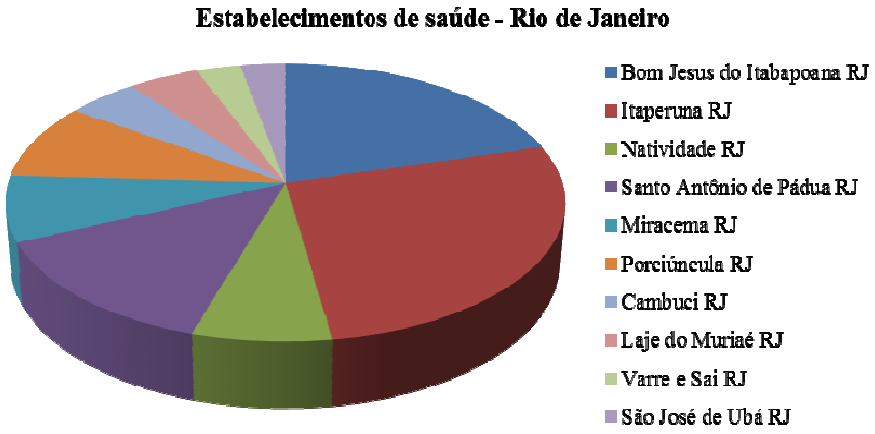


Gráfico 16. Estabelecimentos de saúde, participação por município na porção fluminense da região de identidade.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015, a partir de dados do IBGE (2013)).

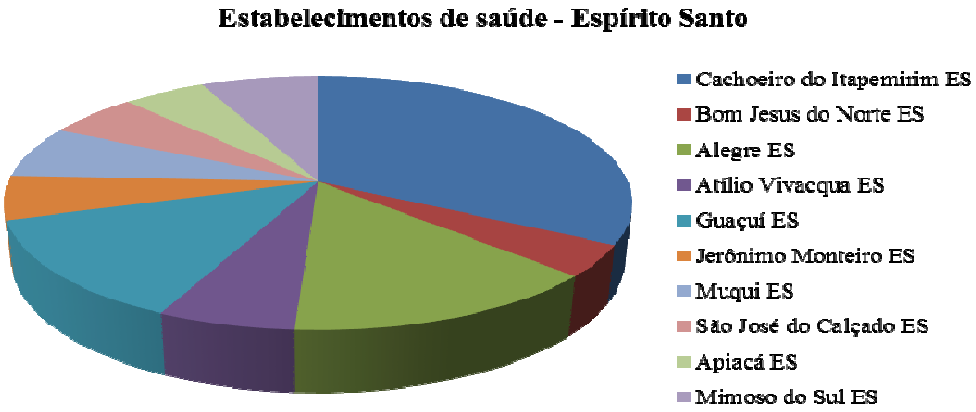


Gráfico 18. Estabelecimentos de saúde, participação por município na porção capixaba da região de identidade.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015, a partir de dados do IBGE (2013)).

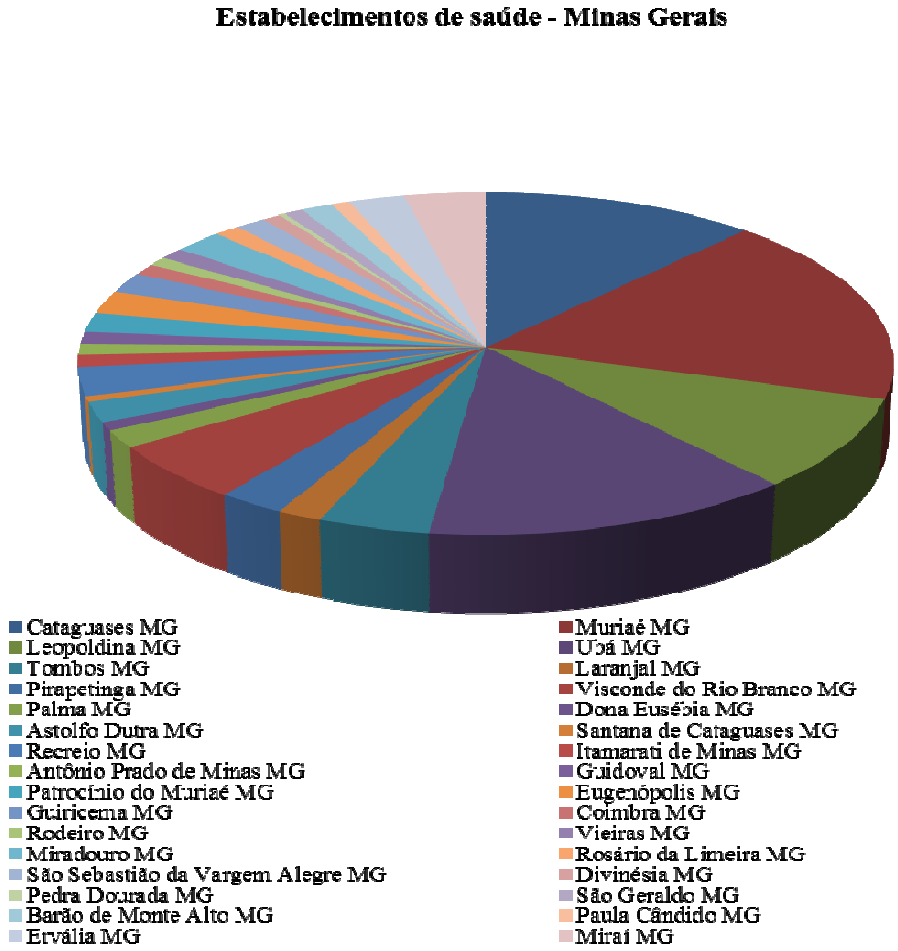


Gráfico 18. Estabelecimentos de saúde, participação por município na porção mineira da região de identidade.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015, a partir de dados do IBGE (2013)).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de criação do município de Itaperuna, a partir desta pesquisa, demonstra que suas relações e conformação atual tem origem antes mesmo de seu entendimento como região administrativa. A demarcação da Capitania de São Tomé foi determinante para a constituição de uma rede limitada por ela, e que mesmo após outras divisões políticas e estabelecimento de novas hierarquias ainda se mantem atual e alinhada com a vivência da população que a habita. A articulação com os municípios e estados do entorno de Itaperuna é o resultado de um processo de busca por uma identidade e exclusão de um contexto, onde os fixos limitaram ou potencializaram os fluxos.

As definições de região são variadas e limitadas por diversas combinações de elementos gerando diferentes perspectivas. Em sua origem o conceito retrata a relação do poder centralizado e sua área de influência observando sua extensão sobre uma grande variedade espacial, cultural, econômica e social, muito próxima à definição de território. A região pode ser definida como uma unidade administrativa, uma divisão por caracterização ou um tipo de recorte através do qual se exerce a hierarquia e o controle na administração dos estados.

O reconhecimento de uma região se dá através do entendimento de práticas sociais identitárias de dominação, que se manifestam no espaço além das fronteiras administrativas, determinando interesses políticos a partir dos econômicos, gerando alianças que conformam limites novos, ou como no caso de Itaperuna, reforçam antigas relações de dependências. (COSTA, 2010, p.53)

Essa definição de região proposta por Costa ao ser apropriada para o entendimento das relações de Itaperuna com os demais municípios do Noroeste

Fluminense, como os da Zona da Mata Mineira e os do Sul Capixaba, permite a análise das diversas camadas que compõe essa espacialidade, diversa do regionalismo administrativo adotado a partir do século XX.

A identidade não é só uma questão de repetição ou padrão, mas principalmente de reconhecimento próprio de inserção em um sistema de signos e significações. Daí a importância do reconhecimento da existência da região de identidade para o planejamento, por representar a complexidade e a riqueza de uma relação que extrapola os limites administrativos. Ignorar a construção da região de identidade na tomada de decisão do planejamento regional incide em ignorar os anseios locais influenciados pelas relações historicamente construídas e modificadas, o que torna parte das políticas públicas regionais, da administração estadual e federal ineficientes em sua origem e fim.

A vinculação da identidade com o lugar responde, segundo Morão e Cavalcante (2011), a leitura de característica físicas, econômicas, sociais e relacionais do indivíduo, daí compreender o impacto que a formação de Itaperuna e seu amadurecimento tem na vida de sua população sinaliza que tipo de dinâmicas estão presentes na cidade, e os grupos e classes responsável por elas e, logo, pela cultura e identidade local, assim o padrão definidor das relações interregionais não são estabelecidos pela maioria, mas controlados e limitados por uma minoria que dele se privilegia.

A vivência de uma identidade coletiva, neste caso mineira, demonstra a supressão dos limites administrativos e políticos e a eliminação do discurso naturalizador, que estabelece a divisão burocrática como prioritária, soberana e representativa das dinâmicas presentes, justificando as limitações impostas historicamente à região Noroeste Fluminense e a seu entorno, mesmo que esta denominação não regule as relações entre as cidades.

Neste contexto, o estudo da centralidade é ainda mais complexo, pois determinar quem polariza a região de identidade de São Tomé exigiria uma análise mais aprofundada das relações de influência e migração. O que pode-se depreender desse estudo é a emergência de Muriaé como centralidade na porção mineira, Itaperuna da fluminense, e Cachoeiro de Itapemirim da capixaba, como cidades complementares e em algum grau competindo para o monopólio sobre o todo regional. Aspectos como renda e população colocariam o centro em Cachoeiro do Itapemirim, em contraposição aos serviços de alta especialização e valor agregado

como a saúde em Itaperuna.

Quando observado o aspecto da relação regional, pode-se constatar a ineficiência da determinação de Noroeste Fluminense para explicitar a dependência econômica e social entre esses municípios fluminenses e o estado do Rio de Janeiro. A vinculação social, histórica e econômica com o estado de Minas Gerais e com o Espírito Santo, mais especificamente com a Zona da Mata Mineira e com a Sul Capixaba, justificaria a exclusão, a depreciação e o estranhamento da região e a falta de ligação com o seu estado de origem, gerando uma incompatibilidade entre administração pública estadual e demandas da região, moldando inclusive a expansão urbana local.

A região de identidade não só serve para definição das relações entre Itaperuna, Zona da Mata Mineira e Sul Capixaba, mas também a emergência do Noroeste Fluminense como região independente do Norte, em 1987, devida a pouca identificação e representação levando a ruptura e a criação de uma nova denominação para a região (CRUZ, 2003, p.215), potencializada pela pré-existência das relações identitárias, infraestrutura de transporte e dependência econômica entre os municípios que a compõe. Cabe ainda, em outro momento, a análise da independência do Noroeste como um sintoma da falta de identidade com o Norte, desfazendo o mito da rivalidade, permitindo uma nova aproximação e entendimento da relação entre essas duas regiões, compreendendo se foi a falta de articulação ou de incentivo a essa articulação que levou a esse rompimento.

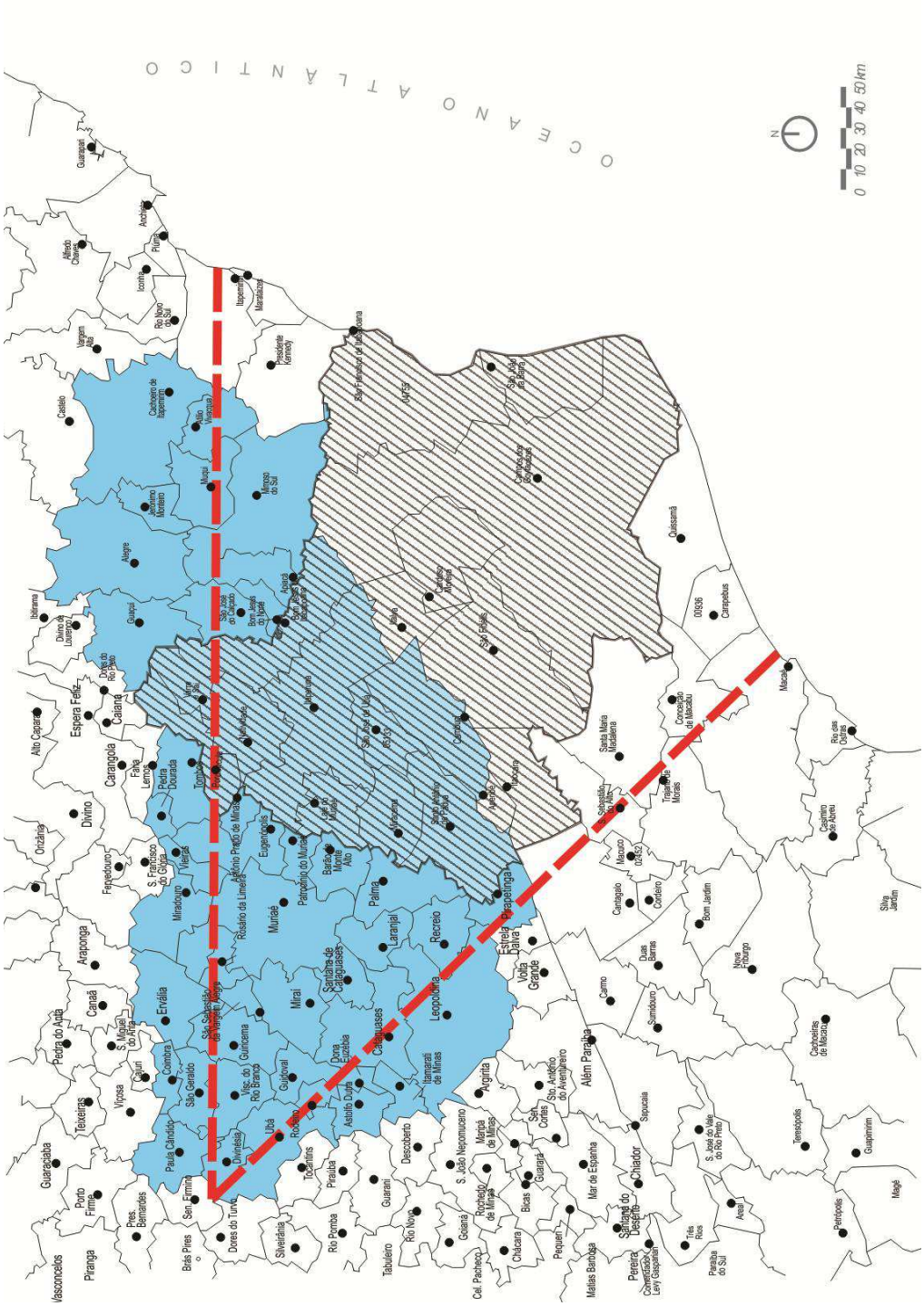


Figura 55. A Região de Identidade de São Tomé[50].
Fonte: elaborado pelo autor.

Podemos também, por sua vinculação colonial, social, cultural e econômica,

[50] Em azul, e as regiões Norte e Noroeste Fluminense, hachurado

já apresentadas na seção anterior, vislumbrar os motivos para uma dissociação da região Noroeste do resto do estado do Rio de Janeiro, refletida em sua baixa importância na administração estadual e na baixa quantidade de trocas, tanto de pessoas quanto de produtos, quando comparados os fluxos para Minas Gerais e Espírito Santo, e para o Rio de Janeiro.

Retomando o objeto de estudo, o município de Itaperuna, podemos depreender a partir dos resultados que as relações estabelecidas ou pretendidas ao longo de seu desenvolvimento nortearam as ações dentro e fora do território, ora aproximando-o do centro de poder nacional, a Corte e a Capital na cidade do Rio de Janeiro, ora vinculando-o com suas raízes, o interior e a capitania original. Percebe-se que em uma sociedade, onde o capitalismo é o sistema vigente, a busca pela articulação política será preferida em detrimento da dimensão cultural. Essa vinculação, física em dado momento (ferrovia e rodovia), hoje ocorre pelo meio técnico-científico-informacional, independendo das conexões físicas, mas totalmente dependente das relações político-sociais, para que a centralidade possa ser mantida e, até mesmo a subida na hierarquia regional possa ser conquistada.

A circulação de pessoas e mercadorias na região de São Tomé estabeleceu um sistema de trocas identitárias, o que gerou uma transferência e mutação das características originais, criando um espaço de homogeneidade cultural, dentro de uma região com alta heterogeneidade socioeconômica.

O questionamento que acompanhou este trabalho quanto às dinâmicas culturais e sociais existentes serem superiores à nomenclaturas e às regionalizações, se mostrou favorável aos primeiros. O surpreendente desse estudo, é que mesmo com a busca acentuada pelo aumento da influência além da fronteira regional, é nesta escala que esses municípios centrais se destacam e para onde buscam atrair recursos, em um movimento de concentração, e a partir de onde reproduzem na microescala as dinâmicas a que são subjugados na macroescala, demonstrando, ainda que de forma cruel, que a identidade cultural é a predominante.

Acredita-se que a própria necessidade de desarticulação leve à reorganização do espaço urbano constantemente no município de Itaperuna, com forte apelo para a destruição da memória urbana e sua irrelevância para as gerações atuais, explicitadas pela ausência de registros documentais no município e pela descaracterização de grande parte do centro original, que apesar de não atender

mais aos anseios (moradia, comércio e educação) da classe dominante ainda é mantido como local de acesso limitado pelo pobre, que pode desfrutar de seus serviços, mas nele não se fixar. Essa condição só é mantida por que os principais serviços, como os de saúde, educação e bancários, ainda não se desmobilizaram do centro devido a qualidade desse espaço: sujeito a enchentes e à tráfego intenso, pouco favorável ao fluxo de pedestres e às atividades do cotidiano.

Desde sua criação, Itaperuna é moldada por e para uma classe dominante, garantindo a sua perpetuação no poder e o máximo ganho, construindo conexões com outras esferas administrativas para financiamento de obras, que visam uma frequente mudança do espaço urbano, buscando sua resignificação a partir da modernização. Ressalta-se que o termo moderno aqui não é um qualificador, mas uma justificativa para o rompimento com o passado e a publicidade de um discurso de inovação, quando na verdade o que se tem é a manutenção do passado, seja pelo controle e pela exploração da cidade pelos mesmos grupos desde sua origem, facilmente identificados pelos topônimos referentes à mesma categoria de renda ou à genealogia familiar.

A consolidação atual desta classe depende da qualidade desta articulação e de seu crescimento em uma hierarquia nacional, com a eleição de deputados e senadores locais, favorecendo o ganho local elitizado, e seu alto poder de reorganização socioespacial da cidade.

Além do poder econômico e político, esta elite desfruta de outro artifício: o domínio sobre a história, tanto no que tange o patrimônio arquitetônico, quanto o documental, limitando o acesso à informação, descaracterizando a continuidade temporal e construindo uma narrativa própria, distante da realidade e que confirma o direito ao controle da cidade pela elite. A consequência principal deste fato é a subserviência coletiva aos interesses privados e o seu direcionamento absoluto, mantendo a estrutura de um curral eleitoral com a incapacidade de construir uma autorrepresentatividade e de se opor à estrutura existente.

Ainda que a externalização da escala local seja percebida como necessária, a manutenção do controle sobre o local ainda demanda a formação de uma cidade onde a leitura dos espaços de empoderamento possa ser clara e a transmissão da hierarquia objetiva, onde os títulos e espacialidades constituam um capital simbólico que credencie quem o possui, levando a percepção de que o urbano seria o dominante pela variedade de “representações da realidade e pela realidade das

representações” (BOURDIEU apud COSTA, 2010, p. 116).

O potencial local e regional de adaptação às desarticulações e rearticulações com as outras escalas de poder, demonstram a agilidade e a organização presentes em Itaperuna, que ainda de modo orgânico, gerencia a sua região de influência. Assumir a permanência histórica da Região de Identidade de São Tomé como um distrito de diálogo privilegiado, econômico, social e cultural criaria uma alternativa viável à estagnação de seus participantes dentro de seus respectivos estados, buscando através da identidade a solução para problemas em comum com a litoralização tardia de Minas Gerais e a interiorização do Rio de Janeiro, rompendo a dependência entre centro e periferia, estabelecida entre as capitais e demais municípios, e entre o litoral e o interior.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700).** Rio de Janeiro: Andrea Jakobsen Studio/Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2010.

_____. Sobre a Memória das cidades In: CARLOS, A (org); SOUZA, M (org); SPOSITO, M. (org.). **A produção do espaço urbano**: agente e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012.

ALVES, Glória da Anunciação. A mobilidade/ imobilidade na produção do espaço metropolitano. In: CARLOS, A (org); SOUZA, M (org); SPOSITO, M. (org.). **A produção do espaço urbano**: agente e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012.

BACKHEUSER, E. **Problemas do Brasil:** estrutura política, o espaço. Rio de Janeiro: Omnia, 1933

BOURDIEU, P. Condição de classe e posição de classe. In: AGUIAR, N. (org.). **Hierarquias em classes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BRASIL. MINISTÉRIO DE CIDADES. **Portaria n. 168**: diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, 2013. Disponível em: <http://www.cbic.org.br/sites/default/files/PORTARIA%20168%20DE%20ABRIL%202013%20-%20PMCMV.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2015.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850**:.dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____._____. . **Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf >. Acesso em: 12 jan. 2015.

BREITBACH. A. C. de M. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre-RS: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/teses/digitalizacao/teses_13.pdf >. Acesso em: 12 jan. 2015.

BREVES CAFÉ. **Fazendas de café do período imperial**. Disponível em: <http://brevescafe.net/index.html>. Acesso em: 15 jan. 2015.

CALMON, P. **História da civilização brasileira**. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

CARVALHO, R. A. B. **Imigrantes Italianos em uma Nova Fronteira**: Noroeste Fluminense (1896-1930). 2001. 135 f. Dissertação (Mestrado em História Social do Trabalho) - Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2001. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000229.pdf.> Acesso em: 13 maio 2014.

CINTRA, J. P. Reconstruindo o mapa das Capitanias Hereditárias**. Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.21, n.2, p. 11-45, jul.- dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/80840/84476>. Acesso em: 12 maio 2014.

COLÉGIO ESTADUAL CHEQUER JORGE. **Fazendas históricas de Itaperuna**. Itaperuna, RJ: CE.C.J, 2005.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1990.

---------- **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

---------- Diferenciação sócio espacial, escala e práticas espaciais. **Revista Cidades**, São Paulo, v.4, n.6, 2007, p.62-72. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/570/601.>. Acesso em: 14 maio 2014.

COSTA, R. H. da. **Regional – Global:** dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COSTA, L. M. **Noroeste Fluminense:** integração, diferenciação e fragmentação. 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2012. Disponível em: <http://cidades.ucam-campos.br/ >. Acesso em: 12 maio 2014.

CRUZ, José Luis. Vianna. da.**Projetos nacionais, elites locais e regionalismo:** desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense. 2003. 315p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.puro.uff.br/sites/default/files/user52/CRUZ,%20Jos%C3%A9%20Lu%C3%ADs%20Viana%20da.%20Projetos%20nacionais,elites%20locais%20e%20regionalismo%20desenvolvimento%20e%20didin%C3%A2mica%20territorial%20no%20Norte%20Fluminense.%20OUT2003..pdf >. Acesso em: 29 jan. 2015.

DIAS, L. C.; SILVEIRA, L. L da (org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

FARIA, T.J. P. Gênese da rede urbana das regiões norte e noroeste fluminense à luz do relatório do engenheiro Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10, 2003, 20-22 maio, Belo Horizonte-MG. **Anais...** Belo Horizonte: ANPUR, 2004. Disponível em: <http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/FAVELA_BAIRRO_4202_1177360178.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2015.

---------- Gênese da rede urbana do Norte e Noroeste Fluminenses. In: TOTTI, M. E. F. (org.). **Formação histórica e econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

FRIDMAN, F. O Urbano e o Regional nos Campos das delicias. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12, 2007, 21-25 maio, Belém-PA. **Anais....** Belo Horizonte-MG: ANPUR, 2008. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/download/3419/3349. >. Acesso em: 12 fev. 2015.

GÓES, S. S. **Navegantes, bandeirantes e diplomatas:** aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia. Brasília: IPRI, 1991.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: _____. (org); CASTRO, I. E (org); CÔRREA, R. L. (org.) **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HENRIQUES, Major Porphírio. **A terra da promissão:** história de Itaperuna. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1956.

HOSPITAL São José do Avaí completa 89 anos pensando o futuro. **Revista da Associação Médica do Norte Fluminense**, Campos dos Goytacazes, v. 10, n. 77, jul. 2014.

INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico:** cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, acesso em: 08 maio 2013.

_____. **Censo demográfico brasileiro**: 210. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/ >. Acesso em: 14 maio 2014.

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Vol. XXII.

---------- **REGIC:** Região de influência das cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

ITAPERUNA. CÂMARA MUNICIPAL. **Lei do parcelamento do solo urbano de Itaperuna - RJ.** Disponível em: <http://www.itaperuna.rj.leg.br/leis/legislacao-municipal/2007/lei-no-404-dispoe-do-parcelamento-do-solo-urbano-de-itaperuna-2013-rj.pdf >. Acesso em: 14 maio 2014.

ITAPERUNA ONLINE. **Imagens históricas de Itaperuna**. Disponível em: <www.itaperunaonline.com.br>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

LEFBVRE, H. **A evolução urbana.** Belo Horizonte: Humanitas /UFMG, 2008.

LOPES JÚNIOR. W.M.; SANTOS, R.C.B. dos. Novas centralidades na perspectiva da relação centro – periferia. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 21, p.351-359, 2009. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/sn/v21n3/a10v21n3.pdf.>. Acesso em: 12 fev. 2015.

MARTINS, H. T. A fragmentação do território brasileiro: a criação de novos Estados no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, n. 35, p. 263-288, jul.-dez. 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/01-A-Cigolini.pdf>. Acesso em: 12 maio 2014.

MENDES, C.; VERÍSSIMO, F.; BITTAR, W. **Arquitetura no Brasil:** de Cabral a D. João VI. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.

_____. **Arquitetura no Brasil:** D. João VI a Deodoro. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2010.

MOURÃO, A. R. T.; CAVALCANTE, S. Identidade de lugar. In: CAVALCANTE, S. (org); ELALI, G. A. (org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, J. T. de. **História do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público, 2008.

PEREIRA, L. A. G.; LESSA, S. N. O processo de planejamento e desenvolvimento do transporte rodoviário no Brasil**. Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, p.26- 46, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16414/9175>. Acesso em: 12 maio 2014.

RIBEIRO, A (org); EGLER, T (org); SANCHEZ, F. (org.). **Política governamental e ação social no espaço.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

RUA, João. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, p. 82-106, 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11781/6895>. Acesso em: 12 maio 2014.

SALDANHA, A. V. de. **As Capitanias do Brasil:** antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L.**O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:**

uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de (org); GOMES, P. C. da C (org); CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, Antônio Muniz de. **Viagens e observações de hum brasileiro.** Rio de Janeiro: Typ. Americana de I.P. da Costa, 1834.

SPOSITO, E. S. **Redes e cidades.** São Paulo: UNESP, 2008.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2005.

TEIXEIRA, R. B**.** Igreja e Cemitério na Província do Rio Grande do Norte: interações entre o sagrado e o profano**. Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Ceará, v. 5, n. 9, p. 17-27, 2006. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/84/57>. Acesso em: 12 maio 2014.

APÊNDICE A. CRONOLOGIA REGIONAL[51]

Ano	Fato
1534	**Criação das Capitanias Hereditárias**
1655	Guarapari criado como freguesia
1673	Campos (São Salvador dos Campos) criado como freguesia
1674	Campos (São Salvador dos Campos) criado como vila
1676	Campos (São Salvador dos Campos) anexada à capitania de Espírito Santo
1679	Guarapari elevado à vila
1771	Itapemirim criado como freguesia de Guarapari
1808	**Chegada da Família Real Portuguesa**
1810	Visconde do Rio Branco criado como vila
1819	Alfredo Chaves criado como distrito de Guarapari
1815	Itapemirim elevado à vila
1819	Muriaé criada como aldeia
1821	**Extinção das Capitanias Hereditárias**
1822	**Independência do Brasil**
1831	Leopoldina criado como povoado de Mar de Espanha
1832	Campos (São Salvador dos Campos) anexada à capitania do Rio de Janeiro
1835	Campos elevado à cidade
1839	Miradouro como distrito de Visconde do Rio Branco
	Ervália como distrito de Ubá
1840	São Fidélis (São Fidélis de Sigmaringa) criado como freguesia de Campos
1841	Muriaé (São Paulo do Muriahé) criado como distrito de Visconde do Rio Branco (São João Batista do Presídio)
	Ubá criado como freguesia de Visconde do Rio Branco
1843	Santo Antônio de Pádua criado como freguesia de São Fidélis
1850	São Fidélis elevado à vila
	Itaocara criado como distrito de São Fidélis
	Tombos criado como paróquia de Visconde do Rio Branco
1852	Miraí como distrito de Cataguases
1853	Natividade (Natividade do Carangola) criado como distrito de Itaperuna
	Ubá como sede de Visconde do Rio Branco
	Visconde do Rio Branco incorporado como distrito de Ubá
1854	Leopoldina elevado à vila
	Ubá elevado à cidade

[51] Para a consulta e contextualização dos municípios utiliza-se o nome atual e em parênteses a denominação no evento apresentado. Levantamento realizado a partir de dados do IBGE, organizado pelo autor (2013).

	Cataguases criada como curato de Visconde do Rio Branco
	Leopoldina elevada à vila
1855	Muriaé elevado à vila
1856	Cachoeiro de Itapemirim como freguesia de Itapemirim
	Guidoval como distrito de Ubá
1858	Alegre criado como freguesia de Cachoeiro de Itapemirim
	Patrocínio do Muriaé como distrito de Muriaé
1861	Laje do Muriaé (Nossa Senhora da Piedade da Laje) criado como freguesia de Santo Antônio de Pádua
1862	Bom Jesus do Itabapoana criado como distrito de Itaperuna
1863	Mimoso do Sul criado como distrito de Cachoeiro de Itapemirim
1864	Pirapetinga criado como distrito de Leopoldina
	Palma criado como distrito de Cataguases
	Cachoeiro de Itapemirim criado como vila
	Cataguases elevado à vila
1865	Muriaé elevado à município
1866	Guaçuí (São Miguel do Veado) criado como distrito de Cachoeiro de Itapemirim
	Tombos elevado à distrito de Muriaé
	Visconde do Rio Branco elevado à município
	Rosário da Limeira como distrito de Muriaé
1870	São Fidélis elevado à município
	Eugenópolis criado como freguesia de Muriaé
1871	São José do Calçado criado como distrito de Mimoso do Sul
	Visconde do Rio Branco reincorporado como distrito de Ubá
	Laranjal criado como distrito de Leopoldina
1873	Italva (Santo Antônio das Cachoeiras) criado como distrito de Campos
	Coimbra como distrito de Ubá
1875	Paula Cândido como povoado de Mariana
1879	Porciúncula (Santo Antônio do Carangola) criada como freguesia de Itaperuna
	Varre-Sai criado como freguesia de Itaperuna
1880	Pirapetinga como distrito de Além Paraíba
1882	Santo Antônio de Pádua elevado à vila
	Visconde do Rio Branco elevado à município
	São Geraldo como distrito de Visconde do Rio Branco
1884	Alegre elevado à vila
1885	Natividade elevado à vila, desmembrado de Campos (sede de Itaperuna e depois desmembrado em Natividade)
1886	Guaçuí criado como distrito de Cachoeiro do Itapemirim
1887	Itaperuna (Arraial de Porto Alegre) como sede da vila de Natividade do Carangola, como distrito de Campos
	Laje do Muriaé (Nossa Senhora da Piedade da Laje) anexado como freguesia de Itaperuna
	Mimoso do Sul elevado à vila
1888	**Lei Áurea**
	Astolfo Dutra como distrito de Cataguases
1889	**Brasil República**
	Santo Antônio de Pádua elevado à cidade
	Itaperuna elevado à cidade
	Cachoeiro de Itapemirim elevado à cidade
1890	Cardoso Moreira (Porto do Braga) criado como distrito de Campos
	Itaocara criado como vila

	Mimoso do Sul (Monjardim) elevado à cidade
	Natividade reintegrado à Itaperuna
	São José de Ubá criado como distrito de Cambuci
	Bom Jesus do Itabapoana elevado à vila
	São José do Calçado elevado à vila
	Recreio criado como distrito de Leopoldina
	Palma elevado à cidade
1891	Aperibé criado como distrito de Santo Antônio de Pádua
	Tombos elevado à distrito de Carangola
	Eugenópolis elevado à cidade
	Alfredo Chaves elevado à vila
	Santana de Cataguases como distrito de Cataguases
	Itamarati de Minas como distrito de Cataguases
1892	Miracema criado como distrito de Santo Antônio de Pádua
	Bom Jesus do Itabapoana volta a ser distrito de Itaperuna
1894	Guiricema como distrito de Visconde do Rio Branco
1895	São José do Calçado elevado à cidade
	Bom Jesus do Norte (Jardim) criado como distrito de São José do Calçado
	Jerônimo Monteiro como distrito de Alegre
1911	Apiacá como distrito de Mimoso do Sul
	Guaçuí (São Miguel do Veado)transferido como distrito de Alegre
	Bom Jesus do Norte elevado à município
	Barão de Monte Alto como distrito de Palma
	Atílio Vivacqua criado como distrito de Cachoeiro do Itapemirim
	Muqui como distrito de Cachoeiro de Itapemirim
	Rodeiro como distrito de Ubá
	Divinésia criado como distrito de Ubá
1912	Muqui elevado à vila
1914-1918	**1ª Guerra Mundial**
1923	Tombos elevado à município
	Miraí elevado à município
1925	Itamarati de Minas elevado à município
1929	Guaçuí (Veado) elevado à município
1930	**Início do 1º governo de Getúlio Vargas**
1933	Apiacá como distrito de Mimoso do Sul
1935	Miracema elevado à município
1938	Bom Jesus do Itabapoana elevado à município
	Recreio elevado à município
	Pirapetinga elevado à município
	Laranjal elevado à município
	Astolfo Dutra elevado à município
	Guiricema elevado à município
	Miradouro elevado à município
	Pedra Dourada como distrito de Tombos
	Ervália elevado à município
1939-1945	**2ª Guerra Mundial**
1947	Natividade elevado à município
	Porciúncula elevado à município
	Varre-Sai como distrito de Natividade
1948	Antônio Prado de Minas criado como distrito de Eugenópolis
	Coimbra elevado à município

	São Geraldo elevado à município
1949	Guidoval elevado à município
1950	**Início do 2º governo de Getúlio Vargas**
1953	Patrocínio do Muriaé elevado à município
	Vieiras elevado à município
	Paula Cândido elevado à município
1956	Apiacá elevado à município
	Jerônimo Monteiro elevado à município
1962	Laje do Muriaé elevado à município
	Barão de Monte Alto elevado à município
	Dona Eusébia elevado à município
	Antônio Prado de Minas elevado à município
	Santana de Cataguases elevado à município
	Rodeiro elevado à município
	Divinésia elevado à município
	Pedra Dourada elevado à município
1963	Bom Jesus do Norte elevado à município
	Atílio Vivacqua elevado à município
1964	**Ditadura Militar**
1976	São Sebastião da Vargem Alegre como distrito de Miraí
1983	Italva elevado à município
1985	**Nova República – Eleições indiretas**
1989	Cardoso Moreira elevado à município
1990	**Redemocratização**
1991	Varre-Sai elevado à município
1992	Aperibé elevado à município
1995	São José de Ubá elevado à município
	Rosário da Limeira elevado à município
	São Sebastião da Vargem Alegre elevado à município

APÊNDICE B. CRONOLOGIA DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA

Ano	Fato
1831	Fazenda Porto Alegre (Bandeirante José de Lannes Brandão)
1878	Aquisição dos terrenos foreiros (Comendador Cardoso Moreira)
1881	Chegada da ferrovia – ligação com Campos (Comendador Cardoso Moreira)
1887	Criação do município e doação de terras (Comendador Cardoso Moreira)
1891	Doação de terras à igreja católica
	Ocupação das margens da estrada Itaperuna – Pirapetinga de Bom Jesus do Itabapoana (ES)
1925	Criação da Conferência São José do Avaí
1931	Itaperuna Tênis Clube
1943	Itapuã Clube
1945	Loteamento Cidade Nova
1954	Inauguração do Aeroporto
	Aterro do campo do Itaperuna
1966	Inauguração do Hospital São José do Avaí
	Construção da COHAB
	Construção do Loteamento Boa Fortuna
1987	Construção da ponte nova
1990	Ocupação do Morro dos Médicos
	Loteamento Caiçara
	Loteamento São Manuel
	Loteamento Lions
2000	Loteamento Presidente Costa e Silva

APÊNDICE C. TOPONÔMIA REGIONAL

Alegre – Nossa Senhora da Conceição de Alegre

Alfredo Chaves – Sagrada Família

Antônio Prado de Minas - Antônio Prado

Aperibé – Chaves do Faria

Apiacá – Boa Vista

Atílio Vivacqua – São Gabriel do Muqui, São Felipe, Mapapá

Barão de Monte Alto – Morro Alto

Bom Jesus do Itabapoana

Bom Jesus do Norte

Cachoeiro de Itapemirim – São Pedro das Cachoeiras de Itapemirim

Cambuci – Monte Verde

Campos dos Goytacazes – São Salvador dos Campos

Cardoso Moreira – Taquarassu, Porto do Braga

Coimbra – São Sebastião de Coimbra

Divinésia – Divino, Divino de Ubá

Ervália – Capela Nova, São Sebastião do Aflito, São Sebastião do Erval, Erval

Eugenópolis- São Sebastião da Mata, São Manuel

Guaçuí – São Miguel do Veado, Veado, Siqueira Campos

Guarapari – Aldeia dos Índios

Guidoval – Sapê, Sapê de Ubá

Guiricema – Bagres

Italva – Santo Antônio das Cachoeiras, Cachoeira, Paraíso, Monção, Puris.

Itamarati de Minas – Silvestre Ferraz

Itaocara

Itapemirim – Nossa Senhora do Patrocínio, Vila de Guapemirim

Itaperuna – Natividade de Itaperuna, Arraial de Porto Alegre, São José do Avaí

Jerônimo Monteiro – Vala de Souza

Laje do Muriaé – Nossa Senhora da Piedade da Laje, Laje

Leopoldina – São Sebastião do Feijão Cru

Mimoso do Sul – São Pedro de Itabapoana, João Pessoa, Monjardim

Miracema – Santo Antônio dos Brotos

Miraí – Brejo, Santo Antônio do Muriaé, Santo Antônio do Camapuã

Muqui – São João do Muqui

Muriaé – São Paulo do Manuel Burgo, São Paulo do Muriahé, Muriahé

Natividade – Natividade do Carangola

Palma – São Francisco do Capivara

Patrocínio do Muriaé – Nossa Senhora do Patrocínio do Muriaé

Paula Cândido – São José do Barroso

Pirapetinga – Santana de Pirapetinga

Porciúncula – Santo Antonio do Carangola, Santo Antonio de Porciúncula

Recreio

Rodeiro – São Sebastião da Boa Esperança do Rodeiro

São Fidélis – São Fidélis de Sigmaringa

São José de Ubá – Juca Neto

São José do Calçado

Tombos – Nossa Senhora da Conceição dos Tombos de Carangola, São Paulo de Muriaé

Ubá – São Januário de Ubá

Visconde do Rio Branco – São João Batista do Presídio

APÊNDICE D. DADOS ECONÔMICOS E RANKING DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE IDENTIDADE DE SÃO TOMÉ[52]

POSIÇÃO RELATIVA REGIONAL	POSIÇÃO REGIONAL / ESTADO	Município	Estado	PIB	Renda percapita	IDHM
		MÉDIA REGIONAL		R$ 12.071,10	R$ 1.812,61	0,691
2º	1º	Cachoeiro do Itapemirim	ES	R$ 17.084,50	R$ 2.520,88	0,746
3º	2º	Bom Jesus do Norte	ES	R$ 9.410,09	R$ 1.800,62	0,734
10º	3º	Alegre	ES	R$ 9.480,44	R$ 2.340,70	0,721
16º	4º	Atílio Vivacqua	ES	R$ 15.629,90	R$ 1.618,37	0,708
17º	5º	Guaçuí	ES	R$ 14.850,77	R$ 1.998,91	0,703
20º	6º	Jerônimo Monteiro	ES	R$ 9.571,49	R$ 1.944,71	0,698
32º	7º	Apiacá	ES	R$ 8.897,60	R$ 1.762,62	0,673
33º	8º	Mimoso do Sul	ES	R$ 12.815,25	R$ 1.837,51	0,670
		MÉDIA REGIONAL - ES		R$ 12.217,51	R$ 1.978,04	0,707
		ESTADO DO ESPÍRITO SANTO				0,740
1º	1º	Cataguases	MG	R$ 14.035,72	R$ 2.158,01	0,751
4º	2º	Muriaé	MG	R$ 12.488,92	R$ 2.393,91	0,734
8º	3º	Leopoldina	MG	R$ 12.661,61	R$ 1.224,01	0,726
9º	4º	Ubá	MG	R$ 14.859,10	R$ 2.339,93	0,724
11º	5º	Tombos	MG	R$ 8.900,62	R$ 2.007,20	0,718
13º	6º	Laranjal	MG	R$ 8.454,93	R$ 2.022,29	0,714
14º	7º	Pirapetinga	MG	R$ 26.154,13	R$ 1.716,90	0,709
15º	8º	Visconde do Rio Branco	MG	R$ 27.951,47	R$ 2.230,47	0,709
18º	9º	Palma	MG	R$ 8.504,56	R$ 1.652,81	0,703
19º	10º	Dona Eusébia	MG	R$ 9.344,14	R$ 1.892,49	0,701
22º	11º	Astolfo Dutra	MG	R$ 13.602,18	R$ 1.896,95	0,694
23º	12º	Muqui	MG	R$ 9.557,40	R$ 2.050,79	0,694
24º	13º	Santa de Cataguases	MG	R$ 7.272,96	R$ 1.349,89	0,694
25º	14º	Recreio	MG	R$ 7.229,73	R$ 1.562,05	0,692

[52] Levantamento realizado a partir de dados do Censo 2010 (IBGE, 2013). Para elaboração do ranking e determinação da posição de cada município dentro da região identitária foi considerado o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano do Município) por englobar mais do que aspectos econômicos e populacionais.

26º	15º	Itamarati de Minas	MG	R$ 18.731,74	R$ 1.832,67	0,688
27º	16º	Antônio Prado de Minas	MG	R$ 9.900,34	R$ 1.825,35	0,684
28º	17º	Guidoval	MG	R$ 9.666,59	R$ 1.667,87	0,683
29º	18º	Patrocínio do Muriaé	MG	R$ 10.504,67	R$ 1.805,27	0,682
30º	19º	Eugenópolis	MG	R$ 8.861,91	R$ 1.590,57	0,675
31º	20º	Guiricema	MG	R$ 9.789,75	R$ 1.638,68	0,674
34º	21º	Coimbra	MG	R$ 9.183,26	R$ 1.412,39	0,669
35º	22º	Rodeiro	MG	R$ 20.330,26	R$ 1.875,65	0,668
36º	23º	Vieiras	MG	R$ 10.030,33	R$ 1.482,92	0,668
38º	24º	Miradouro	MG	R$ 9.714,61	R$ 1.728,37	0,663
39º	25º	Rosário da Limeira	MG	R$ 8.015,20	R$ 1.743,08	0,662
40º	26º	São Sebastião da Vargem Alegre	MG	R$ 11.386,16	R$ 1.459,14	0,660
42º	27º	Divinésia	MG	R$ 8.221,49	R$ 1.427,06	0,657
43º	28º	Pedra Dourada	MG	R$ 10.464,36	R$ 1.313,13	0,655
45º	29º	São Geraldo	MG	R$ 8.929,31	R$ 1.632,91	0,651
46º	30º	Barão de Monte Alto	MG	R$ 7.330,46	R$ 1.261,87	0,649
47º	31º	Paula Cândido	MG	R$ 7.761,35	R$ 1.640,95	0,637
48º	32º	Ervália	MG	R$ 9.779,80	R$ 1.610,79	0,625
49º	33º	Miraí	MG	R$ 11.128,97	R$ 1.656,94	0,620
		MÉDIA REGIONAL - MG		R$ 11.537,82	R$ 1.730,40	0,683
		ESTADO DE MINAS GERAIS				0,731
5º	1º	Bom Jesus do Itabapoana	RJ	R$ 13.254,31	R$ 2.373,96	0,732
6º	2º	Itaperuna	RJ	R$ 17.309,05	R$ 2.144,72	0,730
7º	3º	Natividade	RJ	R$ 12.884,11	R$ 2.176,90	0,730
12º	4º	Santo Antônio de Pádua	RJ	R$ 16.024,95	R$ 2.174,34	0,718
21º	5º	Porciúncula	RJ	R$ 12.712,63	R$ 2.183,10	0,697
37º	6º	Laje do Muriaé	RJ	R$ 12.780,14	R$ 1.607,06	0,668
41º	7º	Varre e Sai	RJ	R$ 13.824,92	R$ 1.489,26	0,659
44º	8º	São José de Ubá	RJ	R$ 14.592,82	R$ 1.657,86	0,652
		MÉDIA REGIONAL - RJ		R$ 14.172,87	R$ 1.975,90	0,698
		ESTADO DO RIO DE JANEIRO				0,761

APÊNDICE E. DADOS DE EMPREGO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE IDENTIDADE DE SÃO TOMÉ[53]

POSIÇÃO RELATIVA REGIONAL	POSIÇÃO REGIONAL / ESTADO	Municipio	Estado	População	Extrativa Mineral	Industria de Transformação	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, extração vegetal, etc.
		MÉDIA REGIONAL										
2º	1º	Cachoeiro do Itapemirim	ES	189.889	1.263	14.293	404	1.646	12.625	15.836	6.062	613
3º	2º	Bom Jesus do Norte	ES	9.476	4	245	10	20	197	167	531	34
10º	3º	Alegre	ES	30.768	21	263	50	404	1.087	1.770	1.031	209
17º	4º	Atílio Vivacqua	ES	9.850	47	1.550	3	68	223	208	548	105
18º	5º	Guaçuí	ES	27.851	-	348	34	216	1.472	1.321	1.073	319
21º	6º	Jerônimo Monteiro	ES	10.879	-	43	-	29	343	120	469	93
23º	7º	Muqui	MG	14.396	-	79	5	68	360	200	567	100
28º	8º	São José do Calçado	ES	10.408	-	44	86	26	259	116	468	136
35º	9º	Apiacá	ES	7.512	2	53	2	11	123	118	451	88
36º	10º	Mimoso do Sul	ES	25.902	77	527	2	32	648	481	994	306
		MÉDIA REGIONAL - ES		336.931	236	1.745	66	252	1.734	2.034	1.219	200
		ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		3.514.952								
1º	1º	Cataguases	MG	69.757	123	5.135	652	409	3.459	4.150	2.349	673
4º	2º	Muriaé	MG	100.765	64	5.933	575	1.323	7.040	7.708	2.154	793
8º	3º	Leopoldina	MG	51.130	18	2.502	6	497	3.132	2.852	1.273	834
9º	4º	Ubá	MG	101.519	38	13.680	34	763	5.909	6.615	1.466	271
11º	5º	Tombos	MG	9.537	18	61	24	3	190	204	422	159
13º	6º	Laranjal	MG	6.465	-	203	-	-	84	253	272	60
15º	7º	Pirapetinga	MG	10.364	-	1.061	-	37	291	257	489	82
16º	8º	Visconde do Rio Branco	MG	37.942	46	5.761	-	270	1.582	2.506	1.082	181
19º	9º	Palma	MG	6.545	-	31	-	10	138	135	316	99
20º	10º	Dona Eusébia	MG	6.001	-	315	-	1	249	52	304	121
24º	11º	Astolfo Dutra	MG	13.049	8	2.701	-	60	396	354	476	202
25º	12º	Santana de Cataguases	MG	3.622	-	64	-	4	26	20	213	26
26º	13º	Recreio	MG	10.299	-	124	26	9	234	144	522	82
29º	14º	Itamarati de Minas	MG	4.079	30	89	-	11	78	128	295	21
30º	15º	Antônio Prado de Minas	MG	1.671	-	1	-	-	10	6	159	18
31º	16º	Guidoval	MG	7.206	-	808	-	38	134	64	297	49
32º	17º	Patrocínio do Muriaé	MG	5.287	-	622	-	27	105	55	269	50
33º	18º	Eugenópolis	MG	10.540	-	637	-	65	223	123	406	110
34º	19º	Guiricema	MG	8.707	8	362	-	7	166	77	285	46
37º	20º	Coimbra	MG	7.054	-	94	-	7	280	66	260	185
38º	21º	Rodeiro	MG	6.867	-	2.519	-	29	217	289	251	31
39º	22º	Vieiras	MG	3.731	-	11	-	-	49	9	263	44
41º	23º	Miradouro	MG	10.251	5	62	-	11	276	142	416	133
42º	24º	Rosário da Limeira	MG	4.247	-	70	-	2	53	43	305	19
43º	25º	São Sebastião da Vargem Alegre	MG	2.798	-	5	-	-	23	19	297	7
45º	26º	Divinésia	MG	3.293	-	101	-	2	36	76	325	50

53 Levantamento realizado a partir de dados da RAIS (BRASIL, 2012).

POSIÇÃO RELATIVA REGIONAL	POSIÇÃO REGIONAL / ESTADO	Municipio	Estado	População	Extrativa Mineral	Industria de Transformação	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, extração vegetal, etc.
		MÉDIA REGIONAL										
46º	27º	Pedra Dourada	MG	2.191	-	63		1	15	23	194	14
48º	28º	São Geraldo	MG	10.263	42	1.366	-	11	158	68	257	111
49º	29º	Barão de Monte Alto	MG	5.720	-	27	-	2	58	9	444	148
50º	30º	Paula Cândido	MG	4.271	-	146	-	4	130	23	170	196
51º	31º	Ervália	MG	17.946	30	494	-	29	492	294	691	115
52º	32º	Miraí	MG	13.808	224	762	17	8	284	234	574	120
		MÉDIA REGIONAL - MG		17.404	50	1.432	191	130	797	844	547	158
		ESTADO DE MINAS GERAIS		19.597.330								
5º	1º	Bom Jesus do Itabapoana	RJ	35.411	3	770	-	210	1.978	2.006	1.395	310
6º	2º	Itaperuna	RJ	95.841	68	4.610	438	646	5.869	6.854	2.126	612
7º	3º	Natividade	RJ	15.082	12	109	-	21	327	385	1.319	243
12º	4º	Santo Antônio de Pádua	RJ	40.589	251	1.922	59	154	2.070	2.444	1.775	248
14º	5º	Miracema	RJ	26.843	-	660	-	111	864	583	1.482	259
22º	6º	Porciúncula	RJ	17.760	25	343	-	26	428	356	950	121
27º	7º	Cambuci	RJ	14.827	32	238	-	23	261	261	911	117
40º	8º	Laje do Muriaé	RJ	7.487	6	158	-	10	106	25	752	99
44º	9º	Varre e Sai	RJ	9.475	-	60	-	10	226	67	820	54
47º	10º	São José de Ubá	RJ	7.003	5	48	-	28	183	85	696	85
		MÉDIA REGIONAL - RJ		27.032	50	892			1.231	1,2		215
		ESTADO DO RIO DE JANEIRO		15.989.929								

APÊNDICE F. DADOS DE TRANSPORTE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE IDENTIDADE DE SÃO TOMÉ

POSIÇÃO RELATIVA REGIONAL	POSIÇÃO REGIONAL / ESTADO	Municipio	Estado	População	Quant. de Linhas	Quant. de Destinos	Aeroporto Público
		MÉDIA REGIONAL		22.258			
2º	1º	Cachoeiro do Itapemirim	ES	189.889	25	15	1
3º	2º	Bom Jesus do Norte	ES	9.476	7	7	-
10º	3º	Alegre	ES	30.768	10	8	-
17º	4º	Atílio Vivacqua	ES	9.850	2	3	-
18º	5º	Guaçuí	ES	27.851	14	11	-
21º	6º	Jerônimo Monteiro	ES	10.879	-	-	-
23º	7º	Muqui	ES	14.396	4	4	-
28º	8º	São José do Calçado	ES	10.408	5	3	-
35º	9º	Apiacá	ES	7.512	-	-	-
36º	10º	Mimoso do Sul	ES	25.902	4	5	-
		MÉDIA REGIONAL - ES		33.693	9	7	1
1º	1º	Cataguases	MG	69.757	11	9	-
4º	2º	Muriaé	MG	100.765	46	31	1
8º	3º	Leopoldina	MG	51.130	53	37	1
9º	4º	Ubá	MG	101.519	28	12	1
11º	5º	Tombos	MG	9.537	4	5	-
13º	6º	Laranjal	MG	6.465	5	7	-
15º	7º	Pirapetinga	MG	10.364	10	5	-
16º	8º	Visconde do Rio Branco	MG	37.942	17	9	-
19º	9º	Palma	MG	6.545	2	3	-
20º	10º	Dona Eusébia	MG	6.001	-	-	-
24º	11º	Astolfo Dutra	MG	13.049	-	-	-
25º	12º	Santana de Cataguases	MG	3.622	-	-	-
26º	13º	Recreio	MG	10.299	2	1	-
29º	14º	Itamarati de Minas	MG	4.079	-	-	-
30º	15º	Antônio Prado de Minas	MG	1.671	1	2	-

POSIÇÃO RELATIVA REGIONAL	POSIÇÃO REGIONAL / ESTADO	Municipio	Estado	População	Quant. de Linhas	Quant. de Destinos	Aeroporto Público
		MÉDIA REGIONAL		22.258			
31º	16º	Guidoval	MG	7.206	-	-	-
32º	17º	Patrocínio do Muriaé	MG	5.287	3	4	-
33º	18º	Eugenópolis	MG	10.540	3	3	-
34º	19º	Guiricema	MG	8.707	-	-	-
37º	20º	Coimbra	MG	7.054	-	-	-
38º	21º	Rodeiro	MG	6.867	-	-	-
39º	22º	Vieiras	MG	3.731	-	-	-
41º	23º	Miradouro	MG	10.251	-	-	-
42º	24º	Rosário da Limeira	MG	4.247	-	-	-
43º	25º	São Sebastião da Vargem Alegre	MG	2.798	-	-	-
45º	26º	Divinésia	MG	3.293	-	-	-
46º	27º	Pedra Dourada	MG	2.191	1	1	-
48º	28º	São Geraldo	MG	10.263	-	-	-
49º	29º	Barão de Monte Alto	MG	5.720	-	-	-
50º	30º	Paula Cândido	MG	4.271	-	-	-
51º	31º	Ervália	MG	17.946	-	-	-
52º	32º	Miraí	MG	13.808	1	1	-
		MÉDIA REGIONAL - MG		17.404	12	9	1
5º	1º	Bom Jesus do Itabapoana	RJ	35.411	11	16	-
6º	2º	Itaperuna	RJ	95.841	25	22	1
7º	3º	Natividade	RJ	15.082	5	5	-
12º	4º	Santo Antônio de Pádua	RJ	40.589	19	13	-
14º	5º	Miracema	RJ	26.843	8	8	-
22º	6º	Porciúncula	RJ	17.760	4	7	-
27º	7º	Cambuci	RJ	14.827	-	-	-
40º	8º	Laje do Muriaé	RJ	7.487	1	2	-
44º	9º	Varre e Sai	RJ	9.475	1	1	-
47º	10º	São José de Ubá	RJ	7.003	4	3	-
		MÉDIA REGIONAL - RJ		27.032	9	9	1

POSIÇÃO RELATIVA REGIONAL	POSIÇÃO REGIONAL / ESTADO	Municipio	Estado	População	Matrículas Ensino Fundamental	Matrículas Ensino Médio	Inst. de Ensino Superior	Estabelec. de Saúde
		MÉDIA REGIONAL		22.258	2.978	868	0,58	14
2º	1º	Cachoeiro do Itapemirim	ES	189.889	26.184	7.814	5	65
3º	2º	Bom Jesus do Norte	ES	9.476	777	68	-	8
10º	3º	Alegre	ES	30.768	4.140	1.473	1	28
17º	4º	Atílio Vivacqua	ES	9.850	1.553	439	-	12
18º	5º	Guaçuí	ES	27.851	4.093	879	1	26
21º	6º	Jerônimo Monteiro	ES	10.879	1.597	307	-	11
23º	7º	Muqui	ES	14.396	1.970	1.970	-	13
28º	8º	São José do Calçado	ES	10.408	1.420	314	-	11
35º	9º	Apiacá	ES	7.512	1.027	168	-	10
36º	10º	Mimoso do Sul	ES	25.902	3.578	801	-	14
		MÉDIA REGIONAL - ES		33.693	4.634	1.423	0,7	20
		ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		3.514.952	528.155	137.357	99	2.219
1º	1º	Cataguases	MG	69.757	8.514	2.585	4	44
4º	2º	Muriaé	MG	100.765	13.348	3.712	2	66
8º	3º	Leopoldina	MG	51.130	7.026	2.352	2	32
9º	4º	Ubá	MG	101.519	13.829	3.615	2	50
11º	5º	Tombos	MG	9.537	1.037	264	-	15
13º	6º	Laranjal	MG	6.465	721	138	-	6
15º	7º	Pirapetinga	MG	10.364	1.479	344	-	9
16º	8º	Visconde do Rio Branco	MG	37.942	5.013	1.162	1	20
19º	9º	Palma	MG	6.545	744	191	-	6
20º	10º	Dona Eusébia	MG	6.001	815	202	-	3
24º	11º	Astolfo Dutra	MG	13.049	1.540	417	-	7
25º	12º	Santana de Cataguases	MG	3.622	408	112	-	2
26º	13º	Recreio	MG	10.299	1.197	281	-	10
29º	14º	Itamarati de Minas	MG	4.079	454	143	-	4
30º	15º	Antônio Prado de Minas	MG	1.671	209	59	-	4

APÊNDICE G. DADOS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE IDENTIDADE DE SÃO TOMÉ[54]

POSIÇÃO RELATIVA REGIONAL	POSIÇÃO REGIONAL / ESTADO	Municipio	Estado	População	Matrículas Ensino Fundamental	Matrículas Ensino Médio	Inst. de Ensino Superior	Estabelec. de Saúde
		MÉDIA REGIONAL		22.258	2.978	868	0,58	14
31º	16º	Guidoval	MG	7.206	953	236	-	4
32º	17º	Patrocínio do Muriaé	MG	5.287	677	164	-	7
33º	18º	Eugenópolis	MG	10.540	1.237	298	-	8
34º	19º	Guiricema	MG	8.707	935	290	-	7
37º	20º	Coimbra	MG	7.054	1.133	319	-	4
38º	21º	Rodeiro	MG	6.867	1.054	255	-	3
39º	22º	Vieiras	MG	3.731	493	213	-	4
41º	23º	Miradouro	MG	10.251	1.400	390	-	8
42º	24º	Rosário da Limeira	MG	4.247	699	230	-	4
43º	25º	São Sebastião da Vargem Alegre	MG	2.798	458	163	-	5
45º	26º	Divinésia	MG	3.293	460	75	-	3
46º	27º	Pedra Dourada	MG	2.191	387	130	-	1
48º	28º	São Geraldo	MG	10.263	1.164	232	-	3
49º	29º	Barão de Monte Alto	MG	5.720	812	265	-	5
50º	30º	Paula Cândido	MG	4.271	1.337	329	-	3
51º	31º	Ervália	MG	17.946	432	561	-	9
52º	32º	Miraí	MG	13.808	1.611	365	-	13
		MÉDIA REGIONAL - MG		17.404	2.237	628	0,34	12
		ESTADO DE MINAS GERAIS		19.597.330	2.812.404	848.983	344	12.460
5º	1º	Bom Jesus do Itabapoana	RJ	35.411	5.517	2.037	5	35
6º	2º	Itaperuna	RJ	95.841	12.799	3.356	5	46
7º	3º	Natividade	RJ	15.082	2.165	639	-	12
12º	4º	Santo Antônio de Pádua	RJ	40.589	5.490	1.660	2	23
14º	5º	Miracema	RJ	26.843	4.254	1.123	-	13
22º	6º	Porciúncula	RJ	17.760	2.633	639	-	15
27º	7º	Cambuci	RJ	14.827	1.869	528	-	8
40º	8º	Laje do Muriaé	RJ	7.487	157	301	-	8
44º	9º	Varre e Sai	RJ	9.475	1.781	346	-	5
47º	10º	São José de Ubá	RJ	7.003	902	249	-	5
		MÉDIA REGIONAL - RJ		27.032	3.757	1.088	1,2	17
		ESTADO DO RIO DE JANEIRO		15.989.929	2.233.437	603.057	153	6.457

[54] Levantamento realizado a partir de dados do E-MEC (BRASIL, 2014) e do Censo 2010 (IBGE, 2013).

APÊNDICE H. DADOS DE PIB POR SETOR ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE IDENTIDADE DE SÃO TOMÉ

POSIÇÃO RELATIVA REGIONAL	POSIÇÃO REGIONAL / ESTADO	Municipio	Estado	Agropecuária	Indústria	Serviço	Total
		MÉDIA REGIONAL		R$ 18.764,00	R$ 60.129,00	R$ 200.511,00	R$ 327.475,00
2º	1º	Cachoeiro do Itapemirim	ES	R$ 47.830,00	R$ 735.227,00	R$ 2.012.324,00	R$ 3.282.889,00
3º	2º	Bom Jesus do Norte	ES	R$ 4.153,00	R$ 12.245,00	R$ 66.237,00	R$ 89.528,00
10º	3º	Alegre	ES	R$ 51.647,00	R$ 26.540,00	R$ 197.782,00	R$ 290.348,00
17º	4º	Atílio Vivacqua	ES	R$ 18.444,00	R$ 44.068,00	R$ 69.922,00	R$ 157.549,00
18º	5º	Guaçuí	ES	R$ 46.843,00	R$ 32.896,00	R$ 296.294,00	R$ 418.910,00
21º	6º	Jerônimo Monteiro	ES	R$ 20.455,00	R$ 8.868,00	R$ 68.967,00	R$ 105.133,00
23º	7º	Muqui	ES	R$ 23.133,00	R$ 11.505,00	R$ 96.804,00	R$ 738.640,00
28º	8º	São José do Calçado	ES	R$ 20.625,00	R$ 7.108,00	R$ 66.470,00	R$ 97.512,00
35º	9º	Apiacá	ES	R$ 15.089,00	R$ 5.082,00	R$ 44.562,00	R$ 66.705,00
36º	10º	Mimoso do Sul	ES	R$ 60.386,00	R$ 38.968,00	R$ 201,00	R$ 331.377,00
		MÉDIA REGIONAL - ES		R$ 30.860,50	R$ 92.250,70	R$ 291.956,30	R$ 557.859,10
		ESTADO DO ESPÍRITO SANTO				R$ 21.736.667,00	R$ 97.693.000,00
1º	1º	Cataguases	MG	R$ 15.738,00	R$ 203.585,00	R$ 631.248,00	R$ 991.343,00
4º	2º	Muriaé	MG	R$ 41.160,00	R$ 193.772,00	R$ 919.545,00	R$ 1.274.794,00
8º	3º	Leopoldina	MG	R$ 56.505,00	R$ 106.564,00	R$ 430.630,00	R$ 649.363,00
9º	4º	Ubá	MG	R$ 21.684,00	R$ 439.681,00	R$ 874.312,00	R$ 1.545.405,00
11º	5º	Tombos	MG	R$ 16.569,00	R$ 6.984,00	R$ 53.524,00	R$ 82.046,00
13º	6º	Laranjal	MG	R$ 12.519,00	R$ 6.670,00	R$ 33.775,00	R$ 55.101,00
15º	7º	Pirapetinga	MG	R$ 5.159,00	R$ 70.016,00	R$ 146.317,00	R$ 272.369,00
16º	8º	Visconde do Rio Branco	MG	R$ 17.939,00	R$ 276.840,00	R$ 314.905,00	R$ 695.601,00
19º	9º	Palma	MG	R$ 13.379,00	R$ 5.593,00	R$ 34.754,00	R$ 55.645,00
20º	10º	Dona Eusébia	MG	R$ 14.512,00	R$ 6.339,00	R$ 34.189,00	R$ 56.982,00
24º	11º	Astolfo Dutra	MG	R$ 9.154,00	R$ 60.402,00	R$ 90.496,00	R$ 180.052,00
25º	12º	Santana de Cataguases	MG	R$ 3.762,00	R$ 3.349,00	R$ 18.786,00	R$ 26.634,00
26º	13º	Recreio	MG	R$ 9.828,00	R$ 7.493,00	R$ 54.515,00	R$ 74.582,00
29º	14º	Itamarati de Minas	MG	R$ 4.281,00	R$ 39.942,00	R$ 30.544,00	R$ 77.231,00
30º	15º	Antônio Prado de Minas	MG	R$ 3.738,00	R$ 1.669,00	R$ 10.560,00	R$ 16.365,00

POSIÇÃO RELATIVA REGIONAL	POSIÇÃO REGIONAL / ESTADO	Municipio	Estado	Agropecuária	Indústria	Serviço	Total
		MÉDIA REGIONAL		R$ 18.764,00	R$ 60.129,00	R$ 200.511,00	R$ 327.475,00
31º	16º	Guidoval	MG	R$ 11.058,00	R$ 14.776,00	R$ 37.901,00	R$ 69.251,00
32º	17º	Patrocínio do Muriaé	MG	R$ 5.534,00	R$ 14.412,00	R$ 32.188,00	R$ 56.221,00
33º	18º	Eugenópolis	MG	R$ 19.312,00	R$ 12.573,00	R$ 57.639,00	R$ 94.411,00
34º	19º	Guiricema	MG	R$ 21.266,00	R$ 13.505,00	R$ 45.665,00	R$ 84.427,00
37º	20º	Coimbra	MG	R$ 14.603,00	R$ 7.662,00	R$ 40.661,00	R$ 65.523,00
38º	21º	Rodeiro	MG	R$ 3.544,00	R$ 60.955,00	R$ 57.176,00	R$ 144.203,00
39º	22º	Vieiras	MG	R$ 14.276,00	R$ 2.778,00	R$ 19.259,00	R$ 37.092,00
41º	23º	Miradouro	MG	R$ 19.963,00	R$ 10.471,00	R$ 63.766,00	R$ 100.294,00
42º	24º	Rosário da Limeira	MG	R$ 8.282,00	R$ 4.038,00	R$ 21.378,00	R$ 34.505,00
43º	25º	São Sebastião da Vargem Alegre	MG	R$ 8.578,00	R$ 5.597,00	R$ 17.416,00	R$ 32.246,00
45º	26º	Divinésia	MG	R$ 4.276,00	R$ 3.930,00	R$ 17.885,00	R$ 27.205,00
46º	27º	Pedra Dourada	MG	R$ 7.407,00	R$ 1.797,00	R$ 13.421,00	R$ 25.513,00
48º	28º	São Geraldo	MG	R$ 7.322,00	R$ 28.213,00	R$ 49.915,00	R$ 95.079,00
49º	29º	Barão de Monte Alto	MG	R$ 9.858,00	R$ 4.505,00	R$ 26.059,00	R$ 41.366,00
50º	30º	Paula Cândido	MG	R$ 19.122,00	R$ 10.034,00	R$ 40.429,00	R$ 72.235,00
51º	31º	Ervália	MG	R$ 43.307,00	R$ 19.081,00	R$ 106.425,00	R$ 176.887,00
52º	32º	Miraí	MG	R$ 16.039,00	R$ 52.652,00	R$ 80.889,00	R$ 155.906,00
		MÉDIA REGIONAL - MG		R$ 14.989,81	R$ 52.996,19	R$ 137.692,88	R$ 230.183,66
		ESTADO DE MINAS GERAIS					R$ 386.156.000,00
5º	1º	Bom Jesus do Itabapoana	RJ	R$ 18.986,00	R$ 53.825,00	R$ 369.079,00	R$ 472.874,00
6º	2º	Itaperuna	RJ	R$ 34.550,00	R$ 234.890,00	R$ 1.291.162,00	R$ 1.682.764,00
7º	3º	Natividade	RJ	R$ 10.943,00	R$ 17.251,00	R$ 155.060,00	R$ 194.241,00
12º	4º	Santo Antônio de Pádua	RJ	R$ 20.222,00	R$ 89.925,00	R$ 482.638,00	R$ 655.036,00
14º	5º	Miracema	RJ	R$ 9.005,00	R$ 32.256,00	R$ 259.472,00	R$ 314.984,00
22º	6º	Porciúncula	RJ	R$ 16.503,00	R$ 23.951,00	R$ 176.092,00	R$ 229.260,00
27º	7º	Cambuci	RJ	R$ 28.130,00	R$ 22.848,00	R$ 138.928,00	R$ 202.313,00
40º	8º	Laje do Muriaé	RJ	R$ 5.115,00	R$ 16.235,00	R$ 68.575,00	R$ 94.880,00
44º	9º	Varre e Sai	RJ	R$ 20.117,00	R$ 9.646,00	R$ 94.975,00	R$ 134.378,00
47º	10º	São José de Ubá	RJ	R$ 23.902,00	R$ 7.484,00	R$ 64.857,00	R$ 103.507,00
		MÉDIA REGIONAL - RJ		R$ 18.747,30	R$ 50.831,10	R$ 310.083,80	R$ 408.423,70
		ESTADO DO RIO DE JANEIRO					R$ 462.376.000,00

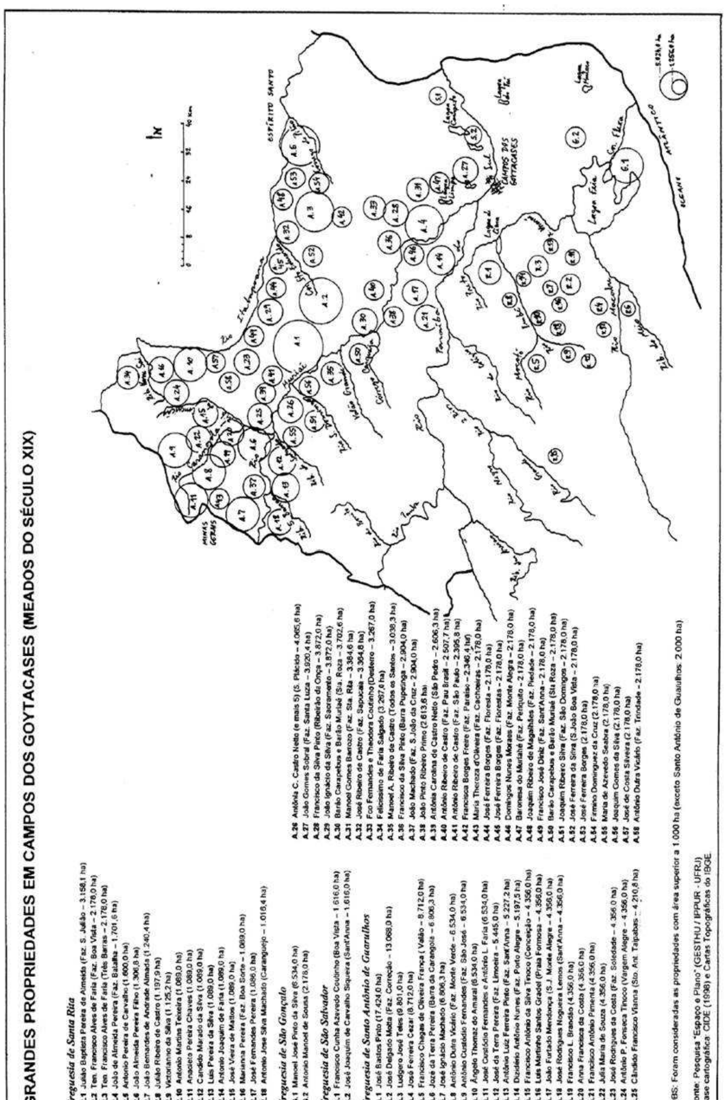
ANEXO 1. FUNDADORES DAS PRIMEIRAS FAZENDAS DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA[55]

Nomes do Bandeirantes	Nomes das Fazendas
José de Lannes Dantas Brandão	Porto Alegre
Tenente Coronel Geraldo Rodrigues Aguiar	Cubatão
Antônio Martins Ramos	Bambuí
Joaquim Martins Ramos	Boa Fortuna
José da Terra Pereira	Limoeiro
Alferes Joaquim Ribeiro da Silva	Barra de São Domingos
Dr. Manoel Gomes Bittencourt (médico)	São Paulo
Joaquim Barbosa	Sossego
Antônio Rabelo Frias	Córrego Seco
José Ferreira César	Angola e Cinco Barras
José Garcia Pereira	Tanque
José Bastos Pinto	Ribeirão do Campo
José Bastos Neto	Cachoeira
Coronel Francisco Lomeu Braga	Belmonte
José Teixeira de Siqueira	Barro Branco
José Maria Garcia Pereira	Córrego Fundo
Eufrásio Rodrigues Flores	Pontal
João Evangelista da Fonseca	Areia
José Basílio de Freitas	Figueira
Manoel Machado de Santana	Monte Alegre
Geraldo José Machado	São Sebastião
Coronel José Carlos de Oliveira	Boa Vista
Ilídio Moreira Pena	Vista Alegre

[55] Transcrição de dados de Henriques (1956, p.61). O território de Itaperuna considerado neste levantamento corresponde ao de sua elevação como vila, ignorando os desmembramentos ocorridos após o período de 1889.

Antônio Bastos Neto	São Jerônimo
Francisco Estevão Garcia	São Mateus
Coronel José da Silva Bastos	Tirol (divisa com Miracema)
Francisco Antônio de Cerqueira	Salgada
Coronel Manoel José de Souza Vieira	Palmital (em Itajara)
João Rodrigues Pessoa	Reserva
Cândido Cerqueira Bastos	Transwal
Coronel Francisco Olivier de Paula	Califórnia
Simplício José Machado	Santa Rita
José Inácio Machado	São Vicente
Antônio Ferreira da Fonseca	Serrote
Laurindo Januário Carneiro	Soledade
Comendador Venâncio José Garcia	Santo Antônio
Balbino Rodrigues França	Três Barras
Francelino Rodrigues França	Palmital (5º distrito)
Francisco de Cerqueira Bastos	Fumaça
Capitão Lucas Martins Barbosa	Desengano
José Antônio Machado Santiago	Paraíso
Angelo Teodoro da Silva	Taquari
José Joaquim de Cerqueira	Santa Clara
Antônio Carvalho	São Miguel e São José
José Estevão Garcia	São José (junto da faz. Salgada)
Cândido Martins Estêves	Ubá
Luiz Martins Estêves	Retiro
Francisco de Lannes Dantas Brandão (filho)	Floresta
Antônio Garcia Dornellas	Santana
Silvério José Bastos	Concórdia
Herculano Moreira Bastos	Serrinha
Padre João Justiniano Teixeira Carvalho	Santa Paz
Ricardo Antônio Nunes	Castelo
João Antônio de Oliveira	Aldeia
Custódio Luiz Belo	Córrego do Ouro

ANEXO 2. GRANDES PROPRIEDADES EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (MEADOS DO SÉCULO XIX)



Fonte: Fridman (2007).